

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
CONTROLADORIA E CONTABILIDADE – CEPCON
MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

CLEISSON DA SILVA RIOS

ANÁLISE SOBRE A RELEVÂNCIA DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL PARA PREDIZER
A CAPTAÇÃO DE DOAÇÕES DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE
INTERESSE PÚBLICO NO PERÍODO DE 2006 A 2014

Belo Horizonte

2017

CLEISSON DA SILVA RIOS

ANÁLISE SOBRE A RELEVÂNCIA DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL PARA PREDIZER
A CAPTAÇÃO DE DOAÇÕES DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE
INTERESSE PÚBLICO NO PERÍODO DE 2006 A 2014

Dissertação apresentada ao Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Controladoria e Contabilidade da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Morais de Souza

Belo Horizonte

2017

Ficha catalográfica

Rios, Cleisson da Silva.
R586a Análise sobre a relevância da informação contábil para predizer
2017 a captação de doações das organizações da sociedade civil de
interesse público no período de 2006 a 2014 [manuscrito] / Cleisson
da Silva Rios. – 2016.
135 f.: il., gráfs. e tabs.

Orientador: Rafael Morais de Souza.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas
Gerais, Centro de Pós-graduação e Pesquisas em Controladoria e
Contabilidade.

Inclui bibliografia (f. 105-114) e apêndices.

1. Divulgação de informações contábeis – Teses. 2. Doações –
Teses. 3. Terceiro setor – Teses. I. Souza, Rafael Morais de.
II. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Pós-graduação
e Pesquisas em Controladoria e Contabilidade. III. Título.

CDD: 657

Elaborada pela Biblioteca da FACE/UFMG – NMM/092/2017

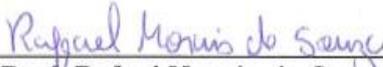
CLEISSON DA SILVA RIOS

Esta Dissertação foi julgada adequada pelo Curso de Mestrado em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Belo Horizonte, 31 de maio de 2017.

Prof. Wagner Moura Lamounier
Coordenador do Curso

BANCA EXAMINADORA



Prof. Rafael Morais de Souza
(Orientador)



Profª Valéria Gama Fully Bressan
CEPCON/UFMG



Prof. José Roberto de Souza Francisco
CEPCON/UFMG



Profª Aline Souza Magalhães
ECN/UFMG

Belo Horizonte, 2017

Dedico essa dissertação a toda minha família, especialmente a meus pais, Paulo e Zenilda, pelo apoio e incentivo constante em todos os meus projetos.

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho somente foi possível graças à contribuição e incentivo de muitas pessoas.

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado força para superar todas as dificuldades que surgiram durante a realização do mestrado.

De maneira especial faço os seguintes agradecimentos:

Aos meus pais, Paulo e Zenilda, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

A minha esposa e filha, Mariela e Beatriz, pelo amor e pela compreensão relativa ao tempo que tive de dedicar a esta pesquisa.

Ao meu orientador Rafael Morais de Souza, pelo suporte, pelos ensinamentos, incentivo, paciência e por ter acreditado no meu potencial. Sua orientação foi de suma importância para o bom andamento e conclusão da dissertação.

Aos professores componentes da banca examinadora, pelas contribuições direcionadas para elaboração da versão final dessa dissertação.

A todos docentes e funcionários que possuem vínculo com o programa de Mestrado em Ciências Contábeis da UFMG, que de alguma forma contribuíram para o alcance deste objetivo.

A todos vocês que de alguma forma participaram dessa caminhada meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

RIOS, Cleisson da Silva. **Análise sobre a relevância da informação contábil para prever a captação de doações das organizações da sociedade civil de interesse público no período de 2006 a 2014**. 2017. 136 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Centro de Pós- Graduação e Pesquisa em Contabilidade e Controladoria da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

A presente pesquisa teve como objetivo verificar a probabilidade das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) terem suas doações impactadas por informações oriundas dos relatórios contábeis. Para o alcance do objetivo proposto, adotou-se uma abordagem predominantemente quantitativa - com uso da regressão logística e da rede neural artificial. Os dados, objeto de análise do estudo, foram obtidos por meio de 463 prestações de contas fornecidas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Logo, a partir de uma regressão logística testou-se um modelo para previsão de doações. Inicialmente, através da matriz de correlação, constatou-se uma baixa correlação entre as variáveis explicativas. Por meio da estimação da regressão logística obteve-se a estatística do teste da razão da verossimilhança com valor de 63,42, que permite afirmar que os coeficientes foram conjuntamente significativos para explicar a probabilidade das OSCIPs terem seus níveis de doações afetados por informações contábeis – sendo possível rejeitar a 5% a hipótese de que os coeficientes em conjunto sejam iguais à zero. Ainda, com base no modelo logit estimado, constatou-se que os coeficientes das variáveis receitas governamentais (GOV), ativo total (ATIVO) e endividamento de curto prazo (ECP) são estaticamente diferentes de zero a 5% de significância. Evidenciou-se que as variáveis “taxa de despesas administrativas (ADM), endividamento geral (EG) e endividamento de longo prazo (ELP)” não apresentam significância. Utilizando o critério *stepwise*, estimou-se novamente a regressão logística para verificar o ajuste do modelo e observar a capacidade do logit para classificar o evento de interesse do estudo. Por meio da curva de ROC, com área de 0,7077, constatou-se que o modelo estimado para classificar as doações para as OSCIPs apresenta uma boa capacidade preditiva. O ajuste do modelo ainda foi testado por meio de três pontos de corte (0,4, 0,5 e 0,6), havendo uma melhora significativa no ajustamento do modelo por meio de um ponto de corte de 0,4, pois a sensibilidade variou de 62,56% (regressão *stepwise*) para 81,06%. Adicionalmente comparou-se o desempenho da regressão logística e de uma rede neural artificial estruturada com 1 camada de entrada, uma camada oculta (testada com três e cinco neurônios) e uma camada de saída. Na comparação da performance das duas metodologias, verificou-se que o melhor desempenho de ambas ocorreu no ponto de corte de 0,4 e na rede neural artificial configurada com três neurônios na camada oculta. O percentual de acerto da regressão logística para categoria 1 (com doações) foi de 81,06%, enquanto a rede neural apresentou 74,45% de acertos na classificação do evento 1. Finally, it was verified that the logit model had better performance In the classification of the event object of study. Com base nos resultados encontrados, pode-se concluir que existem evidências sobre a relevância da informação contábil – que sinaliza a reputação da organizacional, evidencia o tamanho e o endividamento de curto prazo – para explicar a probabilidade de ocorrência de doações.

Palavras-chave: OSCIPs. Doações. Informação Contábil. Terceiro Setor.

ABSTRACT

RIOS, Cleisson da Silva. **Analysis on the relevance of accounting information to predict donation funding for civil society organizations of public interest in the period from 2006 to 2014.** 2017. 136 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Contabilidade e Controladoria da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

The present research had as objective verify the probability of Civil Society Organizations of Public Interest (OSCIPs) having their donations impacted by information from the accounting reports. To reach the proposed objective, a predominantly quantitative approach was adopted - with use of logistic regression and artificial neural network. The data, object of analysis of the study, were obtained by means of 463 accountability provided by the Institute of Applied Economic Research (IPEA). Therefore, from of a logistic regression, we tested a model to donation forecast. Initially, through the correlation matrix, It was found a low correlation between the explanatory variables. By means of the logistic regression estimation, we obtained the likelihood ratio test statistic with a value of 63.42, what allows us to state that the coefficients were jointly significant to explain the probability of OSCIPs having their levels of donations affected by accounting information - being possible reject to 5% the hypothesis that the coefficients together are equal to zero. Also, based on the estimated logit model, it was found that the coefficients of the variables government revenues (GOV), total assets (ASSETS) and short-term debt (ECP) are statically different from zero to 5% of significance. It was evidenced that the variables "administrative expenses (ADM), general indebtedness (EG) and long-term debt (ELP)" are not significant. Using the stepwise criterion, the logistic regression was again estimated to verify fit of the model and to observe the capacity of the logit to classify the event of interest of the study. Through the ROC curve, with an area of 0.7077, it was verified that the estimated model to classify the donations to the OSCIPs presents a good predictive capacity. The fit of the model was still tested by means of three cut-off points (0.4, 0.5 and 0.6), being found a improvement significant improvement in the adjustment of the model by means of a cut-off point of 0.4, since the sensitivity ranged from 62.56% (stepwise regression) to 81.06%. Additionally, the performance of the logistic regression and a structured artificial neural network with 1 input layer, a hidden layer (tested with three and five neurons) and an output layer were compared. In the comparison of the performance of the two methodologies, it was verified that the best performance of both occurred in the cutoff point of 0.4 and in the artificial neural network configured with three neurons in the hidden layer. The percentage of accuracy of the logistic regression for category 1 (with donations) was 81.06%, while the neural network presented 74.45% of correct answers in the classification of event 1. Finally, it was verified that the logit model had better performance In the classification of the event under study. Based on the results found, it can be concluded that there is evidence on the relevance of the accounting information - which signals the organizational reputation, evidences size and short-term indebtedness - to explain the probability of occurrence of donations.

Keywords: OSCIPs. Donations. Accounting information. Third Sector.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo de processo de gestão contábil aplicável as OSCIPs.....	34
Figura 2 - Benefício Fiscal para os doadores de OSCIPs.....	36
Figura 3 - Procedimentos relacionados à regressão logística.....	77
Figura 4 - Arquitetura da rede neural.....	79
Figura 5 - Gráfico da função sigmoide.....	81
Figura 6 - Curva ROC da primeira regressão.....	87
Figura 7 - Curva ROC da segunda regressão.....	91
Figura 8 - Arquitetura da rede neural analisada.....	97

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Objetivo, Metodologia e Resultados de Estudos Anteriores.....	49
Quadro 2 - Variáveis Independentes testadas no estudo.....	58
Quadro 3 - Variável Independente: Taxa de Despesa Administrativa.....	62
Quadro 4 - Variável Independente: Receitas Governamentais.....	64
Quadro 5 - Variável Independente de Controle: Ativo.....	65
Quadro 6 - Variável Independente: Endividamento Geral.....	66
Quadro 7 - Variável Independente: Endividamento de Curto Prazo.....	66
Quadro 8 - Variável Independente: Endividamento de Longo Prazo.....	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Definição da Amostra com base em dados dos anos 2006 a 2014.....	60
Tabela 2 - Variáveis <i>Dummies</i>	71
Tabela 3 - Matriz de correlação entre as variáveis explicativas.....	83
Tabela 4 - Dados da regressão logística – 1.....	84
Tabela 5 - Dados da regressão logística – 2.....	84
Tabela 6 - Matriz de classificação do modelo de previsão das doações.....	85
Tabela 7 – Poder classificatório do modelo de previsão de doações.....	86
Tabela 8 - Matriz de classificação – Sensibilidade e Especificidade.....	86
Tabela 9 – Efeito Marginal.....	88
Tabela 10 – Variáveis removidas do modelo.....	89
Tabela 11 - Dados da regressão logística – <i>Stepwise</i>	89
Tabela 12 - Dados da regressão logística – 2.....	90
Tabela 13 - Matriz de classificação do modelo de previsão das doações.....	91
Tabela 14 - Matriz de classificação do modelo de previsão das doações.....	93
Tabela 15 - Matriz de classificação do modelo de previsão das doações.....	93
Tabela 16 - Ajustamento do modelo com diferentes pontos de corte.....	94
Tabela 17 - Coeficientes encontrados.....	94
Tabela 18 - Classificações na fase de treinamento.....	98
Tabela 19 - Classificações na fase de testes.....	98
Tabela 20 - Percentual de acertos da RNA.....	99
Tabela 21 - Comparação das performances do logit com a RNA.....	99

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

2SLS	<i>Two-Stage Least Square</i>
ADM	Taxa de Despesas Administrativas
CAPT	Despesas com Captação de Recursos
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CNEs	Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
DOA	Doações e contribuições privadas
DSDE	Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício
ECP	Endividamento de Curto Prazo
EG	Endividamento Geral
ELP	Endividamento de Longo Prazo
ESFL	Entidades sem Fins Lucrativos
EUA	Estados Unidos da América
FASB	<i>Financial Accounting Standard Board</i>
FBDC	Fórum Brasileiro pelos Direitos Culturais
GLS	<i>Generalized Least Squares</i>
GOV	Receitas Governamentais
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IRS	Internal Revenue Service
LM	<i>Lagrange Multiplier</i>
LN	Logaritmo Natural
MJ	Ministério da Justiça
NBC T	Norma Brasileira de Contabilidade Técnica
MQO	Mínimos Quadrados Ordinários
NBC	Norma Brasileira de Contabilidade
NCCS	<i>National Center for Charitable Statistics</i>
OR	<i>Odds Ratio</i>
OLS	<i>Ordinary Least Squares</i>
ONG	Organizações Não Governamentais
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PROG	Taxa de despesas com programas
RNA	Rede Neural artificial
SOI	<i>Statistics of Income</i>
SURE	<i>Seemingly Unrelated Regression</i>
UPF	Utilidade Pública Federal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	18
1.2 OBJETIVOS	20
1.2.1 Objetivo geral.....	20
1.2.2 Objetivos específicos.....	20
1.3 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO.....	21
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	24
2.1 TERCEIRO SETOR	24
2.2 OSCIP – DEFINIÇÃO E FINALIDADE.....	25
2.3 TERMO DE PARCERIA	27
2.4 PRESTAÇÕES DE CONTAS DAS OSCIPs	29
2.5 AUDITORIA DAS OSCIPs	31
2.6 CONTABILIDADE PARA AS OSCIPs	33
2.7 DOAÇÕES PARA ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	35
2.8 RELEVÂNCIA DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL.....	36
2.8.1 Eficiência Operacional no terceiro setor.....	38
2.8.2 Reputação Organizacional das ESFL.....	40
2.8.3 Disponibilidade das Informações para os doadores	42
2.8.4 Endividamento e doações para o terceiro setor.....	43
2.9 ESTUDOS ANTERIORES.....	44
2.9.1 Estudos anteriores relativos ao impacto da informação contábil sobre as doações	45
3. METODOLOGIA.....	54
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO	54
3.2 DADOS DA PESQUISA.....	57
3.3 AMOSTRA.....	59
3.4 VARIÁVEIS INDEPENDENTES DO ESTUDO	60
3.4.1 Eficiência Operacional	61
3.4.2 Reputação organizacional	63
3.4.3 Variável de controle para o tamanho das entidades	64
3.4.4 Endividamento	65
3.5 PROCEDIMENTOS PARA A OBTENÇÃO DAS VARIÁVEIS	67

3.6 PROCEDIMENTOS COMPLEMENTARES	70
3.7 VARIÁVEL DEPENDENTE	71
3.8 DETALHAMENTO DO MODELO	71
3.9.1 Regressão Logística.....	72
3.9.2 Rede Neural Artificial	78
4 RESULTADOS	83
4.1 Matriz de Correlação	83
4.2 Estimação da Regressão Logística.....	84
4.3 Ajuste do modelo de previsão.....	85
4.4 Efeito Marginal	88
4.5 Regressão com as variáveis significativas	89
4.6 Ajuste do modelo com diferentes pontos de corte (<i>cutoff</i>)	92
4.7 Coeficientes esperados e encontrados.....	94
4.8 Resultados com a Rede Neural	96
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	105
APÊNDICE A – Estatuto OSCIPs	116
APÊNDICE B – Lei das OSCIPs	122
APÊNDICE C – Ofício encaminhado ao IPEA	130
APÊNDICE D – Plano de Contas – Balanço Patrimonial	131
APÊNDICE E – Plano de Contas – Demonstração do Resultado do Exercício.....	133

1 INTRODUÇÃO

O terceiro setor surgiu devido à incapacidade dos outros dois setores (Estado e mercado) suprirem algumas demandas sociais. “O primeiro setor – Estado – pelo seu gigantismo e ineficiência, teria esgotado a sua possibilidade de atender e lidar com as crescentes necessidades sociais das populações mais necessitadas; e o segundo setor – Mercado – que tem como objetivo fundamental o lucro, seria incapaz de incorporar uma agenda que dissesse respeito a questões sociais e ambientais (SARACENO, 2003).”

O cenário de transtornos decorrente da crise do Estado e da dificuldade do mercado em oferecer soluções aos problemas gerados a partir do desenvolvimento industrial, bem como o aumento das demandas sociais têm se mostrado como ambiente propício para o crescimento, cada vez mais acelerado, de um grupo de instituições que – organizadas sob a forma jurídica de Fundações, Cooperativas, Organizações não governamentais (ONG), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) – participam de maneira ativa na busca pela solução de questões relacionadas ao meio ambiente, cidadania, educação, saúde, segurança, dentre outras (BETTIOL, 2005).

A crise do Estado como provedor dos serviços sociais limitou sobremaneira a sua capacidade de atendimento às demandas sociais, desembocando numa situação de caos que tem se apresentado como um ambiente propício ao crescimento de um número cada vez maior de organizações sem fins lucrativos com vistas à produção de bens e serviços públicos (ALBUQUERQUE e CAVALCANTE, 2007).

Como o aparato burocrático brasileiro é tido como ineficaz na gestão das políticas sociais, buscou-se, com a descentralização¹, encontrar outras saídas que garantissem aos cidadãos ter seus direitos respeitados. Nessa perspectiva, as organizações sociais – como organismos da sociedade civil – sem substituírem o Estado, mas em parceria, recebem de volta competências que as integram no processo de reconstrução da sociedade. Nesse contexto é que as organizações sem fins lucrativos ganham espaço na cena política, passando a constituir uma alternativa de eficácia à gestão das políticas sociais. O Estado, sem eximir-se de sua responsabilidade, transfere algumas de suas competências para organizações da sociedade civil, que passam a assumir, em caráter complementar, ações sociais que possibilitam oferecer à população melhores condições de vida (JUNQUEIRA, 2004).

¹ O Estado, que tem o dever constitucional de garantir à população seus direitos sociais, transfere, para as instituições do terceiro setor, parte das ações sociais que referem à prestação de serviços. Com essa transferência, o Estado, independente do nível de governo, estabelece alianças com as organizações sem fins lucrativos para realizar suas competências. (JUNQUEIRA, 2004).

Entre as medidas adotadas pelo governo para a superação de sua incapacidade de solucionar as demandas sociais crescentes, encontra-se o estabelecimento de parcerias com as OSCIPs. Nesse contexto, o governo federal, no ano de 1999, promulgou a lei 9.790 que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como OSCIPs, e institui e disciplina o Termo de Parceria com o propósito de estabelecer uma relação cooperativa entre o Estado e a sociedade civil (BRASIL, 1999).

Em conformidade com o artigo 9º da Lei 9.790/99, o Termo de Parceria é um instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como OSCIPs, destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público (BRASIL, 1999). Segundo Ferrarezi (2001), o Termo de Parceria, na condição de instrumento jurídico de fomento e gestão das relações de parceria entre as OSCIPs e o Estado, tem como objetivo imprimir maior agilidade gerencial aos projetos e realizar o controle pelos resultados. O autor acrescenta que o Termo de Parceria é regido pelo novo paradigma de gestão pública em que existe uma correlação entre maior autonomia do gestor público e eficiência.

Conforme prevê a Lei nº 9.790/99, a qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público somente será conferida às pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos. Para qualificarem-se como OSCIPs, exige-se das pessoas jurídicas interessadas, que sejam regidas por estatutos, cujas normas expressamente disponham sobre a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência (BRASIL, 1999). Por sua vez, como estipula o artigo 10º dessa lei, diante do estabelecimento do Termo de Parceria com o governo, as organizações devem prestar contas com transparência e publicidade, além de estipular metas e resultados a serem atingidos nos projetos desenvolvidos, prevendo critérios de avaliação de desempenho (SILVA C., 2010).

Por meio da Lei das OSCIPs procurou-se modernizar a realização de parcerias com os governos, com base em critérios de eficácia e eficiência e mecanismos mais adequados de responsabilização de modo a garantir que os recursos de origem estatal sejam bem aplicados e efetivamente destinados a fins públicos (FERRAREZI, 2001).

Conforme Albuquerque (2007), a Lei 9.790/99 prevê a avaliação de desempenho para as OSCIPs que possuem termo de parceria, mediante indicadores de resultado. Alves e Slomski (2006) afirmam que os principais instrumentos utilizados para avaliação do desempenho dessas entidades são, no primeiro caso, as demonstrações contábeis e, no segundo, indicadores de resultado. Observa-se, entretanto, que as demonstrações contábeis

inserem-se num contexto de prestação de contas à sociedade, e para a lei é entendida como a comprovação da correta aplicação dos recursos repassados (ALVES E SLOMSKI, 2006).

Segundo Koga e Alves (2004), o modelo do Termo de Parceria representa um avanço, à medida que traz maior flexibilidade na utilização dos recursos públicos por parte da entidade parceira. Além disso, a nova lei faculta ao órgão público parceiro a realização de concurso de projetos para a seleção da organização parceira, garantindo maior transparência no processo. Ainda possibilita a inclusão de novas formas de controle social, como a previsão da consulta aos Conselhos de Políticas Públicas locais antes da celebração do Termo de Parceria e a exigência da publicação de relatório de atividades e demonstrações financeiras. Antes, não havia previsão legal de nenhum mecanismo de publicidade para esse tipo de articulação entre Estado e organizações da sociedade civil. Ao mesmo tempo em que a legislação pretende incentivar os potenciais de flexibilidade e inovação das instituições parceiras, ela cria novos mecanismos de controle das ações das organizações. Com o Termo de Parceria também surgiram novos mecanismos de avaliação e *accountability*, como a previsão de avaliação pela Comissão de Avaliação – composta por representantes do órgão parceiro e da OSCIP – e exigência de auditoria para parcerias acima de R\$ 600 mil.

É importante ressaltar que, além da prestação de contas do termo de parceria ao órgão parceiro, a lei 9.790/99 prevê a prestação de contas anual da OSCIP, não só do projeto desenvolvido com recursos públicos, mas da totalidade das operações da entidade, sendo que essa será composta pelo relatório anual de execução de atividades e as demonstrações contábeis (ALVES E SLOMSKI, 2006).

De acordo com Araújo (2005), os avanços promovidos pela Lei 9.790/99, ao exigir a correta aplicação dos recursos, bem como a manutenção de contabilidade completa de suas operações e a necessidade de auditoria independente para as OSCIP, não devem ser considerados como meros aspectos intervencionistas do Estado no terceiro setor, mas como instrumentos que evocam a transparência na gestão dessas organizações.

Junqueira (2004) ressalta a necessidade de Escrituração Contábil regular para as organizações do Terceiro Setor que queiram ser enquadradas como OSCIP, sem desconsiderar a obrigatoriedade da apresentação das demonstrações financeira e a observância aos Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade - conforme descreve a Lei 9.790/99 no seu art. 4º.

As OSCIPs têm assumido um papel importante no desenvolvimento social do país, pois mobiliza recursos financeiros e pessoais suficientes para a realização de suas atividades de interesse público. Apesar de promoverem o serviço voluntário, estas organizações também

têm um grande potencial de geração de emprego (ALBUQUERQUE, 2007). Em função da importância das OSCIPs para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, tanto estudos relativos à prestação de contas e evidenciação da informação contábil e referente ao uso de ferramentas de medição de desempenho quanto pesquisas sobre a relevância da informação contábil para os doadores de recursos para essas entidades foram realizadas.

Em relação à pesquisa com foco na relevância da informação contábil para explicar os níveis de doações para as OSCIPs e outras entidades do terceiro setor, Cruz (2010) afirma que no cenário brasileiro, embora as doações sejam uma importante fonte de recursos para muitas instituições, pouco se tem pesquisado sobre como os doadores escolhem a entidade para a qual irão contribuir e, nesse contexto, são escassos os estudos que investigam profundamente o papel da contabilidade nesse processo de decisão. Segundo Medeiros, Galvão e Oliveira (2015), os estudos envolvendo uma análise mais aprofundada da prestação de contas das entidades do terceiro setor e das informações por ela emanadas, as quais podem ou não auxiliar no processo de captação de doações privadas são mais escassas no contexto brasileiro.

Em relação aos estudos realizados no Brasil, referente à importância da informação contábil para captação de doativos para organizações sem fins lucrativos consta a investigação de Cruz, Corrar e Slomski, (2008). Por meio do estudo, os autores verificaram se a divulgação de informações contábeis econômicas, especificamente da Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício (DSDE), influencia nas decisões individuais de se fazer doação a entidades do terceiro setor e na quantia a ser doada.

Cruz (2010) realizou pesquisa com o objetivo de investigar a relevância da informação contábil para explicar as doações destinadas às entidades do terceiro setor no Brasil, qualificadas como OSCIPs, através da análise da relação entre a informação proveniente da contabilidade e as doações e contribuições privadas.

Os determinantes das doações privadas são uma significativa preocupação de interesse público, em função do grande investimento público no setor (CALABRESE E GRIZZLE, 2010). Diversos estudos, em outros países (EUA, Reino Unido e Espanha), têm apontado a informação contábil como um dos fatores que determinam a decisão dos doadores em relação à doação de recursos para organizações sem fins lucrativos como as OSCIPs.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Com base na análise das informações de natureza contábil, os doadores podem obter informações para a tomada de decisão relativa à doação de recursos para entidades do terceiro setor. Diversos estudos internacionais (Weisbrod e Dominguez, 1986; Khanna, Posnett, e Sandler, 1995; Khanna e Sandler, 2000; Okten e Weisbrod, 2000; Frumkin e Kim, 2001; Jacobs e Marudas, 2004; Tinkelman e Mankaney, 2007; Trussel e Parsons, 2007; Jacobs e Marudas, 2009; Calabrese e Grizzle, 2010) têm apontado a relevância da informação contábil para o processo decisório de gestores, doadores e outros agentes. Doadores informados podem agir de maneira racional e evitar a aplicação de recursos em organizações ineficientes ou envolvidas em fraudes.

Os estudos (Weisbrod e Dominguez, 1986; Khanna, Posnett, e Sandler, 1995; Khanna e Sandler, 2000; Okten e Weisbrod, 2000; Frumkin e Kim, 2001; Jacobs e Marudas, 2004; Tinkelman e Mankaney, 2007; Trussel e Parsons, 2007; Jacobs e Marudas, 2009; Calabrese e Grizzle, 2010) que têm como foco a relação estatística entre a informação contábil e o volume de doações captadas pelas entidades do terceiro setor possibilitam verificar se as entidades com melhores desempenhos (em alguns segmentos da gestão) são contempladas com maiores volumes de doativos. Nesse contexto, a análise estatística possibilita diagnosticar se as empresas que alocam seus recursos de forma mais eficiente (por exemplo, praticando menores taxas de despesas administrativas), que contraem menores níveis de endividamento e que possuem boa reputação junto ao governo conseguem angariar volumes mais significativos de doações. Pesquisas anteriores (Jacobs e Marudas, 2009; Trussel e Parsons, 2007; Tinkelman e Mankaney, 2007; Greenlee e Brown, 1999) apresentaram evidências de uma relação negativa entre doações e a taxa de despesas administrativas, indicando que empresas com melhores níveis de eficiência operacional tendem a obter maiores volumes de doações. Estudos passados (Jacobs e Marudas, 2009; Trussel e Parsons, 2007; Tinkelman e Mankaney, 2007; Tinkelman, 1997) também apontam uma relação positiva entre os doativos recebidos e o tamanho do ativo das entidades. No que diz respeito à reputação das organizações, os estudos realizados nos Estados Unidos (Trussel e Parsons, 2007; Tinkelman e Mankaney, 2007; Jacobs e Marudas, 2004; Frumkin e Kim, 2001) e no Reino Unido (Khanna e Sandler, 2000; Khanna, Posnett e Sandler, 1995) apontam que as organizações que captam maiores volumes de recursos (via receitas governamentais) conseguem obter maiores volumes de doações.

Segundo Silva *et al.* (2012), as informações contábeis influenciam as decisões dos gestores e dos *stakeholders*, refletindo diretamente na alocação dos recursos. As evidências

que foram obtidas por meio de outras pesquisas (Callen, 1994; Tinkelman, 1999; Buchheit e Parsons, 2006; Parsons, 2007) possibilitaram inferir que os doadores consideram as informações de natureza contábil para suportar suas decisões em relação à destinação de recursos para o terceiro setor. Callen (1994) e Tinkelman (1999) demonstraram uma associação positiva entre informações favoráveis da contabilidade financeira e as doações individuais totais. Buchheit e Parsons (2006) afirmam que a exposição de doadores potenciais a informações contábeis favoráveis pode diretamente causar aumento nas doações individuais. Parsons (2007) encontrou evidências de que alguns doadores, que doaram anteriormente, usam informações de contabilidade financeira ao tomar uma decisão de doação.

Tinkelman (1999) sugere que a importância da informação contábil depende da qualidade da informação fornecida. Sob esta perspectiva, Needles Jr., Ramamoorti e Shelton (2002) afirmam que garantir a fidedignidade dos relatórios financeiros apresentados aos usuários das informações contábeis passa a ser a principal função da auditoria contábil, visto que a sociedade busca na auditoria uma forma de se assegurar quanto à veracidade das informações contábeis apresentadas pelas entidades.

Neste sentido, a Lei das OSCIPs (Lei nº9.790/99) – no artigo 4º - declara que as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público devem ser regidas por estatutos que disponham normas de prestação de contas a serem observadas pela entidade e que determine no mínimo: a) a observância dos princípios fundamentais de contabilidade² e das Normas Brasileiras de Contabilidade; b) que se dê publicidade por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão; c) a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto do termo de parceria conforme previsto em regulamento; d) a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público será feita conforme determina o parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal.

Logo, esta dissertação – com base na análise de informações auditadas (contidas Balanço Patrimonial e na Demonstração do Resultado Exercício) referentes ao período que se

² As resoluções 750/93 e 1.282/10, que faziam referência aos Princípios de Contabilidade, foram revogadas, porém, não se pode afirmar a extinção dos princípios. Deixam de existir dentro das resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), mas na essência os Princípios de Contabilidade continuam a ser referenciados nos pronunciamentos contábeis (como no CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro) e citados em diversas leis.

estende de 2006 a 2014 – busca entender o papel da informação contábil (que evidencia a eficiência operacional³, a reputação organizacional⁴ e a estrutura de endividamento) no processo de captação de recursos, verificando os efeitos desse tipo de informação sobre as doações de recursos para as OSCIPs que firmaram Termo de Parceria em valor superior ou igual a R\$ 600.000,00⁵ (seiscentos mil reais). Dentro desta perspectiva, o estudo busca resposta para a seguinte questão:

As informações contábeis (que evidenciam a eficiência operacional, a reputação organizacional e as dívidas) podem ser consideradas relevantes para explicar as doações para as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Verificar a relevância da informação contábil para explicar as doações obtidas pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público no Brasil, e consequentemente apontar de que forma esse tipo de informação afeta a probabilidade das OSCIPs brasileiras receberem donativos.

1.2.2 Objetivos específicos

- Analisar a importância da informação contábil que evidencia a eficiência administrativa (ADM) para explicar as doações obtidas pelas OSCIPs brasileiras no período subsequente;

³ A eficiência operacional (ou administrativa) refere-se à capacidade que as entidades do terceiro setor têm em relação à alocação e gestão (uso) eficiente dos seus recursos, de maneira a garantir o cumprimento da missão organizacional. Por exemplo, praticando menores taxas administrativas.

⁴ A reputação organizacional é comunicada a partir da idade das entidades e das receitas obtidas junto ao governo. As entidades do terceiro setor, ao longo de sua existência, têm a possibilidade de consolidar um relacionamento estável com os doadores. A literatura contábil ressalta que as entidades com maior tempo de operação e/ou com capacidade de captar receitas governamentais podem se beneficiar dos efeitos da reputação, e conseguir maiores volumes de doação.

⁵ Para atingir o objetivo proposto por este estudo, optou-se por analisar dados de entidades cuja às prestações de contas são auditadas. Por imposição da lei 9.790/99 as OCIPS que firmaram termo de parceria em valor igual ou superior a R\$ 600.000,00 são obrigadas a passar pelo crivo de uma auditoria independente. A escolha considerou a perspectiva de que a informação contábil que passa por auditoria é mais confiável e tende a refletir melhor a real situação financeira e patrimonial das entidades.

- Verificar a importância da informação contábil que sinaliza a reputação organizacional (GOV) para explicar as doações captadas pelas OSCIPs brasileiras no período subsequente;
- Avaliar a importância da informação contábil que relata o tamanho (ATIVO) das entidades para explicar as doações obtidas pelas OSCIPs brasileiras no período subsequente;
- Avaliar a importância da informação que evidencia o endividamento para explicar as doações obtidas pelas OSCIPs brasileiras no período subsequente;

1.3 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

Em função do aumento do número de denúncias relacionadas a desvios de recursos públicos, surge a necessidade de aperfeiçoamento dos mecanismos de planejamento, execução e controle nas entidades do Terceiro Setor, de modo geral (KOPAK, 2008). Nesse contexto, surge a importância da auditoria das demonstrações financeiras. Na condição de especialização da área contábil, auditoria possibilita prevenir e detectar erros e fraudes na documentação das entidades do Terceiro Setor. (ATTIE, 2006 e KOPAK, 2008).

Entre as informações necessárias para avaliar a qualidade da gestão das OSCIPs encontra-se a informação contábil auditada. Esse tipo de informação possibilita conhecer o potencial da gestão. À medida que conhecem melhor a organização, os doadores terão mais disposição de fazer doações maiores e com mais frequência (SPEAK, MCBRIDE e SHIPLEY, 2002). Logo, a observação sobre a eficiência administrativa, a reputação organizacional e em relação a gestão financeira é preponderante para o conhecimento do potencial administrativo das OSCIPs.

Por outro lado, o emprego de recursos sem a devida atenção aos relatórios de prestação de contas das OSCIPs pode culminar em doações equivocadas e gerar danos para a sociedade, desde o desfalque aos cofres públicos até prejuízos de ordem particular (para o investidor social) e para sociedade. Com a inobservância das informações contábeis, os doadores correm o risco de destinar recursos para entidades fraudadoras - que utilizam indevidamente suas finanças fora do contexto da missão organizacional. Nesse contexto, a informação contábil assume papel importante para dirimir conflitos entre doadores e donatários. Os relatórios contábeis possibilitam o exercício de fiscalização das entidades do terceiro setor pelo governo e outros doadores. Segundo Tinkelman (1997), doadores

informados podem agir racionalmente evitando entidades ineficientes ou, ainda, denunciando problemas relativos ao uso inadequado dos recursos.

Segundo Calabrese e Grizzle (2010) as organizações sem fins lucrativos podem temer que o uso de dívidas sinalize má gestão ou má governança, e preocupam-se com a possibilidade dos doadores punirem as entidades através da remoção de doações futuras. Nesse contexto, essa pesquisa é uma possibilidade de verificar se o volume de doações direcionadas às OSCIPs prestigia o mérito, no que diz respeito à eficiência operacional, boa gestão financeira das dívidas e reputação organizacional. Okten e Weisbrod (2000) encontraram evidências de que os doadores reagem negativamente às organizações sem fins lucrativos que aumentam as despesas de captação de fundos (doações). Logo, as pesquisas que verificam a relevância da informação contábil para os doadores, podem indicar se o mérito das OSCIPs tem sido recompensado por meios de donativos.

Os resultados das pesquisas no formato proposto contribuem para alertar que o uso da informação contábil possibilita decisões racionais relativas à destinação de recursos para as OSCIPs, de maneira a evitar a aplicação de recursos em instituições fraudulentas.

Considerando que existe uma demanda constante por doações para organizações sem fins lucrativos, torna-se cada vez mais importante a compreensão das motivações para as decisões dos doadores em relação às suas contribuições para entidades não lucrativas como as OSCIPs. Nesse contexto, é importante verificar os efeitos da informação contábil sobre a tomada de decisão relativa a doações para entidades sem fins lucrativos. Segundo Parsons (2003) as pesquisas sobre *value-relevance* possibilitam a análise da relação entre doações e variáveis contábeis, com o intuito de avaliar a relevância das informações contábeis para os doadores.

O entendimento sobre os determinantes da doação possui relevância tanto para a academia quanto para gestores e outros agentes públicos. A contribuição para a academia a dar-se por meio da geração de conhecimento. Para outros interessados, essa dissertação – na condição de um instrumento informativo – pode contribuir para alertar sobre a importância da informação contábil na tomada de decisão sobre doações. Logo, este estudo se justifica pela relevante necessidade de se compreender os fatores que determinam da doação de recursos para as OSCIPs brasileiras, tendo em vista que a utilização racional da informação contábil pode fornecer indicativos do mau uso dos recursos públicos e de que os doadores estão sendo ludibriados. Segundo Calabrese e Grizzle (2010) as pesquisas que examinam os efeitos da informação derivada das divulgações financeiras das organizações sem fins lucrativos sobre as doações privadas possibilitam determinar quais informações os doadores consideram

relevantes para decidir quais organizações receberão contribuições. Não obstante, espera-se contribuir para a melhoria do conhecimento na área, provendo informações importantes aos usuários das informações contábeis, de maneira que estes possam ampliar as evidências sobre os fatores que determinam as doações para as organizações sem fins lucrativos.

Esta pesquisa foi dividida em 5 seções. Após a introdução, é apresentada a revisão de literatura sobre os temas: terceiro setor, OSCIPs, relevância da informação contábil e doações. Na terceira seção, são apresentados os principais aspectos metodológicos da pesquisa, como os critérios de seleção de amostra, o modelo empregado e as técnicas utilizadas para análise dos dados. Na quarta seção, são apresentados e analisados os resultados da pesquisa. A quinta seção expõe as considerações finais sobre o estudo.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 TERCEIRO SETOR

O terceiro setor é uma expressão traduzida do inglês ("Third Sector") e faz parte do vocabulário sociológico corrente nos Estados Unidos (SARACENO, 2003). Segundo Rodrigues (1998) e Alves (1996), a expressão terceiro setor é utilizada em contraposição à ideia de que existe um primeiro setor constituído pelo Estado e um segundo setor formado pelas empresas privadas. Rodrigues (1998) refere-se ao terceiro setor como a sociedade civil que se organiza e busca soluções próprias para suas necessidades e problemas, fora da lógica do Estado e do mercado. Alves (1996) afirma que uma boa definição para o terceiro setor seria de que se trata do setor não governamental e não lucrativo.

O terceiro setor engloba as entidades sem fins lucrativos, privadas, cuja atuação volta-se a finalidades públicas ou coletivas para a geração do bem comum (FISCHER, 2002). De acordo com Fernandes (1994) o terceiro setor compreende um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam a produção de bens e serviços públicos. As entidades do terceiro setor produzem e comercializam bens e serviços visando o bem estar social.

Segundo Alves (1996), o terceiro setor é o espaço institucional que abriga ações de caráter privado, associativo e voluntarista que são voltadas para a geração de bens de consumo coletivo, sem que haja qualquer tipo de apropriação particular de excedentes econômicos que sejam gerados no processo.

Salamon e Anheier (1997) estabelecem cinco pré-requisitos para a caracterização das organizações do terceiro setor: possuir organização estruturada (com algum grau de institucionalização); encontrar-se institucionalmente fora do aparato formal do Estado; não fazer distribuição de lucros; ser autogovernada; ter algum grau de participação voluntária.

Conforme Meregé (1998), o terceiro setor é um conjunto de organizações não governamentais, caracterizadas pelo aspecto de não possuir fins lucrativos e que a partir de âmbito privado buscam resultados públicos, com propósitos de trazer respostas aos problemas sociais como saúde, educação, direitos civis, proteção ao meio ambiente etc. Suas receitas podem ser geradas em atividades operacionais, mas resultam, sobretudo, de doações do setor privado ou do setor governamental.

A difusão do terceiro setor destacou-se em meados dos anos 70 no Brasil, com a preocupação voltada aos mais necessitados, já que o Estado não assumia sua responsabilidade perante esta realidade (SANTOS E SILVA, 2015).

Em conformidade com Saraceno (2003) as instituições integrantes do terceiro setor denominaram-se originalmente de ONGs. Hoje, não somente estas integram o terceiro setor, mas também outras instituições que vêm sendo criadas para desempenhar este mesmo papel, diferindo nas formas de constituição para atender a determinados requisitos impostos por lei e que variam de um caso para outro. Por atuarem ao lado do Estado, recebem a denominação de entidades paraestatais. Nessa expressão podem ser incluídas todas as entidades integrantes do terceiro setor, o que abrange (atualmente no Brasil) as declaradas como Utilidade Pública Federal (UPF), as que recebem certificado de fins filantrópicos, os serviços autônomos (SESI, SESC, SENAI), as Organizações Sociais (OS) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

Para desempenhar seu papel as entidades do terceiro setor enfrentam desafios relativos à captação (direta e indireta) de recursos, gestão e distribuição das finanças disponíveis, tais recursos advêm principalmente de doações, contribuições, subvenções e do voluntariado (SANTOS E SILVA, 2015).

O Terceiro Setor tem crescido devido à preocupação da sociedade civil organizada com as questões sociais. A partir disso, surgiu a necessidade de criar um instrumento legal que pudesse reconhecer a atuação desse setor na área de assistência pública. Logo, através da Lei nº 9.790/99, estabeleceu-se a certificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público para entidades que se adequassem às exigências legais (ALBUQUERQUE e CAVALCANTE, 2007). Conforme Paes (2004), essa lei estabeleceu, de forma pioneira, um novo disciplinamento jurídico para às pessoas jurídicas de direito privado sem lucrativos que compõem o denominado terceiro setor, conferindo-lhes a possibilidade de serem qualificadas como OSCIPs e possibilitando o relacionamento com o Poder Público por meio de parceria.

2.2 OSCIP – DEFINIÇÃO E FINALIDADE

Conforme Regules (2006), a lei 9.790/99 não define o que é OSCIP. As definições existentes foram constituídas a partir da análise dos elementos fundamentais contidos na lei. Desta forma, o referido autor conceitua as OSCIPs como pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, destinadas ao cumprimento de serviços de interesse público, colaboradoras da ação estatal nas áreas sociais definidas pela Lei 9.790/1999, criadas e geridas exclusivamente pelos particulares, qualificadas e continuamente fiscalizadas pelo Estado sob a égide de regime jurídico especial (adoção de normas de direito privado com as derogações originárias do regime jurídico de direito público).

A OSCIP é uma qualificação especial concedida pelo Ministério da Justiça às entidades da sociedade civil sem fins lucrativos (MÂNICA, 2005). Segundo Rocha (2003), as OSCIPs são as organizações sem fins lucrativos providas do título de interesse público expedido pela Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça, cujo objetivo social atende às finalidades disposta nos incisos do artigo 3º, da Lei nº 9.790 de 23 de março de 1999.

As OSCIPs são entidades privadas sem fins lucrativos, integrantes do Terceiro Setor, porém vocacionadas para serem colaboradoras do estado na implementação de políticas e prestação de serviços sociais à população (OLIVEIRA, 2007). Araújo (2005) define OSCIP como organização do terceiro setor que, por intermédio da lei, relacionam-se com o Estado através de termo de parceria.

Devido à dificuldade de definir com precisão o significado de "interesse público", indispensável para o acesso à nova qualificação, e diante do risco de uma definição genérica e abstrata, foram estabelecidos dois critérios que, combinados, caracterizam e dão sentido ao “caráter público” das OSCIPs. Isso quer dizer que as entidades têm que: 1) atender os critérios de finalidade – não ter fins lucrativos e desenvolver determinados tipos de atividades de interesse geral da sociedade – e 2) adotar um determinado regime de funcionamento – dispor em seus estatutos e engendrar nas suas ações preceitos da esfera pública que tornem viáveis a transparência e responsabilização pelos atos praticados (FERRAREZI E REZENDE, 2001).

Para uma entidade qualificar-se como OSCIP é preciso o cumprimento de requisitos legais. Pelo critério de finalidade, podem ser qualificadas como OSCIP, as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, desde que os objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos estabelecidos pela lei (FERRAREZI, 2001).

Um dos requisitos para uma entidade sem fins lucrativos se qualificar como OSCIP é a execução de pelo menos uma das ações de interesse público elencadas no texto da Lei 9.790/99. A atividade executada pela OSCIP deve ser expressamente descrita no estatuto da entidade. Conforme prevê o artigo 3º da Lei 9.790/99 a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como OSCIP será concedida às entidades cujos objetivos sociais tenham pelo menos uma das seguintes finalidades (BRASIL, 1999):

- Promoção da assistência social;
- Promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- Promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;

- Promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
- Promoção da segurança alimentar e nutricional;
- Defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- Promoção do voluntariado;
- Promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
- Experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
- Promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;
- Promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
- Estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas anteriormente.
- Estudos e pesquisas para o desenvolvimento, a disponibilização e a implementação de tecnologias voltadas à mobilidade de pessoas, por qualquer meio de transporte.

O dispositivo legal que norteia as ações das OSCIPs estabelece as seguintes exigências: observância dos princípios e normas brasileiras de contabilidade; publicidade ao relatório de atividades e às demonstrações financeiras; realização de auditoria por auditor independente (BRASIL, 1999). O atendimento aos requisitos da lei pode contribuir para geração e divulgação de informação contábil com qualidade desejável e suficiente para influenciar a decisão dos doadores de recursos para essas entidades. Logo, considerando a disponibilidade das prestações de contas das OSCIPs e sob a perspectiva de analisar uma informação confiável optou-se pela adoção dessas organizações para este estudo.

2.3 TERMO DE PARCERIA

O Termo de Parceria é uma das principais inovações da Lei das OSCIPs. Trata-se de um novo instrumento jurídico criado pela Lei 9.790/99 (art. 9º) para a realização de parcerias unicamente entre o Poder Público e a OSCIP para o fomento e execução de projetos. Em outras palavras, o Termo de Parceria consolida um acordo de cooperação entre as partes e constitui uma alternativa ao convênio para a realização de projetos entre OSCIPs e órgãos das três esferas de governo, dispondo de procedimentos mais simples do que aqueles utilizados para a celebração de um convênio (FERRAREZI E REZENDE, 2001).

O termo de parceria é um instrumento menos rigoroso que os convênios na aplicação dos recursos recebidos do governo. Não é necessário seguir a legislação de licitações (Lei nº 8.666/93), devendo a instituição publicar em 30 dias contados da assinatura do termo de parceria seu regulamento de compras e contratações. Além disso, são considerados legítimos

os adiantamentos da OSCIPs à conta da parceria no caso de atraso nos repasses públicos e as despesas ocorridas entre o término da vigência do termo de parceria e a sua renovação (LEITE, 2003).

O parágrafo 2º, do artigo 10º da Lei nº 9.790/99, relata que são cláusulas essenciais do Termo de Parceria “a que estabelece as obrigações da Sociedade Civil de Interesse Público, entre as quais a de apresentar ao Poder Público, ao término de cada exercício, relatório sobre a execução do objeto do Termo de Parceria, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado de prestação de contas dos gastos e receitas efetivamente realizados [...]”(BRASIL, 1999).

Também sobre os Termos de Parceria, dois outros aspectos fundamentais devem ser analisados: os mecanismos criados pela lei para garantir a transparência e *accountability* e a questão da autonomia das OSCIPs. Ao mesmo tempo em que a legislação pretende incentivar os potenciais de flexibilidade e inovação das OSCIPs parceiras, ela cria novos mecanismos de controle das ações das organizações (KOGA, 2004).

O monitoramento e a fiscalização da execução do Termo de Parceria são de competência do órgão governamental parceiro e do Conselho de Políticas Públicas da área de atuação da OSCIP, mas estão também submetidos à fiscalização do Tribunal de Contas respectivo e do Ministério Público (ALBUQUERQUE, 2007).

O Termo de Parceria firmado de comum acordo entre o Poder Público e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público discriminará direitos, responsabilidades e obrigações das partes signatárias (BRASIL, 1999). Logo, são cláusulas essenciais do Termo de Parceria:

- O objeto, que conterá a especificação do programa de trabalho proposto pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público;
- A estipulação das metas e resultados a serem atingidos e os respectivos prazos de execução ou cronograma;
- A previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de resultado;
- A previsão de receitas e despesas a serem realizadas em seu cumprimento, estipulando item por item as categorias contábeis usadas pela organização e o detalhamento das remunerações e benefícios de pessoal a serem pagos, com recursos oriundos ou vinculados ao Termo de Parceria, a seus diretores, empregados e consultores;

- O estabelecimento das obrigações da Sociedade Civil de Interesse Público, entre as quais a de apresentar ao Poder Público, ao término de cada exercício, relatório sobre a execução do objeto do Termo de Parceria, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado de prestação de contas dos gastos e receitas efetivamente realizados, independente das previsões;
- A publicação, na imprensa oficial do Município, do Estado ou da União, conforme o alcance das atividades celebradas entre o órgão parceiro e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, de extrato do Termo de Parceria e de demonstrativo da sua execução física e financeira.

Koga (2004) afirma que os principais diferenciais introduzidos pelo modelo do Termo de Parceria em termos de responsabilização pelo uso de recursos públicos, transparência e controle social seriam: a previsão do concurso de projetos para a seleção da OSCIP parceira, a determinação da consulta dos Conselhos de Políticas Públicas antes da celebração do Termo de Parceria, a adoção da avaliação com ênfase no alcance dos resultados, a previsão de uma Comissão de Avaliação composta por representantes das duas partes da parceria e de uma auditoria externa para ajustes acima de R\$ 600 mil, a prestação de contas dirigida diretamente ao órgão público parceiro e a obrigatoriedade de publicação dos procedimentos e resultados da parceria.

Verifica-se através do termo de parceria a necessidade das OSCIP terem uma escrituração contábil e estarem em concordância com as Normas Brasileiras de Contabilidade. É por meio desta percepção de transparência e evidenciação de informações contábeis que as entidades de Terceiro Setor, certificadas como OSCIP, poderão representar organizações modernas, que se constituem a partir de espaços coletivos de participação da sociedade civil, atendendo a interesses de grupos específicos e buscando atingir movimentos e organizações sociais (ALBUQUERQUE, 2007).

2.4 PRESTAÇÕES DE CONTAS DAS OSCIPs

Prestações de contas efetivas e transparentes são os desafios do milênio para todos os tipos de organização, visto que, cada vez mais há disputa pela confiabilidade e credibilidade em qualquer que seja o campo de atuação. Para as organizações do terceiro setor (como as OSCIPs), este princípio é uma premissa básica a ser cumprida em busca da credibilidade face à sociedade (MILANI FILHO, 2004).

Segundo preceitua o Decreto nº 3.100/99, “[...] entende-se por prestação de contas a comprovação da correta aplicação dos recursos repassados à Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.” (BRASIL, 1999, art. 11). Em conformidade com o artigo 4º da Lei das OSCIPs, as normas de prestação de contas a serem observadas pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público determinarão no mínimo:

- A observação dos princípios fundamentais de contabilidade⁶ e das Normas Brasileiras de Contabilidade;
- Que se dê publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão;
- A realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto do Termo de Parceria, conforme previsto em regulamento;
- A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público será feita conforme determina o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.

A prestação de contas em organizações do terceiro setor (incluindo as OSCIPs) é uma necessidade perante os seus doadores a fim de promover a transparência e comunicação com os diversos atores interessados na entidade e assim garantir a continuidade das doações necessárias a sua sobrevivência (CARNEIRO, OLIVEIRA E TORRES, 2011).

De acordo com o parágrafo 1º, do artigo 11 do Decreto nº 3.100/99, “as prestações de contas anuais serão realizadas sobre a totalidade das operações patrimoniais e resultados das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.” (BRASIL, 1999, art. 11). No parágrafo 2º, do mesmo artigo, consta que:

A prestação de contas será instruída com os seguintes documentos: Relatório anual de execução de atividades; Demonstração de resultados do exercício; Balanço patrimonial; Demonstração das origens e aplicações de recursos; Demonstração das mutações do patrimônio social; Notas explicativas das demonstrações contábeis, caso necessário; e Parecer e relatório de auditoria [...], se for o caso. (BRASIL, 1999, art. 11).

⁶ Com a revogação das resoluções 750/93 e 1.282/10 do CFC, que faziam referência aos Princípios de Contabilidade, no processo de prestação de contas das OSCIPs deve-se considerar a observação da Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (CPC 00).

Por sua vez, como estipula o artigo 12 do Decreto nº 3.100/99, a prestação de contas relativa à execução do Termo de Parceria ocorre mediante a apresentação dos seguintes documentos:

Relatório anual de execução de atividades, contendo especificamente relatório sobre a execução do objeto do Termo de Parceria e comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados; Demonstrativo integral da receita e despesa realizadas na execução; Extrato da execução física e financeira; Demonstração de resultados do exercício; Balanço patrimonial; Demonstração das origens e das aplicações de recursos; Demonstração das mutações do patrimônio social; Notas explicativas das demonstrações contábeis, caso necessário; e parecer e relatório de auditoria, na hipótese do art. 19. (BRASIL, 1999, art. 12).

Na opinião de Cruz (2002, p. 62) “[...] o doador raciocina da seguinte forma: se não sabe de que maneira seus recursos foram aplicados, se não se sente capaz de vislumbrar resultados, não tem estímulo para doar mais”. “Portanto, é de fundamental importância que tais entidades demonstrem as aplicações de recursos para aqueles que financiam suas atividades, sejam órgãos governamentais ou a sociedade em geral, e que estão cumprindo sua missão.” (CARNEIRO, OLIVEIRA e TORRES, 2011, p. 95).

Os interessados nas informações podem estar tanto dentro como fora da organização. E um dos principais interessados na prestação de contas das ESFL (entidades sem fins lucrativos) é o governo, pois é a ele que a prestação de contas é direcionada em conformidade com a lei, com os contratos, convênios e os termos de parcerias (como no caso das OSCIPs). Outros interessados são os financiadores, parceiros e doadores. (CARNEIRO, OLIVEIRA e TORRES, 2011, p. 95).

O governo observa a efetividade da aplicação dos recursos, e verifica o impacto social das ações das entidades. Os doadores e voluntários possibilitam a legitimação da organização, pois contribuem para o aumento do grau de confiabilidade da entidade frente aos diversos parceiros. Os financiadores verificam se os recursos recebidos pelas organizações são administrados e aplicados de forma eficiente e eficaz, e se preocupam com a idoneidade no uso e gestão dos recursos. (MACIEL, 2005 e CARNEIRO, OLIVEIRA e TORRES, 2011).

2.5 AUDITORIA DAS OSCIPs

Para as organizações do terceiro setor, qualificadas como OSCIPs, a Lei nº 9.790/99 estabelece que as normas para prestações de contas a serem observadas pelas entidades devem ser regidas por estatutos e dever conter, entre outras exigências, o indicativo da obrigação de realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da

aplicação dos eventuais recursos objeto do termo de parceria conforme previsto em regulamento (BRASIL, 1999).

Segundo França *et al.* (2015) as demonstrações contábeis das Entidades sem Finalidade de Lucros podem ser obrigadas a passar por um processo de auditoria. Por sua vez o artigo 19 do Decreto n.º 3.100/99 determina que a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) deve realizar auditoria independente da aplicação dos recursos objeto do Termo de Parceria, de acordo com a alínea “c”, inciso VII, do Art. 4º da Lei n.º 9.790, de 1999, nos casos em que o montante de recursos for maior ou igual a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais). A auditoria independente deve ser realizada por pessoa física ou jurídica habilitada pelos Conselhos Regionais de Contabilidade, e os dispêndios decorrentes dos serviços de auditoria independente devem ser incluídos no orçamento do projeto como item de despesa.

A Auditoria nas contas das entidades que formam o Terceiro Setor, feita por auditores independentes, é uma exigência que pode ser feita pelo Poder Público ou ainda, estar prevista em seu estatuto, ou em lei. Dessa forma, relatório e parecer circunstanciado deve acompanhar a prestação de contas da entidade (KOPAK, 2008).

O Decreto n.º 3.100, de 30/7/1999, que regulamenta a Lei n.º 9.790/99 e dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado - sem fins lucrativos - como OSCIPS, estabelece que as prestações de contas dessas entidades sejam instruídas com os seguintes documentos (BRASIL, 1999):

- Relatório anual de execução de atividades;
- Demonstração de resultados do exercício;
- Balanço patrimonial;
- Demonstração das origens e aplicações de recursos;
- Demonstração das mutações do patrimônio social;
- Notas explicativas das demonstrações contábeis, caso necessário; e
- Parecer e relatório de auditoria nos termos do artigo 19 do Decreto, se for o caso.

A Auditoria Independente segue as Normas Brasileiras de Contabilidade das Demonstrações Contábeis (NBC T 11) nos exames de quaisquer demonstrativo oriundo do sistema contábil. O exame de auditoria das contas das Entidades de Interesse Social, feito por auditores independentes, é uma exigência que pode ser feita pelo Poder Público, por aportadores de recursos ou estar prevista no estatuto da entidade. Por exigência de quaisquer dos interessados citados, deve a auditoria ser feita por auditor independente, contador

regularmente registrado no conselho regional de sua jurisdição, cujo relatório e parecer circunstanciado devem acompanhar a prestação de contas, contendo as recomendações que forem julgadas oportunas e necessárias, especialmente, em relação aos controles internos (CFC, 2007).

Attie (2006) afirma que a auditoria é uma especialização contábil voltada a testar a eficiência e eficácia do controle patrimonial implantado com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado. Nesse contexto, o relatório dos auditores independentes é uma certificação das demonstrações contábeis, pois evidencia se as mesmas foram elaboradas de acordo com os Pronunciamentos Contábeis e as Normas Brasileiras de Contabilidade e se as informações evidenciadas nos demonstrativos refletem a real situação patrimonial e financeira das empresas. Para Araújo, (2003) o parecer do auditor independente desempenha uma função da maior relevância no cenário empresarial, em virtude de assegurar a lisura dos informes contábeis.

2.6 CONTABILIDADE PARA AS OSCIPs

A Contabilidade exerce um papel fundamental na evidenciação e controle dos recursos recebidos pelas OSCIPs e contribuem para o fortalecimento do terceiro setor (SILVA e VENDRUSCOLO, 2015). A Contabilidade apresenta-se como um sistema de informações essencial para o processo de gestão, controle e de promoção da transparência do Terceiro Setor (KOPAK, 2008)

A ITG 2002 (R1) é uma interpretação técnica que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros das transações e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros. Destina-se, também, a orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros (CFC, 2012).

A Lei 9.790/99 prevê em seus artigos 4º e 5º que as entidades do Terceiro Setor, interessadas na qualificação como OSCIPs devem observar os Princípios Fundamentais da Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade e apresentar Demonstrações Contábeis (KOPAK, 2008). Segundo essa autora, a legislação prevê, de um modo geral, que as entidades do Terceiro Setor publiquem os seus Demonstrativos Contábeis. São eles:

Balço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Social e a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos⁷.

Um modelo de gestão contábil - aplicado para entidades sem fins lucrativos classificadas como OSCIPs - deve evidenciar o tratamento tributário, legal e contábil que deve ser dado aos recursos recebidos pelas entidades (KOPAK, 2008).

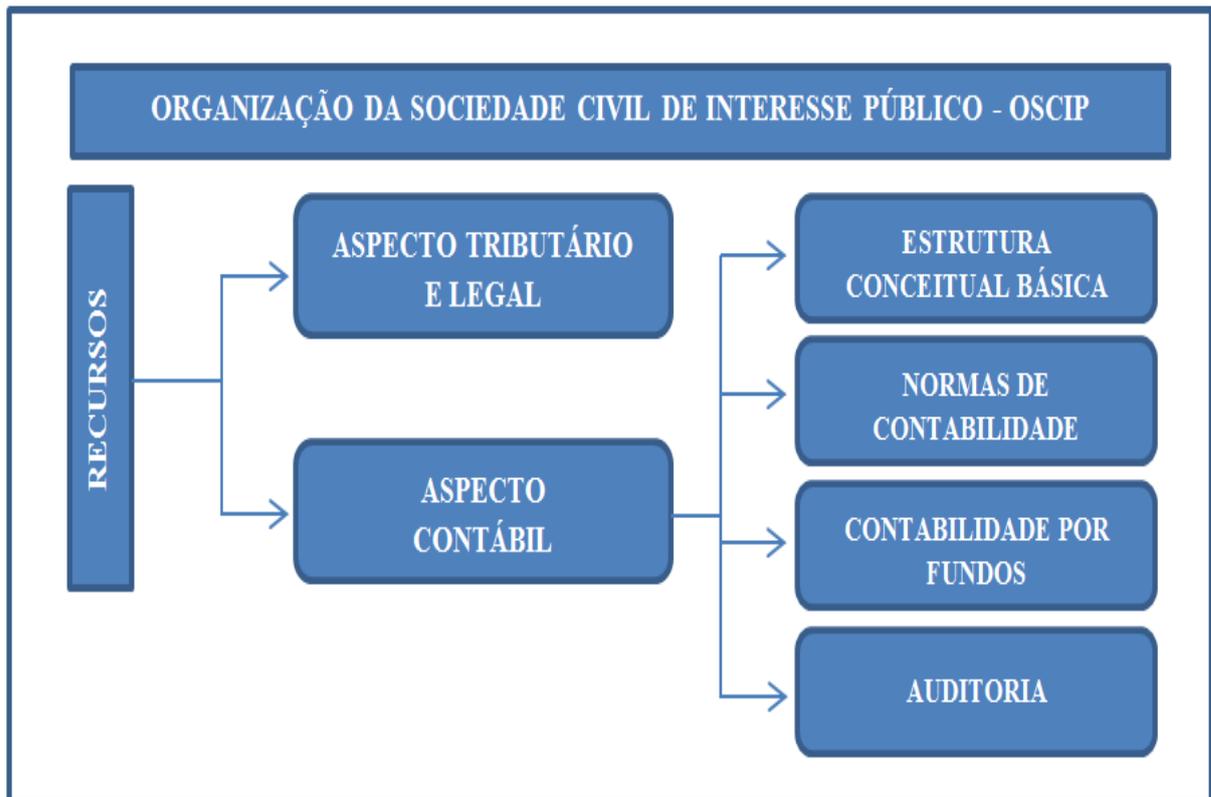


Figura 1 – Modelo de processo de gestão contábil aplicável as OSCIPs.
Fonte: adaptado de KOPAK (2008).

Em relação ao tema contabilidade, ainda é importante ressaltar que os resultados positivos apurados pelo sistema contábil de uma OSCIPs não são distribuídos - como ocorrem em empresas com fins lucrativos. A Resolução do CFC nº 877/00 dispõe que “as entidades sem finalidade de lucros são aquelas em que o resultado positivo não é destinado aos detentores do patrimônio líquido, e o lucro ou prejuízo é denominado, respectivamente, de superávit ou déficit”. (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2000).

⁷ Embora a Lei 9.790/99 ainda faça menção a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, atualmente exige-se que a Demonstração dos Fluxos de Caixa seja apresentada em seu lugar. A Resolução CFC n.º 1.409/12, que aprova a ITG 2002 (entidade sem finalidade de lucros) e revoga as NBCs T 10.19, 10.4 e 10.18, destacada no seu texto que as demonstrações contábeis que devem ser elaboradas pela entidade sem finalidade de lucros são as seguintes: o Balço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração dos Fluxos de Caixa. O texto da Interpretação Técnica Geral (ITG 2002) substitui a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.

2.7 DOAÇÕES PARA ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS

Se no início o trabalho das organizações sem fins lucrativos é feito voluntariamente, apenas de acordo com o tempo disponível pelos seus iniciadores, com o aumento da visibilidade e o conseqüente aumento do volume de trabalho, muitas organizações se veem limitadas em sua capacidade de atuação devido à falta de recursos, não apenas físicos como também humanos. A captação de recursos, seja por meio de dinheiro, doações de produtos ou trabalho voluntário, de uma maneira mais ativa, torna-se então uma necessidade (SPEAK, MCBRIDE e SHIPLEY, 2002)

A principal motivação para a captação e mobilização de recursos é garantir a viabilidade dos projetos, mantendo-os estáveis e produtivos. A atividade de captação de recursos integra as ações necessárias para construir e garantir a sustentabilidade dos projetos. Pode se afirmar que, atualmente, a maioria das organizações sem fins lucrativos é vulnerável, por possuir poucos recursos e, em geral, uma única fonte de apoio. A captação e a mobilização, quando planejadas, contribuem para diversificação dos seus recursos e diminuição do grau de vulnerabilidade das entidades (TENÓRIO, 2008).

As organizações que compõe o terceiro setor têm como fonte de sustentação as doações e os repasses de verbas governamentais (SILVA, MIRANDA E BARBOSA JR., 2003). Segundo Speak, Mcbride e Shipley (2002) entre as três principais fontes de renda identificadas pela maioria das organizações sem fins lucrativos podem ser citadas:

- Recursos governamentais;
- Renda gerada pela venda de serviços (por exemplo, consultorias) ou produtos (camisetas, chaveiros, agendas etc.); e
- Recursos captados através de doações (de indivíduos ou instituições).

A doação é uma contribuição sem que haja promoção do doador. É um repasse de recurso sem retorno de imagem, um apoio que resulta apenas da decisão de aplicar parte do imposto de renda devido em um projeto que o contribuinte queira incentivar (FBDC, 2016). A Lei nº 9.429/95, no parágrafo 2º do artigo 13, autoriza a dedução das doações sobre o imposto de renda para as pessoas Jurídicas tributadas pelo lucro real. Poderão ser deduzidas as doações até o limite de dois por cento do lucro operacional da pessoa jurídica, antes de computada a sua dedução, efetuadas a entidades civis, legalmente constituídas no Brasil, sem fins lucrativos, que prestem serviços gratuitos em benefício de empregados da pessoa jurídica doadora, e respectivos dependentes, ou em benefício da comunidade onde atuem (BRASIL,

1995). Para compreensão do benefício fiscal que pode ser conferido as empresas que efetuam doações para às OSCIPs, segue a ilustração de um exemplo:

	Descrição	Sem Doação	Com Doação	Economia	Memória de Cálculo
A	Lucro Operacional	1.000.000,00	1.000.000,00		
B	Doações a Deduzir	0,00	20.000,00		(1.000.000,00 x 2%)
C	Lucro Antes da CSL e IRPJ	1.000.000,00	980.000,00		A - B = C
D	(-) Contribuição Social (9%)	90.000,00	88.200,00	1.800,00	C x 9% = D
E	(-) Imposto de Renda - (15%)	150.000,00	147.000,00	3.000,00	C x 15% = E
F	(-) Adicional (10%)	76.000,00	74.480,00	1.520,00	10% [C - (D + E)] = F
G	Total Carga Tributária	<u>316.000,00</u>	<u>309.680,00</u>		D + E + F = G
H	Lucro Líquido	694.000,00	670.320,00		C - G = H
I	Total da Economia			6.320,00	3.600 + 6.000 + 4.000 = I
	Benefício fiscal em relação à doação			31,6% do valor doado	

Figura 2 – Benefício Fiscal para os doadores de OSCIPs
Fonte: adaptado de Softex (2013).

No que diz respeito à contabilização dos donativos, repassado para as OSCIPs e outras entidades sem fins lucrativos, as doações e contribuições para custeio são contabilizadas como receitas. As doações e subvenções de natureza patrimonial são contabilizadas no patrimônio social. (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2000). A doação realizada por empresas tributadas pelo lucro real é escriturada como despesa operacional, sendo abatida do imposto de renda e reduzindo o seu a pagar.

Os níveis de contribuições e doações recebidas por uma OSCIP podem ser um indicativo de credibilidade frente aos doadores (pessoas físicas ou jurídicas) e ao governo. Conforme Speak, Mcbride e Shipley (2002), receber uma doação indica que alguém de fora tem uma boa impressão do trabalho da organização e está disposto a investir no seu sucesso. Isso pode melhorar sua credibilidade junto a empresas locais, pessoas com o potencial de fazer doações grandes e outras fundações. Os críticos ao trabalho desenvolvido pela organização podem rever suas posições.

2.8 RELEVÂNCIA DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

A informação contábil relevante pode ser considerada como aquela que altera o estado da arte do conhecimento do seu usuário em relação à empresa, pois, a partir de interpretações, ele a utiliza em seu processo de tomada de decisão (YAMAMOTO e SALOTTI, 2006). Segundo o FASB (1980) a relevância corresponde à capacidade de a informação fazer diferença numa decisão, auxiliando o usuário a formar previsões sobre os resultados de

eventos passados, presentes e futuros ou para confirmar ou corrigir expectativas anteriores. Portanto, para ser relevante, a informação tem que ser oportuna e ter valor preditivo e/ou valor de feedback.

Conforme Hendriksen & Van Breda (1992), informação relevante, em sua definição mais básica, diz respeito à informação capaz de dar suporte para solução de problemas. O FASB (1980) afirma que relevância e confiabilidade são as duas principais qualidades que tornam a informação contábil útil para a tomada de decisões. Maior relevância e maior confiabilidade são as características que tornam a informação um produto mais desejável. Se qualquer uma dessas qualidades estiver completamente ausente, a informação não será útil.

Segundo Cruz (2010), a informação contábil relevante é aquela que influencia a decisão do doador quanto à alocação de recursos nas instituições do terceiro setor (como as OSCIPs), além disso, essa relevância está condicionada à disponibilidade da referida informação para esses doadores.

Uma diversidade de estudos tem examinado a relevância da informação contábil para tomada de decisão do investidor social⁸ (Weisbrod e Dominguez, 1986; Khanna, Posnett, e Sandler, 1995; Khanna e Sandler, 2000; Okten e Weisbrod, 2000; Frumkin e Kim, 2001; Jacobs e Marudas, 2004; Tinkelman e Mankaney, 2007; Trussel e Parsons, 2007; Jacobs e Marudas, 2009; Calabrese e Grizzle, 2010; Bose, 2014).

As informações contábeis que evidenciam a eficiência administrativa⁹, que fazem referência ao nível de endividamento e enfatizam a reputação organizacional das entidades sem fins lucrativos têm sido apontadas, em diversas pesquisas, como fatores determinantes para tomada de decisão dos doadores em relação às doações para o terceiro setor. Uma diversidade de trabalhos (Weisbrod e Dominguez, 1986; Khanna, Posnett, e Sandler, 1995; Khanna e Sandler, 2000; Okten e Weisbrod, 2000; Frumkin e Kim, 2001; Jacobs e Marudas, 2004; Tinkelman e Mankaney, 2007; Trussel e Parsons, 2007; Jacobs e Marudas, 2009; Calabrese e Grizzle, 2010; Bose, 2014), realizados no âmbito internacional, relatam a utilidade da informação contábil para a captação de donativos pelas organizações sem fins lucrativos.

Os estudos relativos aos determinantes das doações para as organizações sem fins lucrativos evidenciam, a partir do arcabouço teórico e das comprovações empíricas, que a

⁸ Assim como no estudo de Cruz (2010), o termo investidor social será adotado para distinguir os investidores do terceiro setor daqueles que investem nos demais setores. As expressões “doador e investidor social” serão adotadas como sinônimas no decorrer da dissertação.

⁹ Os termos “eficiência da organização, eficiência organizacional e eficiência operacional” são utilizados (como sinônimos) para referir-se a eficiência administrativa.

captação de recursos no terceiro setor possui relações com variáveis ligadas à eficiência operacional, à reputação das organizações, à disponibilidade de informações contábeis e ao tamanho das organizações (MEDEIROS, GALVÃO e OLIVEIRA, 2015).

Além da literatura que relaciona a eficiência administrativa, a reputação da organização e a disponibilidade de informações com as doações individuais para instituições de caridade (descritas anteriormente), os pesquisadores têm investigado o uso de dívida por entidades sem fins lucrativos. Segundo Calabrese e Grizzle (2010) tem havido uma quantidade significativa de trabalhos realizados sobre o financiamento privado das organizações sem fins lucrativos. No entanto, apesar do enorme tamanho do setor sem fins lucrativos, da importância das doações privadas para o setor e da importância do setor para as finanças públicas, como um todo, tem havido muito pouca pesquisa empírica feita sobre a estrutura de capital das organizações sem fins lucrativos e nenhum delas examinou os efeitos potenciais dos empréstimos sobre as contribuições individuais.

Sob a ótica da informação relevante para os doadores, Weisbrod & Dominguez (1986) consideram três fatores para determinação das doações: a eficiência organizacional; disponibilidade de informações; e reputação organizacional. O FASB (1980) afirma que a relevância da informação contábil está condicionada à sua disponibilidade para o usuário e relacionada sua capacidade de influenciar decisões.

Calabrese e Grizzle (2010) relatam que as informações financeiras relativas ao endividamento de entidades do terceiro setor também possuem relevância para tomada de decisão dos doadores, e podem impactar positivamente ou negativamente a captação de donativos.

A pesquisa sobre *value-relevance* voltada às entidades sem fins lucrativos procura explorar a associação entre doações e números contábeis para avaliar se a contabilidade dessas instituições é relevante para os doadores. Os tomadores de decisão são os doadores, e as decisões são sobre se devem fazer uma contribuição e de quanto deve ser. A variável dependente “doações” representa o capital que os doadores investem nas entidades sem fins lucrativos. A pesquisa sobre *value-relevance* nessa área busca demonstrar uma associação entre a contabilidade e as doações (o resultado da decisão) (PARSONS, 2003).

2.8.1 Eficiência Operacional no terceiro setor

No contexto da avaliação organizacional, a eficiência refere-se à habilidade de produção dos resultados desejados com uma utilização mínima de recursos, portanto uma

medida de eficiência deveria relacionar recursos consumidos (*inputs*) e os resultados gerados (*outputs*) (PEREIRA, 2001).

Conforme Parsons (2003), a eficiência operacional¹⁰ é uma medida do grau em que as entidades sem fins lucrativos direcionam seus recursos disponíveis para a missão da organização. No trabalho de Tinkelman e Mankaney (2007) a eficiência é tratada como eficiência administrativa, pelo fato de estar relacionada à capacidade de gestão da entidade com relação à destinação das doações. Entre as variáveis consideradas como medida de eficiência operacional encontra-se a taxa de despesas administrativas (ADM).

Segundo Cruz (2010), a taxa das despesas administrativas busca evidenciar o percentual das despesas totais que são gastos com a administração, de forma que esta é calculada com a divisão das despesas administrativas pela totalidade das despesas. A taxa de despesas administrativas é a despesa administrativa como uma porcentagem das despesas totais (TRUSSEL e PARSONS, 2007).

$$ADM = \frac{\text{Despesas Administrativas}}{\text{Despesas Totais}} \quad (1)$$

Os estudos de Tinkelman e Mankaney (2007) e Greenlee e Brown (1999) apontam outra alternativa para medição da taxa de despesas administrativas:

$$ADM = \frac{\text{Despesas Administrativas}}{(\text{Despesas Totais} + \text{Despesas por Programas})} \quad (2)$$

Cruz (2010) afirma que a taxa de despesas administrativas é considerada uma medida contábil para a eficiência operacional da OSCIP, e quanto mais baixa esta taxa, mais eficiente será a organização quanto à alocação dos seus recursos em atividades diretamente relacionadas com a sua missão, e isso pode se refletir em maiores doações.

Estudos anteriores exploraram a relação das doações com medidas contábeis de eficiência e estabilidade e descobriram que organizações mais eficientes e mais estáveis geram maiores contribuições totais (TRUSSEL e PARSONS, 2007). Os Resultados dos estudos de Greenlee e Brown (1999), Tinkelman e Mankaney (2007) e Jacobs e Marudas

¹⁰ A ênfase de eficiência operacional, considerada neste estudo, é aquela em relação à capacidade de alocação dos recursos na missão da entidade, de maneira que seja possível fazer mais gastando menos. Por exemplo, contraindo menores despesas administrativas e captando maiores volumes de doações e prestado maior volume de serviços à sociedade.

(2009) apontam uma associação negativa entre a taxa de despesas administrativas e as doações, indicando que as empresas que praticam menores taxas de despesas administrativas conseguem obter maior volume de donativos. Por meio de um estudo experimental Khumawala e Gordon (1997) obtiveram evidências de que os doadores incorporam a eficiência administrativa em suas decisões de doação para organizações sem fins lucrativos.

A taxa de despesas administrativas é uma medida frequentemente usada para mensurar a eficiência operacional das organizações do terceiro setor (GREENLEE e BROWN, 1999; FRUMKIN e KIM, 2001; PARSONS, 2007; TINKELMAN e MANKANEY, 2007; TRUSSEL e PARSONS, 2007; JACOBS e MARUDAS, 2009).

A informação contábil que evidencia a eficiência operacional das entidades sem fins lucrativos tem sido considerada como relevante para tomada de decisão dos doadores (JACOBS e MARUDAS, 2009; TRUSSEL e PARSONS, 2007; TINKELMAN e MANKANEY, 2007; GREENLEE e BROWN, 1999). Os resultados desses estudos apontam que as organizações que praticam menores taxas de despesas administrativas conseguem captar maiores de doações.

Conforme Cruz (2010), outras medidas baseadas em números contábeis, como a taxa de despesas com programas e o preço, são comumente utilizadas para mensurar a eficiência administrativa e, portanto, são incluídas nos modelos que investigam a relação entre informações contábeis e doações.

2.8.2 Reputação Organizacional das ESFL

Estudos anteriores, realizados nos Estados Unidos e no Reino Unido, tem indicado a informação contábil que comunica a reputação organizacional das entidades sem fins lucrativos como relevante para tomada de decisão dos doadores (TRUSSEL e PARSONS, 2007; TINKELMAN e MANKANEY, 2007; JACOBS e MARUDAS, 2004; FRUMKIN e KIM, 2001; KHANNA e SANDLER, 2000; OKTEN e WEISBROD, 2000). As evidências encontradas nesses estudos indicam uma relação positiva entre as doações e a reputação organizacional.

Segundo Fombrun e Van Riel (1997), a reputação é uma representação do passado das ações e dos resultados de uma organização, que representam a capacidade que a entidade tem para criar valor para os seus vários *stakeholders*. Bromley (2002) e Sandberg (2002), afirmam que reputação corporativa é uma percepção social comum ou ainda um consenso sobre como a organização se comporta em dada situação.

Cruz (2010) afirma que pela ótica do terceiro setor, a reputação está relacionada a uma percepção da sociedade sobre o comportamento da entidade ao longo do tempo. Nos estudos sobre os determinantes das doações, as receitas governamentais e a idade¹¹ das organizações têm sido utilizadas como medidas de reputação organizacional (CRUZ, 2010; JACOBS e MARUDAS, 2009; TINKELMAN e MANKANEY, 2007; TRUSSEL e PARSONS, 2007).

Para Okten e Weisbrod (2000), a idade é uma fonte de informação sobre a reputação das organizações sem fins lucrativos, pois entidades mais velhas possivelmente se beneficiam do efeito reputacional. Os estudos de Okten e Weisbrod (2000), Marcuello e Salas (2001) e Trussel e Parsons (2007) adotaram a idade como uma medida de reputação organizacional das organizações do terceiro setor.

Conforme Weisbrod e Dominguez (1986), a idade corresponde ao número de anos de existência da entidade sem fins lucrativos. A variável receita governamental corresponde ao somatório dos recursos advindos das subvenções públicas, contribuições públicas, convênios públicos, auxílios públicos e término de parceria (Frumkin e Kim, 2001; Jacobs e Marudas, 2009; Tinkelman e Mankaney, 2007; Trussel e Parsons, 2007).

Weisbrod e Dominguez (1986) relatam que a reputação do donatário (favorecido por uma doação) afeta a disposição dos doadores para doar. Esses autores utilizaram a variável idade para captar os efeitos da reputação sobre as doações.

Conforme Trussel e Parsons (2007) a reputação organizacional é uma informação importante para determinação da doação, pois os doadores conferem essa reputação para validar a doação.

Cruz (2010) pressupõe que a reputação organizacional (representada pela idade e receitas governamentais) pode influenciar a preferência dos doadores como fonte de informação sobre a qualidade do produto, logo, *ceteris paribus*, quanto maior a reputação da entidade, maior a demanda do doador e, conseqüentemente, maiores são as contribuições.

Os achados dos estudos de Khanna, Posnett e Sandler (1995), Okten e Weisbrod (2000); Khanna e Sandler (2000), Frumkin e Kim (2001), e Tinkelman e Mankaney (2007) indicam uma relação positiva entre as receitas governamentais e as doações para organizações sem fins lucrativos.

Os resultados do estudo de Cruz (2010) indicam uma relação positiva entre as doações provenientes de doadores individuais e as receitas governamentais do ano anterior. Sugerem

¹¹ Para a avaliação do efeito da reputação organizacional sobre as doações, optou-se pelo padrão de estudos anteriores realizados no Brasil (MEDEIROS, GALVÃO E OLIVEIRA, 2015; CRUZ, 2010). As pesquisas anteriores avaliaram o efeito das receitas governamentais sobre as doações. A escolha foi fundamentada no fato de que as variáveis receitas governamentais e idade são altamente correlacionadas.

que o suporte governamental influencia a tomada de doação dos indivíduos em relação às doações para as OSCIPs. A informação contábil que sinaliza a reputação organizacional (receita governamental) é relevante para explicar as doações de entidades privadas.

2.8.3 Disponibilidade das Informações para os doadores

Entre os problemas encontrados pelos agentes da economia que desejam realizar donativos para as entidades sem finalidade lucrativa encontra-se a assimetria de informação. A informação emanada da contabilidade funciona como um mecanismo de sinalização, visando atenuar a assimetria informacional entre gestor da entidade e doadores (CRUZ, 2010).

A relação entre a gestão de uma organização sem fins lucrativos e os doadores é um exemplo de uma situação com assimetria de informação. Muitos doadores são convidados a apoiar organizações de caridade sobre a qual eles sabem relativamente pouco. Normalmente, esses pedidos são acompanhados por uma discussão sobre as necessidades da organização e seus beneficiários, mas muitas vezes não há prestação de contas (*accountability*) incluída no pedido (PARSONS, 2007).

Segundo Weisbrod e Dominguez (1986), a assimetria de informações entre as organizações sem fins lucrativos (prestadores de contas) e os doadores (consumidores da informação) é frequente, principalmente em mercados onde as doações são a principal fonte de receita. Nesse contexto, as entidades devem transferir informações relativas à qualidade dos seus produtos para os potenciais doadores.

Cruz (2010) relata que a informação contábil relevante é aquela que influencia a decisão de doação ou contribuição para a entidade do terceiro setor por capacitar o doador a prever os resultados das atividades da instituição, além disso, a relevância da informação está condicionada à sua disponibilidade em momento oportuno¹² para o doador.

Uma vez que existem dificuldades para mensuração direta da quantidade de informação recebida por doadores pelas entidades do terceiro setor, os estudos adotam a despesa com captação de recursos (CAPT) como uma *proxy* para a disponibilidade dessas informações (WEISBROD e DOMINGUEZ, 1986; KHANNA, POSNETT e SANDLER, 1995; TINKELMAN, 1997; OKTEN e WEISBROD, 2000; KHANNA e SANDLER, 2000;

¹² Segundo o FASB (1980) para uma informação ser considerada relevante é preciso que seja divulgada de maneira tempestiva (oportuna), de forma que possa contribuir para as decisões dos usuários. Muitos relatórios contábeis são divulgados após a tomada de decisão dos agentes econômicos.

FRUMKIN e KIM, 2001; JACOBS e MARUDAS, 2004; TINKELMAN e MANKANEY, 2007; TRUSSEL e PARSONS, 2007; JACOBS e MARUDAS, 2009).

2.8.4 Endividamento e doações para o terceiro setor

O estudo sobre como as entidades sem fins lucrativos financiam suas atividades pode ser relevante para as decisões dos doadores relativas à alocação de contribuições no setor. A alavancagem pode levar a um maior risco financeiro, por outro lado também cria oportunidades para expansão dos programas existentes ou novos (CALABRESE E GRIZZLE, 2010). Além do capital a longo prazo ou da expansão dos negócios, Yetman (2007) também indica que organizações sem fins lucrativos usam dívida¹³ para suavizar as necessidades de capital de curto prazo e para refinar a dívida existente. A dívida de curto prazo, uma vez que exige pagamento de juros menores do que os valores cobrados em dívidas de longo prazo, quando bem dosada e eficientemente administrada não prejudica a liquidez e a capacidade de expansão das entidades. Logo, a assunção de endividamento de curto prazo, pode ser um bom remédio para superação de necessidade temporária de capital de giro. Por outro lado, Bowman (2002) aponta que muitas organizações sem fins lucrativos não têm a capacidade para assumir os instrumentos de financiamento de longo prazo formais (tais como hipotecas, títulos ou notas), contando apenas com instrumentos de curto prazo (linhas de crédito, contas a pagar, etc.).

Baseando-se em pesquisas anteriores - como o estudo de Okten e Weisbrod (2000) que concluiu que os doadores reagem negativamente ao aumento das despesas de angariação de fundos nas organizações sem fins lucrativos¹⁴, Calabrese e Grizzle (2010) postularam que se

¹³ O endividamento de curto prazo pode ser utilizado de maneira sucedida para três finalidades: para cobertura de emergências e despesas inesperadas; para facilitar a expansão das atividades das entidades; e como capital operacional. Quando os fundos de emergência são insuficientes ou inexistentes, a dívida de curto prazo contribui para superação das situações onde surgem gastos emergenciais. A dívida de curto prazo possibilita a injeção de dinheiro nas entidades de maneira a facilitar a sua expansão. Os recursos oriundos de endividamento de curto prazo podem ser utilizados na compra ou no aluguel de novos equipamentos, na renovação do espaço de trabalho, na contratação de novos funcionários, no aluguel de espaço para o funcionamento de um escritório adicional e para outras finalidades. Essas melhorias possibilitarão o aumento das receitas, minimizando o impacto negativo nos resultados da organização. Outra vantagem da dívida de curto prazo é a garantia de disponibilidade de dinheiro para satisfazer necessidades de capital operacional da entidade. O capital operacional é definido como recurso financeiro (dinheiro) disponível para pagar as operações diárias de uma entidade, sendo utilizado nos períodos em que o fluxo de receita, temporariamente, é insuficiente para atender às necessidades operacionais.

¹⁴ As despesas com angariação de fundos, também conhecidas como despesas com captação de recursos, correspondem aos gastos com propagandas, folhetos ou outros tipos de publicações para divulgar as ações das entidades e como os seus recursos da entidade são aplicados. Esse tipo de despesa é realizado na tentativa de atrair potenciais doadores.

os doadores prestarem atenção às informações financeiras das organizações sem fins lucrativos, então um aumento no financiamento das dívidas pode ter um efeito positivo ou negativo sobre as doações. Isso ocorre em função das diferentes variações nos níveis de endividamento do curto e do longo prazo. Porém, os resultados encontrados por meio do estudo de Calabrese e Grizzle (2010) sugerem que os doadores fazem remoção de futuras doações quando uma organização sem fins lucrativos é mais altamente alavancada em comparação com organizações similares.

2.9 ESTUDOS ANTERIORES

Em pesquisa direcionada as OSCIPs do Estado do Rio de Janeiro, Cruz, Soares Júnior, Silva e Siqueira (2010) relataram que dada à expansão das atividades e da atuação de entidades do Terceiro Setor em vários segmentos da sociedade e da economia, diversas pesquisas, tanto teóricas quanto empíricas, têm sido realizadas como objetivo de melhor descrever, compreender e explicar a dinâmica de atuação e as problemáticas enfrentadas por tais entidades.

Bezerra, Pereira e Albuquerque (2014) realizaram estudo com o objetivo de identificar as demonstrações contábeis elaboradas, divulgadas e utilizadas na prestação de contas das OSCIP do Brasil. Constatou-se que, das entidades pesquisadas, ainda existe uma quantidade significativa que não fazem a utilização efetiva da contabilidade enquanto instrumento essencial de evidenciação, gerenciamento e prestação de contas para os usuários.

Albuquerque e Cavalcante (2007) realizaram pesquisa propondo identificar o nível de evidenciação das informações contábeis geradas pelas OSCIPs do Estado da Paraíba. Os resultados da pesquisa apontaram que 20,6% das OSCIPs evidenciavam os relatórios contábeis obrigatórios e apenas 8,8% apresentam o nível 4 de evidenciação, ou seja, um nível considerado satisfatório.

Por meio de estudo focado na evidenciação das informações contábeis das OSCIPs instaladas em Feira de Santana no estado da Bahia, Azevedo e Araújo (2004) concluíram que as demonstrações publicadas pelas organizações não têm evidenciado de forma clara às informações contábeis, sendo assim, são de difícil compreensão para os seus usuários.

O estudo de Cruz *et al.* (2010) teve como objetivo principal analisar as prestações de contas das OSCIPs do Estado do Rio de Janeiro que promovem a assistência social e confrontá-las com as exigências destacadas na regulamentação pertinente, tentando identificar possíveis inconformidades que levem a uma descontinuidade do fluxo dos recursos. Os

resultados da pesquisa revelam que as OSCIPs não têm prestado contas dos recursos públicos e privados recebidos de forma transparente, e o nível de atendimento das normas regulamentares de prestação de contas por parte delas é considerado baixo.

Por meio de um estudo de caso, Silva, Miranda e Barbosa Jr. (2003) investigaram a utilização de ferramentas de medição de desempenho em uma OSCIP. Os resultados do estudo indicam que as entidades do terceiro setor podem se beneficiar da implantação de sistemas de medição de desempenho mais sofisticados, como é o caso do *Balanced Scorecard*.

Rhoden e Henkin (2004) pesquisaram a implantação e os reflexos da utilização de ferramentas de medição de desempenho em uma Instituição de Crédito qualificada como OSCIP. Os resultados do estudo indicam que o *Balanced Scorecard* pode contribuir para a melhoria do desempenho das OSCIPs, desde que observadas às necessidades de adaptação do instrumento à instituição que o utiliza.

Cunha, Carpes e Utzig (2014) realizaram estudo com o objetivo de investigar o processo de gestão de desempenho e resultado utilizado pelas OSCIPs de microcrédito com sede em Santa Catarina. Os resultados permitiram concluir que o processo de gestão é caracterizado pela preocupação no cumprimento legal e na evidenciação obrigatória. O conjunto de características identificadas demonstra a necessidade de uma aplicação de novos instrumentos de gestão que permitam alavancar o processo decisório.

2.9.1 Estudos anteriores relativos ao impacto da informação contábil sobre as doações

No estudo seminal relativo aos fatores que influenciam as doações privadas para organizações sem fins lucrativos, Weisbrod e Dominguez (1986) examinaram a sensibilidade da doação voluntária (doações de dinheiro) em relação às variáveis preço¹⁵ (*proxy* de eficiência) e despesas de publicidade (angariação de fundos). Constataram que a eficiência, publicidade e qualidade são determinantes importantes das doações individuais para uma organização sem fins lucrativos.

Khanna, Posnett e Sandler (1995) analisaram informações, correspondentes ao período de 1983 a 1990, das 159 organizações sem fins lucrativos mais proeminentes no Reino Unido.

¹⁵ Weisbrod e Dominguez (1986) e Cruz (2010) relatam que o preço pode ser definido como o custo para o doador ter o valor de um real aplicado na missão da entidade do terceiro setor. Considerando que os valores das doações são passíveis de serem deduzidos no imposto de renda, o custo real de cada unidade financeira destinada para uma entidade do terceiro setor é inferior ao valor efetivamente doado. Para melhor compreensão observar o item doações, apresentado no referencial teórico.

Para explicar as contribuições voluntárias direcionadas às organizações de caridade, os autores adotaram um modelo empírico que contemplava as variáveis preço, gastos com captação de recursos, receitas autônomas (tais como aluguéis, taxas, entre outras receitas), receitas governamentais, legados (ganhos provenientes de bens recebidos por herança) e a idade da instituição. Os resultados apontam uma relação negativa entre o preço e as contribuições voluntárias e uma relação positiva entre as variáveis gastos com captação de recursos, receitas governamentais, legados e idade com as doações. A variável receitas autônomas não apresentou coeficiente estatisticamente significativo.

Os resultados parciais do estudo de Okten e Weisbrod (2000) apresentam evidências de que a receita a partir de qualquer subsídio do governo ou da própria atividade de venda de programas da organização geralmente faz com que as doações privadas não reduzam, ou seja, as receitas geram um efeito positivo sobre os donativos.

Frumkin e Kim (2001) realizaram um estudo com o propósito de verificar se a eficiência operacional é reconhecida e recompensada pelos financiadores privados que apoiam organizações sem fins lucrativos em áreas que vão desde a educação para o serviço social para as artes e para além dela. Observando a eficiência administrativa e os resultados de angariação de fundos (captação de recursos) de uma grande amostra de organizações sem fins lucrativos ao longo de um período de 11 anos, os autores descobriram que organizações sem fins lucrativos que se posicionam com custo eficiente - relatando baixa taxa administrativa para as proporções de despesa total - não se saíram melhor ao longo do tempo do que as organizações que se encontravam em condições menos eficientes.

A pesquisa de Jacobs e Marudas (2004) buscou evidências sobre os efeitos que a captação de recursos, o apoio do governo, e as receitas do programa de educação superior dos EUA, hospitais e as organizações de investigação científica sem fins lucrativos tem sobre as doações para essas organizações sem fins lucrativos. Na análise das entidades de pesquisa, os resultados apontam uma relação negativa entre a variável preço (proxy de eficiência administrativa) e a doação, sendo que essa relação foi positiva no segmento dos hospitais. Adicionalmente encontrou-se uma relação positiva entre as doações e as receitas governamentais na análise das entidades de educação.

Segundo Tinkelman e Mankaney (2007), a investigação sobre como as medidas contábeis de eficiência administrativa afetam as doações é uma questão importante para os gestores de organizações sem fins lucrativos. As pesquisas anteriores que focaram essa relação são inconclusivas, alguns estudos encontraram uma relação negativa significativa e outros não encontraram relação significativa. Os autores sugerem que alguns estudos

anteriores não conseguiram encontrar associações significativas em grande parte porque as suas amostras continham muitas organizações para as quais os índices administrativos não eram confiáveis. O estudo de Tinkelman e Mankaney (2007) evidencia que existe uma redução das contribuições dos doadores para organizações que relataram proporções mais elevadas de despesas administrativas quando os relacionamentos são presumivelmente mais relevantes e confiáveis.

Parsons (2007) realizou estudo visando verificar o impacto das informações financeiras e divulgações voluntárias sobre as contribuições para as organizações sem fins lucrativos. Por meio de uma pesquisa experimental investigou se a informação contábil reduz a incerteza percebida sobre as operações sem fins lucrativos e verificou se os doadores individuais são mais propensos a contribuir quando as informações contábeis ou divulgações voluntárias são fornecidas. Aos doadores potenciais foram enviados, através de uma campanha de mala direta, apelos de captação de recursos que contêm quantidades variáveis de informações financeiras e não financeiras, a fim de determinar se os doadores individuais são mais propensos a contribuir quando as informações contábeis ou divulgações voluntárias são fornecidas. Os resultados de uma regressão logística forneceram evidências de que alguns doadores que possuem informações de contabilidade financeira antes de doar a utilizam ao tomar uma decisão de doação.

Jacobs e Marudas (2009) examinaram os efeitos que duas medidas contábeis de ineficiência das organizações sem fins lucrativos (ineficiência administrativa e preço da doação) têm sobre as doações para organizações sem fins lucrativos dos Estados Unidos. Os resultados do estudo evidenciaram que a ineficiência administrativa tem um efeito negativo significativo sobre as doações para as organizações sem fins lucrativos na amostra total. Além disso, o preço da doação tem um efeito negativo significativo sobre doações para organizações sem fins lucrativos na amostra total.

A investigação científica de Calabrese e Grizzle (2010) verificou se o empréstimo (garantido ou não garantido) obtido por organizações sem fins lucrativos influenciam as doações futuras. Os resultados para a totalidade da amostra indicam que o aumento do endividamento - ambos garantidos e não garantidos - reduzem as doações subsequentes dos indivíduos. Esta descoberta fornece suporte empírico para a hipótese 1, de que a dívida influencia as contribuições para organizações sem fins lucrativos. As diferenças nos coeficientes fornecem apoio empírico para a segunda hipótese do estudo, de que os diferentes tipos de dívida afetam as contribuições de forma diferente. Os resultados sugerem que os aumentos de empréstimos, especialmente em curto prazo (os empréstimos não garantidos),

podem ter influência positiva sobre as contribuições de indivíduos. Os resultados indicam que o aumento dos níveis de dívida garantido tem um efeito significativo sobre futuras doações. Com exceção das dívidas não garantidas escrituradas no curto prazo, os resultados sugerem que os doadores são indiferentes ou reagem negativamente ao uso de instrumentos financeiros de dívidas.

A pesquisa de Cruz (2010) buscou compreender o valor da informação contábil para os doadores em suas decisões relativas às doações para as organizações do terceiro setor no Brasil, qualificadas como OSCIPs. Adotando uma abordagem metodológica empírico-positivista, o desenvolvimento da pesquisa se deu por meio da análise predominantemente quantitativa - com a utilização da análise fatorial e de regressões de informações contábeis. A amostra do estudo foi composta 124 entidades, sendo analisados dados dos anos de 2006 e 2007. Os resultados encontrados sugerem que a informação contábil que comunica a eficiência operacional da OSCIP é relevante para explicar as doações privadas nessas organizações, no entanto, essa relevância refere-se a doações privadas institucionais e não a individuais, o que contraria os achados de pesquisas realizadas em países mais desenvolvidos, como os Estados Unidos. Identificou-se também relação significativa entre a informação contábil que sinaliza a reputação da OSCIP e as doações e contribuições privadas. Adicionalmente, as evidências sugerem que as entidades do terceiro setor brasileiro, qualificadas como OSCIP, podem usar a contabilidade para comunicar potenciais doadores institucionais sobre a utilização dos recursos arrecadados.

O estudo de Medeiros, Galvão e Oliveira (2015) investigou a relevância das informações contábeis para a captação de doações privadas em entidades do terceiro setor qualificadas como Utilidade Pública Federal (UPF), situadas nos estados de Pernambuco, Bahia e Ceará. A amostra do estudo foi composta 137 UPFs que prestaram contas no período de 2012 e 2013. O estudo contemplou variáveis que indicavam a Eficiência Operacional (Taxas Administrativas), a Reputação Organizacional (Receitas Governamentais), a Disponibilidade de Informações e o Tamanho das entidades (Ativo). Entretanto, o modelo de Regressão Linear verificou que apenas o fator Ativo explica o volume das Doações Privadas recebidas pelas entidades sem fins lucrativos. Através da utilização de variáveis dummies, foi constatado que a localização da entidade não afeta no volume das doações recebidas por esta. Os autores concluíram que existe certo distanciamento entre a literatura e a presente pesquisa sobre os fatores que influenciam na captação de doações, visto que somente o tamanho da entidade (fator Ativo) influencia no quantitativo de doações recebidas pelas entidades analisadas no estudo.

A abordagem e os resultados das pesquisas citadas anteriormente e de outros estudos são apresentados no quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Objetivo, Metodologia e Resultados de Estudos Anteriores.

Pesquisa: Calabrese e Grizzle, 2010		Dados: EUA
Objetivo	Metodologia	Resultados
Analisar o efeito da concorrência entre as organizações sem fins lucrativos sobre as doações recebidas por elas.	A equação foi estimada usando o método dos mínimos quadrados de dois estágios. Regressão com dados dispostos em painel.	As evidências do estudo sugerem que os doadores são indiferentes ou reagem negativamente ao uso de dívidas. Em caráter de exceção os resultados apresentam indícios de que os aumentos de empréstimos não garantidos no curto prazo podem influenciar positivamente as doações dos indivíduos.
Pesquisa: Jacobs e Marudas, 2009		Dados: EUA
Objetivo	Metodologia	Resultados
Examinar os efeitos da ineficiência administrativa e do preço da doação sobre as doações para organizações sem fins lucrativos dos Estados Unidos.	Análise quantitativa dos dados provenientes do formulário 990 (IRS/SOI/NCCS) através da utilização de regressão com dados de corte transversal (método de estimação: OLS - método dos mínimos quadrados ordinários).	Os resultados da pesquisa relatam as seguintes evidências: Uma relação negativa entre as doações com as variáveis “Preço, Taxa de Despesas Administrativas (Ineficiência da ONG), Receitas com Programas e Idade”. Uma relação negativa entre as doações com as variáveis Despesas com Captação de Recursos e Ativo.
Pesquisa: Trussel e Parsons, 2007		Dados: EUA
Objetivo	Metodologia	Resultados
Verificar quais variáveis, obtidas por meio dos relatórios contábeis e testadas em estudos anteriores, afetam as doações para organizações sem fins lucrativos.	Análise quantitativa dos dados provenientes do formulário 990 (IRS/SOI/NCCS) através da utilização de análise fatorial e regressão com dados de corte transversal (método de estimação: OLS - método dos mínimos quadrados ordinários).	Os resultados do estudo apontam: Uma relação negativa entre doações e a Eficiência (Preço e Taxa de Despesas Administrativas). Uma relação positiva entre doações e Estabilidade Financeira (Suficiência do Patrimônio Líquido, Concentração de Receita e Margem Operacional). Uma relação positiva entre doações e Disponibilidade de Informações (Despesas com Captação de Recursos e Taxa de Captação). Uma relação positiva entre doações e Reputação da Organização (Idade, Ativo, Receitas Governamentais, Receitas com Programas e Receitas de outras Fontes).

Quadro 1 – Objetivo, Metodologia e Resultados de Estudos Anteriores - “continuação”

Pesquisa: Tinkelman e Mankaney, 2007		Dados: EUA
Objetivo	Metodologia	Resultados
Verificar se as medidas contábeis de eficiência administrativa afetam as doações para as organizações sem fins lucrativos.	Análise quantitativa dos dados provenientes do formulário 990 (NCCS/GuideStar) através da utilização de regressão com dados de corte transversal (método de estimação: OLS - método dos mínimos quadrados ordinários).	Os resultados indicaram uma relação negativa entre as doações com a Taxa de Despesas Administrativas, Receita com Programas e Taxa de Captação (para amostra completa). Para amostra restrita, foi encontrada uma relação negativa entre as doações as variáveis “Taxa de Despesas Administrativas, Receitas com Programas, Taxa de Captação, Idade e Receitas Governamentais”. Os resultados indicaram uma relação positiva entre as doações com as variáveis Despesas com Captação de Recursos, Ativo, Idade e Receitas Governamentais (para amostra completa). Para amostra restrita, foi encontrada uma relação positiva entre as doações e as variáveis Despesas com Captação de Recursos e Ativo.
Pesquisa: Parsons, 2007		Dados: EUA
Objetivo	Metodologia	Resultados
Verificar se os doadores individuais são mais propensos a contribuir quando as informações contábeis ou divulgações voluntárias são fornecidas.	Pesquisa experimental de campo e de laboratório. No processo de análise dos dados, utilizou-se a regressão logística.	Os resultados da pesquisa apontam que doadores que tinham doado previamente à instituição pesquisada usaram informação contábil (Taxa de Despesas com Programas, Taxa de Captação e Taxa de Despesas Administrativas) em sua decisão de doação.
Pesquisa: Jacobs e Marudas, 2004		Dados: EUA
Objetivo	Metodologia	Resultados
Identificar os determinantes das doações de caridade para as grandes instituições de educação superior, hospitais e ONGs de pesquisa científica dos EUA.	Análise quantitativa dos dados provenientes do formulário 990 (IRS/SOI/NCCS) através da utilização de regressão com dados em painel (abordagem: Two-way fixed effects – método de estimação: 2SLS [método dos mínimos quadrados de dois estágios]).	As evidências encontradas indicaram uma relação negativa entre as doações e o Preço (referente às entidades de pesquisa). As evidências encontradas indicaram uma relação positiva entre as doações com o Preço (referente aos hospitais) e com as Receitas Governamentais (referente às entidades de educação).

Quadro 1 – Objetivo, Metodologia e Resultados de Estudos Anteriores - “continuação”

Pesquisa: Frumkin e Kim, 2001		Dados: EUA
Objetivo	Metodologia	Resultados
Identificar os fatores que impulsionam as contribuições privadas para entidades sem fins lucrativos. Com o propósito de verificar se a eficiência operacional é reconhecida e recompensada pelos financiadores privados que apoiam organizações sem fins lucrativos.	Análise quantitativa dos dados provenientes do formulário 990 (IRS/SOI) através da utilização de regressão com dados em painel (método de estimação: GLS - método dos mínimos quadrados generalizados).	Foi encontrada uma relação positiva das doações com as Despesas com Programas, Despesas com Captação de Recursos, Receitas Totais e Receitas Governamentais.
Pesquisa: Marcuello e Salas, 2001		Dados: Espanha
Objetivo	Metodologia	Resultados
Identificar os determinantes das doações de dinheiro e do tempo para as organizações não governamentais espanholas.	Análise quantitativa dos dados de 50 organizações não governamentais através da utilização de regressão com dados de corte transversal (métodos de estimação: OLS [método dos mínimos quadrados ordinários], 2SLS [método dos mínimos quadrados de dois estágios] e SURE [modelo de regressão aparentemente não-relacionada]).	Os resultados apontam uma relação negativa entre as doações e o Custo para os doadores obterem uma unidade de produto ou serviço final. Os resultados apontam uma relação positiva entre as doações e o Custo Operacional por ano e Idade.
Pesquisa: Khanna e Sandler, 2000		Dados: Reino Unido
Objetivo	Metodologia	Resultados
Examinar os determinantes das doações voluntárias para instituições de caridade do Reino Unido.	Análise quantitativa dos dados publicados pela Charities Aid Foundation referentes a 159 entidades de maior sucesso no Reino Unido. No processo de análise utilizou-se a regressão com dados em painel (abordagem: Efeitos fixos endógenos).	Encontrou-se uma relação negativa entre as doações com Preço, Receitas Autônomas e Legados. Os resultados indicam uma relação positiva entre as doações com as variáveis Despesas com Captação de Recursos, Receitas Governamentais, Idade e Legados.
Pesquisa: Okten e Weisbrod, 2000		Dados: EUA
Objetivo	Metodologia	Resultados
Identificar os determinantes de doações em mercados privados sem fins lucrativos.	Análise quantitativa dos dados provenientes do formulário 990 (IRS/SOI) através da utilização de regressão com dados em painel (abordagem: Efeitos fixos – métodos de estimação: OLS [método dos mínimos quadrados ordinários] e 2SLS [método dos mínimos quadrados de dois estágios]).	As evidências encontradas indicaram uma relação negativa entre as doações e as variáveis Preço e (Idade x Despesas com Captação de Recursos). As evidências apontam uma relação positiva entre as doações com as variáveis Despesas com Captação de Recursos, Receitas Governamentais, Idade e Receitas com Programas.

Quadro 1 – Objetivo, Metodologia e Resultados de Estudos Anteriores - “continuação”

Pesquisa: Greenlee e Brown, 1999		Dados: EUA
Objetivo	Metodologia	Resultados
Verificar o impacto da informação contábil sobre Contribuições para organizações de caridade.	Análise quantitativa dos dados de entidades sem fins lucrativos da Pensilvânia através da utilização de regressão com dados de corte transversal (método de estimação: OLS - método dos mínimos quadrados ordinários).	Os resultados indicam uma relação negativa entre as doações e as Taxa de Despesas Administrativas. As evidências encontradas indicam uma relação positiva entre as doações com as variáveis Taxa de Captação e Doações Anteriores.
Pesquisa: Tinkelman, 1997		Dados: EUA
Objetivo	Metodologia	Resultados
Verificar o efeito da evidenciação contábil sobre as doações para organizações sem fins lucrativos.	Análise quantitativa dos dados de entidades sem fins lucrativos do Estado de Nova Iorque através da utilização de regressão com dados de corte transversal (método de estimação: OLS).	Os resultados indicam uma relação negativa entre as doações e as variáveis “Preço, Receitas Governamentais e Receitas com Programas”. As evidências encontradas indicaram uma relação positiva entre as doações com as variáveis Despesas Com Captação de Recursos, Idade, Receitas de outras Fontes e Ativo.
Pesquisa: Khanna, Posnett e Sandler, 1995		Dados: Reino Unido
Objetivo	Metodologia	Resultados
Examinar a relação entre as doações para instituições de caridade no Reino Unido com as variáveis preço, gastos com captação de recursos, receitas governamentais, legados e a idade da instituição.	Análise quantitativa dos dados publicados pela Charities Aid Foundation referentes a 159 entidades de maior sucesso no Reino Unido. No processo de análise utilizou-se a regressão com dados em painel (abordagem: Efeitos fixos).	Os resultados apontam uma relação negativa entre doações e a variável Preço. Os resultados indicaram uma relação positiva entre as doações com as variáveis “Despesas com Captação de Recursos, Receitas Governamentais, Legados e Idade”.
Pesquisa: Weisbrod e Dominguez, 1986		Dados: EUA
Objetivo	Metodologia	Resultados
Analisar se as doações individuais para as entidades do terceiro setor são influenciadas por fatores como o preço, a qualidade dos produtos da organização e a disponibilidade dessas informações aos doadores.	Análise quantitativa dos dados provenientes do formulário 990 (IRS Form 990) através da utilização de regressão com dados de corte transversal (método de estimação: OLS).	As evidências encontradas indicaram uma relação negativa entre as doações e as variáveis Preço e (Idade x Despesas com Captação de Recursos). As evidências encontradas indicaram uma relação positiva entre as doações com as variáveis Despesas com Captação de Recursos e Idade.

Quadro 1 – Objetivo, Metodologia e Resultados de Estudos Anteriores - “continuação”

Pesquisa: Medeiros, Galvão e Oliveira, 2015		Dados: Brasil
Objetivo	Metodologia	Resultados
Investigar a relevância das informações contábeis para a captação de investimentos privados em entidades do terceiro setor qualificadas como Utilidade Pública Federal (UPF), situadas nos estados de Pernambuco, Bahia e Ceará.	Análises econométricas: utilizando-se da Análise Fatorial para a escolha das variáveis independentes do estudo; utilização de modelos de Regressão Linear para verificar o comportamento das variáveis do estudo. Os dados analisados foram relativos às prestações de contas dos períodos de 2012 e 2013.	Ativo foi a única proxy que foi significativa para o modelo empírico construído no presente estudo, de forma que os resultados não condizem em sua totalidade com a literatura existente. Ainda foi constatado que a localização da entidade não afeta no volume das doações recebidas.
Pesquisa: Cruz, 2010		Dados: Brasil
Objetivo	Metodologia	Resultados
Investigar a relevância da informação contábil para explicar os investimentos privados em entidades do terceiro setor no Brasil, qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), através da análise da relação entre a informação proveniente da contabilidade e as doações e contribuições privadas.	Abordagem quantitativa com a utilização da análise fatorial e regressão com dados de corte transversal.	Os achados do estudo sugerem que a informação contábil que evidencia a eficiência operacional das OSCIPs é relevante para explicar as doações privadas. Porém, a relevância inexistente para os doadores individuais. Também foi detectada uma relação significativa entre a informação contábil que sinaliza a reputação e as doações.

FONTE: Elaborado pelo autor com suporte em Jacobs e Marudas, 2009 e Cruz (2010).

Os elementos elencados no quadro 1 (objetivo, metodologia e principais resultados das pesquisas anteriores) servem como parâmetro para direcionar a realização de futuras pesquisas.

3. METODOLOGIA

Este capítulo tem por finalidade apresentar os procedimentos que foram utilizados no desenvolvimento do estudo, ou seja, descrever a abordagem metodológica adotada na execução da pesquisa.

A abordagem metodológica do estudo é detalhada em 8 subseções. Na primeira subseção, constam informações sobre a caracterização do estudo. Na segunda subseção, são apresentadas informações relativas aos dados da pesquisa. Na terceira subseção, apresenta-se a descrição do processo de definição da amostra estudada. Na quarta subseção, são apresentadas as variáveis independentes analisadas. Na quinta subseção, expõem-se os procedimentos para obtenção das variáveis. Na sexta subseção, são expostos procedimentos complementares para o tratamento dos dados. Na sétima subseção, é apresentada a estruturação do modelo testado. Na oitava subseção, são apresentados os procedimentos de estimação do modelo logit e de redes neurais.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

Durante o processo de construção de um trabalho científico, o pesquisador, dependendo da natureza das informações, dos dados e das evidências levantadas, poderá empreender uma avaliação quantitativa ou qualitativa (MARTINS e THEÓPHILO, 2009). A abordagem quantitativa tem como princípio a mensuração e o tratamento dados. A abordagem qualitativa vem da participação de forma dinâmica, particular, contextual e temporal do pesquisador com o objeto de estudo (MARCONI e LAKATOS, 2003).

“As técnicas utilizadas em pesquisas quantitativas possibilitam organizar, sumarizar, caracterizar e interpretar os dados numéricos coletados. Para tanto poderá tratar os dados através da aplicação de métodos e técnicas da estatística” (MARTINS e THEÓPHILO, 2009, p. 107).

Esta pesquisa, quanto à avaliação, é classificada como uma investigação quantitativa descritiva, uma vez que busca descrever as relações entre variáveis. Para atingir o objetivo de verificar a relevância da informação contábil para explicar as doações para as OSCIPs, este estudo utilizou-se de uma abordagem quantitativa com a realização de uma regressão logística e análises adicionais com redes neurais.

O estudo em questão tem o formato de pesquisa *ex post facto*, a qual possui natureza retrospectiva, abordando fenômenos já ocorridos na tentativa de explicar relações de causa e

efeito entre as variáveis em estudo (MARTINS; THEÓPHILO, 2009). Logo, com o intuito de inferir sobre a relação existente entre as doações para as OSCIPs brasileiras e a informação contábil, foram analisadas informações passadas divulgadas por meio das prestações de contas das entidades.

Para descrever a relação entre as contribuições privadas (doações) recebidas pelas OSCIPs e a informação contábil foram usados dados *ex-post-facto* de corte transversal e séries temporais. Logo, trata-se de uma análise de dados numéricos passados, onde se observa a relação entre variáveis sem interferência do pesquisador sobre o objeto de análise. Desta forma, com os resultados da análise buscou-se descrever a relação entre as variáveis estudadas.

Quanto aos objetivos a pesquisa pode ser categorizada como descritiva, pois tem o propósito de fazer inferências sobre os fatores que explicam os donativos obtidos pelas entidades do terceiro setor. Na pesquisa descritiva se tem a observação, o registro, a análise, a classificação e a interpretação, sem que haja a interferência do pesquisador [...] (ANDRADE, 2009).

O presente estudo, de acordo com Vergara (2010), possui características descritivas, pois busca averiguar a influência da informação contábil sobre a tomada de decisão de doadores (institucionais e governo), ou seja, descrever a relação existente entre a informação oriunda do sistema contábil e as doações para as OSCIPs.

Segundo Gil (1999), as pesquisas descritivas têm como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Vergara (2000) argumenta que a pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza. Não têm o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação.

Para realização da pesquisa adotou-se uma abordagem metodológica empírico-positivista. O presente estudo, conforme Martins e Theóphilo (2009), tem foco empírico-positivista, já que apresenta técnicas de coleta, tratamento e análise de dados marcadamente quantitativos e onde a validação da prova científica é buscada através de testes dos instrumentos, graus de significância e sistematização das definições operacionais.

Segundo Martins e Theóphilo (2009) a abordagem empírico-positivista apresenta os seguintes traços característicos: a busca da explicação dos fenômenos a partir da identificação de suas relações, sem que haja aprofundamento das causas; a ênfase na abordagem

quantitativa; a exaltação à observação dos fatos; a necessidade de uma teoria para nortear as observações.

Para escolha do objeto de estudo de uma pesquisa pode-se atotar as amostragens probabilística ou não probabilística. Segundo Malhotra (2001), para populações infinitas, ou em contextos de constante mudança, o estudo estatístico pode ser realizado com a coleta de parte de uma população (amostragem), denominada amostra. Amostra é um subgrupo de uma população, constituído de n unidades de observação e que deve ter as mesmas características da população, selecionadas para participação no estudo.

Nesse estudo adotou-se a amostragem não probabilística¹⁶. Segundo Mattar (2001), as amostragens não probabilísticas correspondem ao tipo de amostragem em que existe uma dependência, pelo menos em parte, do julgamento¹⁷ do pesquisador ou do entrevistador de campo para a seleção dos elementos da população para compor a amostra.

Para definir uma amostra por julgamento o pesquisador¹⁸ usa o seu julgamento para selecionar os membros da população que são boas fontes de informação precisa (SCHIFFMAN e KANUK, 2000). “A característica chave da amostragem por julgamento é que os elementos da população são selecionados intencionalmente. Esta seleção é feita considerando que a amostra poderá oferecer as contribuições solicitadas.” (CHURCHILL, 1998).

As evidências relativas ao estudo foram obtidas a partir da utilização de dados obtidos por meio da pesquisa bibliográfica e da pesquisa documental. Martins e Theóphilo (2009) apontam como principal diferença entre a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental a seguinte: enquanto a primeira utiliza fontes secundárias, a segunda utiliza fontes primárias.

Os dados secundários utilizados no estudo foram obtidos por meio da pesquisa bibliográfica. Conforme Cruz (2010), a pesquisa bibliográfica é a base para a identificação e

¹⁶ O problema norteador da pesquisa trata de situação em que o uso de amostragem não probabilística torna-se adequado e pode ser empregado com segurança. Os moldes do estudo não possibilitam a adoção da amostragem probabilística.

¹⁷ Para definição da amostra do estudo foi considerada a noção de homogeneidade (entidades que apresentam determinadas características). A amostra foi composta por OSCIPs que, por imposição do Decreto nº 3.1000/99, foram submetidas ao crivo de uma auditoria independente, ou seja, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público que firmaram termo de parceria em que o montante de recursos foi superior ou igual a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais). O principal aspecto a ser considerado para definição da amostra do estudo foi à fidedignidade (confiabilidade) das informações contidas na prestação de contas das OSCIPs, uma vez que a pesquisa foca a relevância da informação contábil para os investidores sociais (doadores e governo). Por este motivo a amostra foi composta por OSCIPs que foram auditadas por pessoa física ou jurídica habilitada pelos Conselhos Regionais de Contabilidade.

¹⁸ O julgamento pode ser primordial para a escolha de elementos típicos e representativos para uma amostra. Nesse estudo, a escolha da amostra não se limita ao julgamento do pesquisador, sua definição foi induzida por parâmetros estabelecidos na Lei 9.790/99 e no Decreto nº 3.1000/99.

análise das teorias que fundamentam os estudos no segmento aqui proposto, e que orientam as suas observações. Como fonte de dados primários utilizou-se os relatórios gerados pelo sistema contábil das OSCIPs.

A análise dos dados foi efetuada por meio das estatísticas descritiva e multivariada. Segundo Marconi e Lakatos (1996), o objetivo da estatística descritiva é o de representar, de forma concisa, sintética e compreensível, a informação contida num conjunto de dados. Esta tarefa, que adquire grande importância quando o volume de dados é grande, concretiza-se pela elaboração de tabelas e de gráficos, e no cálculo de medidas ou indicadores que representam convenientemente a informação contida nos dados. Em relação à análise multivariada, Stevenson (2001) afirma que é uma ferramenta estatística que processa as informações de modo a simplificar a estrutura dos dados e a sintetizar as informações quando o número de variáveis envolvidas é muito grande, facilitando o entendimento do relacionamento existente entre as variáveis do processo.

Conforme apontado anteriormente, esta pesquisa classifica-se da seguinte forma:

- Quanto aos objetivos da pesquisa é classificada como descritiva;
- Quanto à natureza da avaliação classifica-se como quantitativa;
- Quanto à escolha do objeto de estudo considera-se a amostragem não probabilística;
- Quanto à técnica de coleta de dados é classificada como bibliográfica e documental;
- Quanto à técnica de análise de dados considera a estatística multivariada.

3.2 DADOS DA PESQUISA

Os dados da pesquisa, referentes às prestações de contas das OSCIPs e outras informações, foram obtidos por meio do banco de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e através do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da Secretaria da Receita Federal. Outrora, de 2007 a 2015, os dados relativos às prestações de contas das organizações do setor terciário eram publicizados no Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública do Ministério da Justiça (CNEs/MJ), a partir 2016 foram disponibilizadas no Portal Mapa das Organizações da Sociedade Civil – sendo a responsabilidade relativa à divulgação dessas informações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Conforme o artigo 19 da Portaria MJ 362 (BRASIL, 2016):

“para fins de cumprimento do art. 7º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, as informações das entidades qualificadas como Organizações da Sociedade de

Interesse Público – OSCIP serão disponibilizadas no Portal Mapa das Organizações da Sociedade Civil, em articulação com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e a Secretaria de Governo da Presidência da República.” Cabendo à Secretaria Nacional de Justiça providenciar a transferência dos dados do extinto Cadastro Nacional de Entidades Sociais – CNES para o Portal Mapa das Organizações da Sociedade Civil, para garantir o acesso à informação e o controle social.

Os indicadores testados empiricamente neste estudo foram os seguintes: Taxa de Despesas Administrativas, Receitas Governamentais, Ativo Total e Endividamento. A escolha dessas variáveis é amparada por estudos anteriores.

Quadro 2 – Variáveis Independentes¹⁹ testadas no estudo

Variáveis	Estudos que utilizaram as Variáveis
Taxa de Despesas Administrativas - ADM	<ul style="list-style-type: none"> • Cruz (2010); • Medeiros, Galvão e Oliveira (2015); • Jacobs e Marudas (2009); • Trussel e Parsons (2007); • Parsons (2007); • Tinkelman e Mankaney (2007); • Frumkin e Kim (2001); • Greenlee e Brown (1999).
Receitas Governamentais – GOV	<ul style="list-style-type: none"> • Cruz (2010); • Medeiros, Galvão e Oliveira (2015); • Jacobs e Marudas (2009); • Trussel e Parsons (2007); • Tinkelman e Mankaney (2007); • Jacobs e Marudas (2004); • Frumkin e Kim (2001); • Marcuello e Salas (2001); • Khanna e Sandler (2000); • Okten e Weisbrod (2000); • Tinkelman (1997); • Khanna, Posnett e Sandler (1995).
Ativo Total – ATIVO	<ul style="list-style-type: none"> • Cruz (2010); • Medeiros, Galvão e Oliveira (2015); • Jacobs e Marudas (2009); • Trussel e Parsons (2007); • Tinkelman e Mankaney (2007); • Tinkelman (1997).
Endividamento – EG, ECP, ELP e EO	<ul style="list-style-type: none"> • Calabrese e Grizzle (2010)

FONTE: Elaborado com base em Jacobs e Marudas, 2009 e Cruz(2010).

¹⁹ O modelo proposto para análise nessa pesquisa é composto por variáveis testadas em diversas investigações científicas. Não foi possível a adoção de um modelo exclusivo para este estudo, em decorrência do fato de que algumas informações necessárias para obtenção de variáveis abordadas em pesquisas anteriores (nos EUA, no Reino Unido e na Espanha) não serem divulgadas no Brasil. Segundo Cruz (2010) as pesquisas norte-americanas, realizadas com base em dados oriundos do formulário 990 (*IRS Form 990*), abordam as informações relativas aos gastos com captação de recursos que são provenientes da demonstração de despesas por funções, que prevê uma separação clara entre as despesas dessa natureza e as despesas administrativas e com programas. No Brasil, a segregação utilizada para as despesas não permite a identificação direta das despesas com captação de recursos, A inclusão de algumas variáveis no modelo econométrico desta pesquisa tornou-se impossível devido as especificidades do terceiro setor brasileiro, devido ao padrão diferenciado das prestações de contas ou em função da indisponibilidade de alguma informação.

As informações contábeis das prestações de contas das OSCIPs foram obtidas no Portal Mapa das Organizações da Sociedade Civil, no banco de dados mantido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Segundo Cruz (2010), as entidades do terceiro setor têm responsabilidade administrativa, civil e penal em relação à veracidade dos dados das prestações encaminhadas ao Ministério da Justiça (BRASIL, 2007, art. 9º). Além disso, toda informação é divulgada a sociedade somente após aprovada pela Coordenação de Entidades Sociais. Logo, presume-se que as informações contábeis que compõem as prestações de contas são confiáveis e podem ser objeto de análises em pesquisas.

O arcabouço teórico existente defende a premissa de que as decisões de doações para o ano t são tomadas com base em informações concernentes a $t-1$ (Frumkin e Kim, 2001; Jacobs e Marudas, 2009;). Logo, para execução deste estudo seriam necessários dados de pelo menos 2 anos. Para realização da análise proposta pela pesquisa, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) forneceu informações de prestações de contas das OSCIPs referentes ao período de 2002 a 2014 - sendo analisadas prestações que compreendem os anos que se estendem de 2006 a 2014²⁰.

Considerando que existe uma diversidade de entidades que atuam no terceiro setor do Brasil, é importante ressaltar que o objeto de análise deste estudo são os dados contábeis das OSCIPs.

3.3 AMOSTRA

Inicialmente a amostra teve o tamanho do universo populacional, ou seja, todas as entidades do terceiro setor, cadastradas no Ministério da Justiça e qualificadas como OSCIPs no Brasil, foram consideradas para o estudo.

No processo de definição da amostra foram adotados os seguintes procedimentos para seleção das unidades de estudo:

²⁰ Em função da decisão de analisar somente as entidades com prestações auditadas por auditor independente, houve uma redução significativa no quantitativo de unidades analisadas no estudo. Além disso, constatou-se que do total de 463 prestações de contas – auditadas e com termo de parceria igual ou superior a R\$ 600.000,00 – apenas 227 (49,03%) informavam o recebimento de doações, as 236 (50,97%) restantes tinham o valor zero para o somatório das receitas com doações. Essa redução inviabilizou o uso da metodologia com dados em painel. Logo, optou-se pela adoção da regressão logística no sentido de averiguar se a probabilidade das OSCIPs receberem doações é impactada por informações contábeis.

- Exclusão de todas as entidades que firmaram termo de parceria inferior a R\$ 600.000,00²¹;
- Exclusão de todas as prestações com despesas administrativas iguais a zero;
- Exclusão de todas as prestações apresentadas em duplicidade;
- Exclusão das prestações sem dados no período subsequente.

Para síntese do processo de definição da amostra será adotada a tabela a seguir:

Tabela 1 - Definição da Amostra com base em dados dos anos 2006 a 2014

Descrição	Valores
Total de prestações fornecidas pelo IPEA	34.302
(-) Prestações com termo de parceria menor que 600.000	(33.339)
(=) Total de prestações com termo de igual ou maior que R\$ 600.000,00	963
(-) Quantitativo de prestações com despesas administrativas iguais a zero	(30)
(-) Prestações fornecidas em duplicidade	(13)
(-) Prestações defasadas que possibilitavam somente uma observação	(174)
(-) Prestações defasadas sem dados em t+1	(283)
Total de prestações amostra do estudo	463

Fonte: desenvolvido pelo autor

Conforme indicado na tabela 1, utilizou-se um processo não probabilístico para composição da amostra analisada. Sendo considerada a perspectiva de que a informação contábil auditada é mais confiável e reflete melhor a real situação patrimonial e financeira das entidades, optou-se pela escolha das OSCIPs que por imposição da Lei 9.790/99 são auditadas por auditor independente, ou seja, aquelas cujas prestações indicam termo de parceria em valor superior ou igual a R\$ 600.000,00. Verifica-se que a escolha foi induzida por parâmetros da LEI das OSCIPs.

3.4 VARIÁVEIS INDEPENDENTES DO ESTUDO

No trabalho seminal, relativo ao tema abordado nesta pesquisa, Weisbrod e Dominguez (1986) analisaram se as doações individuais para as entidades do terceiro setor sofrem influência de fatores como o preço, a qualidade dos produtos da organização e a disponibilidade dessas informações aos doadores. As variáveis observadas no estudo de

²¹ Conforme o artigo 19 do Decreto 3.100/99 a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público deverá realizar auditoria independente da aplicação dos recursos objeto do Termo de Parceria, de acordo com a alínea "c", inciso VII, do art. 4º da Lei nº9.790, de 1999, nos casos em que o montante de recursos for maior ou igual a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

Weisbrod e Dominguez (1986) foram as seguintes: despesas com captação de recursos, preço e números de anos de existência da entidade (ano).

O modelo testado neste estudo foi composto por variáveis testadas em diversos estudos anteriores. No que diz respeito à escolha relativa às variáveis que evidenciam a eficiência operacional e a reputação organizacional tomou-se como base os estudos de Weisbrod e Dominguez (1986), Posnett e Sandler (1989), Khanna, Posnett e Sandler (1995) Tinkelman (1997), Greenlee e Brown (1999), Tinkelman (1999), Khanna e Sandler (2000), Okten e Weisbrod (2000), Frumkin e Kim (2001), Marcuello e Salas (2001), Jacobs e Marudas (2004), Tinkelman (2004), Parsons (2007), Tinkelman e Mankaney (2007), Trussel e Parsons (2007), Jacobs e Marudas (2009), entre outros.

Os modelos econométricos aplicados nos estudos que tentam explicar o efeito da informação contábil sobre as doações para entidades do terceiro setor têm assumido diferentes formas ao longo dos tempos. A incorporação de variáveis alternativas ocorre como tentativa de aprimorar os modelos. Logo, assim como Calabrese e Grizzle (2010) verificaram nos Estados Unidos, este estudo também verificou (no contexto do terceiro setor brasileiro) o efeito potencial da estrutura de capital sobre as doações para entidades do terceiro setor. Logo, sobre essa perspectiva o modelo proposto por este estudo adicionou variáveis relativas ao endividamento (passivos) das entidades.

Conforme relatado anteriormente, o modelo testado nesta pesquisa foi estruturado com informações contábeis que evidenciam a eficiência operacional, a reputação organizacional e o endividamento das entidades do terceiro setor.

Para escolha das variáveis do modelo testado considerou-se os objetivos desta pesquisa e a realidade brasileira.

3.4.1 Eficiência Operacional

Conforme o arcabouço teórico existente as variáveis consideradas para medição da eficiência operacional são as seguintes: preço, taxa de despesas com programas (PROG) e a taxa de despesas administrativas (ADM).

Segundo Cruz (2010) o preço e a taxa de despesas administrativas (ADM) são variáveis colineares, portanto a inclusão das duas variáveis no modelo empírico gera problema de multicolinearidade, o que pode causar falta de significância das variáveis.

Para testar o efeito da eficiência operacional sobre as doações no setor terciário os estudos de Trussel e Parsons (2007) e Jacobs e Marudas (2009) consideraram as variáveis

preço e a taxa de despesas administrativas. Jacobs e Marudas (2009) testaram tanto o efeito isolado quanto o efeito combinado das duas variáveis sobre as doações. Para detectar ou solucionar possíveis problemas de multicolinearidade, Trussel e Parsons (2007) adotaram a técnica de análise fatorial. Para determinar se a multicolinearidade estava influenciando os coeficientes, Trussel e Parsons (2007) tiveram o cuidado de medir o fator de inflação de variância para todas as estimativas.

O problema de multicolinearidade foi detectado na pesquisa de Frumkin e Kim (2001), pois os autores adicionaram em seu modelo a taxa de despesas administrativas e as despesas com programas. Fazendo referência a pesquisa Frumkin e Kim (2001), Tinkelman e Mankaney (2007, p. 61) afirmam que a inclusão das despesas com programas contribuiu para a falta de significância da variável (ADM) - em virtude da colinearidade entre elas.

Logo, em função do problema da multicolinearidade torna-se um equívoco a inclusão das três variáveis (preço, taxa de despesas com programas e a taxa de despesas administrativas) no modelo.

Assim como o estudo de Cruz (2010), esta pesquisa adotou a taxa de despesa administrativa (ADM) como *proxy* de eficiência Operacional.

No quadro a seguir são indicados alguns estudos que adotaram a taxa de despesa administrativa como parâmetro para avaliar o efeito da eficiência operacional sobre as doações para o terceiro setor.

Quadro 3 - Variável Independente: Taxa de Despesa Administrativa

Variável	Autores que utilizaram	Relação encontrada
ADM - Taxa de Despesa Administrativa	Medeiros, Galvão e Oliveira, 2015	Apresentou relação negativa com as doações.
	Jacobs e Marudas, 2009	Apresentou relação negativa com as doações.
	Trussel e Parsons, 2007	Apresentou relação negativa com as doações.
	Tinkelman e Mankaney, 2007	Apresentou relação negativa com as doações.
	Frumkin e Kim, 2001	Apresentou relação negativa com as doações.
	Greenlee e Brown, 1999	Apresentou relação negativa com as doações.

Fonte: desenvolvido pelo autor

Tendo como parâmetro os estudos realizados em outros países e no Brasil, ficou estabelecido como expectativa de resultado encontrar uma relação negativa entre as doações e a eficiência operacional, ou seja, obter evidências de que o aumento da taxa de despesa administrativa provoca diminuições nas doações para as entidades do terceiro setor.

3.4.2 Reputação organizacional

As principais medidas utilizadas para avaliação do efeito da reputação organizacional sobre os donativos para o terceiro setor são: a idade das organizações e as receitas governamentais. Outros variáveis que já foram utilizadas (em menor proporção) como *proxies* para a reputação organizacional foram as seguintes: o ativo total, as receitas com programas, outras receitas e a forma legal das entidades.

Considerando que as entidades com mais tempo de vida podem se beneficiar do efeito da reputação, Okten e Weisbrod (2000) adotam a idade como fonte de informação sobre a reputação das organizações sem finalidade lucrativa. Entre os estudos que avaliam o efeito da idade da entidade (enquanto medida de reputação organizacional) sobre as doações estão os seguintes: Weisbrod e Dominguez (1986), Khanna, Posnett e Sandler (1995), Tinkelman (1997), Okten e Weisbrod (2000), Khanna e Sandler (2000), Marcuello e Salas (2001), Jacobs e Marudas (2004), Tinkelman e mankaney (2007), Trussel e Parsons (2007), Jacobs e Marudas (2009).

Okten e Weisbrod (2000) afirmam que a idade pode ser utilizada tanto como *proxy* para a reputação quanto para inferir sobre a riqueza organizacional.

O arcabouço teórico existente também considera as receitas governamentais como medida de reputação organizacional. Trussel e Parsons (2007) relatam que uma vez que o governo contribui com as organizações do terceiro setor, fica subentendido que as entidades são monitoradas, e, portanto, os doadores podem entender que a qualidade do produto oferecido por essas entidades é aprimorada em função da vigilância governamental.

A variável receita governamental foi testada empiricamente nas seguintes pesquisas: Khanna, Posnett e Sandler (1995); Tinkelman (1997); Okten e Weisbrod (2000); Khanna e Sandler (2000); Marcuello e Salas (2001); Frumkin e Kim (2001); Jacobs e Marudas (2004); Tinkelman e mankaney (2007); Trussel e Parsons (2007); Jacobs e Marudas (2009); Bose (2014).

Cruz (2010) detectou a falta de contribuição da variável idade para o modelo, ou seja, o número de anos em que a organização sem fins lucrativos encontra-se registrada na Receita Federal foi considerado não significativo para explicar as doações e contribuições privadas. A variável escolhida para representar a reputação organizacional no estudo de Cruz (2010) foi a receita governamental.

Logo, seguindo a mesma escolha de Cruz (2010), este estudo adotou as receitas governamentais (GOV) como *proxy* de reputação organizacional.

No quadro 4 são indicadas algumas pesquisas que utilizaram as receitas governamentais como parâmetro para avaliar o efeito da reputação organizacional sobre as doações para o terceiro setor.

Quadro 4 - Variável Independente: Receitas Governamentais

Variável	Autores que utilizaram	Relação encontrada
GOV – Receitas Governamentais	Tinkelman e Mankaney (2007)	Apresentou relação positiva com as doações.
	Jacobs e Marudas (2004)	Apresentou relação positiva com as doações.
	Frumkin e Kim (2001)	Apresentou relação positiva com as doações.
	Khanna e Sandler (2000)	Apresentou relação positiva com as doações.
	Okten e Weisbrod (2000)	Apresentou relação positiva com as doações.
	Khanna, Posnett e Sandler (1995)	Apresentou relação positiva com as doações.

Fonte: desenvolvido pelo autor

Segundo Cruz (2010), as OSCIPs que recebem recursos do governo são avaliadas e acompanhadas pelo ente estatal, assim as receitas governamentais podem ser fonte de informação favorável sobre a reputação da instituição. Logo, considerando a hipótese *ceteris paribus* e as evidências levantadas em pesquisas anteriores, espera-se encontrar uma relação positiva entre as receitas governamentais (reputação) e as doações. Em consonância com o arcabouço teórico (relativo aos determinantes das doações para entidades do terceiro setor) espera-se que quanto maior a reputação da entidade maior o volume de doações para as organizações.

3.4.3 Variável de controle para o tamanho das entidades

O total do ativo das entidades do terceiro setor foi adotado como variável de controle para o tamanho da organização nos estudos de Tinkelman (1997), Tinkelman e Mankaney (2007), Trussel e Parsons (2007), Jacobs e Marudas (2009).

Os estudos de Tinkelman (1997), Tinkelman e Mankaney (2007), Jacobs e Marudas (2009) relatam que o ativo total é a variável de controle do tamanho com maior poder explicativo, uma vez que é altamente correlacionada com as doações e contribuições privadas para as entidades sem fins lucrativos.

Neste estudo o ativo total foi inserido no modelo empírico como a variável de controle do tamanho da organização.

O quadro que segue indica o sinal encontrado em algumas pesquisas para explicar a relação entre o ativo total das organizações e a variável doação.

Quadro 5 - Variável Independente de Controle: Ativo

Variável	Autores que utilizaram	Relação encontrada
ATIVO – Tamanho das Organizações	Tinkelman (1997)	Apresentou relação positiva com as doações.
	Tinkelman e mankaney (2007)	Apresentou relação positiva com as doações.
	Trussel e Parsons (2007)	Apresentou relação positiva com as doações.
	Jacobs e Marudas (2009).	Apresentou relação positiva com as doações.

Fonte: desenvolvido pelo autor

Após a estimação dos parâmetros do modelo empírico espera-se encontrar uma relação positiva entre o ativo total das organizações com as doações. Espera-se encontrar evidências que indiquem que as entidades com maior tamanho conseguem angariar maior volume de receitas de doações e contribuições privadas.

3.4.4 Endividamento

Segundo Calabrese e Grizzle (2010) a vertente da literatura que examina os efeitos de informações derivadas de divulgações financeiras das organizações sem fins lucrativos sobre as doações privadas compreende o exame da relação entre o passivo das organizações e a angariação de fundos (receitas via doações) para entidades do terceiro setor. Esta literatura serve para determinar as informações que os doadores acham relevantes para decidir quais organizações devem receber contribuições.

Os estudos que investigam o uso de dívida por organizações sem fins lucrativos têm enfocado os seguintes eixos temáticos: o uso de títulos ou hipotecas por organizações sem fins lucrativos (Denison, 2009); os determinantes do endividamento das organizações sem fins lucrativos (Jegers e Verschueren, 2006); influência da acumulação de doação sobre a estrutura de capital (Bowman, 2002); influência das carteiras de receita sobre o uso de dívida (Yan *et al.* 2009); as oportunidades de arbitragem disponíveis para organizações sem fins lucrativos que usam empréstimos isentos de impostos para financiar o capital (Wedig *et al.*, 1996; Gentry, 2002). O objetivo dessa investigação difere dos temas que aqui foram apresentados.

O propósito desta pesquisa, relativo à análise do endividamento no âmbito das entidades do terceiro setor, segue a mesma linha de análise adotada na pesquisa de Calabrese

e Grizzle (2010), ou seja, visa verificar se o uso da dívida influencia as contribuições de doadores para organizações sem fins lucrativos. Dentro desta perspectiva adotou-se como variáveis de endividamento: endividamento geral, endividamento de curto prazo e endividamento de longo prazo.

O quadro a seguir apresenta o sinal encontrado em estudo anterior para explicar a relação entre o passivo total das organizações sem fins lucrativos e a variável doação.

Quadro 6 - Variável Independente: Endividamento Geral

Variável	Autores que utilizaram	Relação encontrada
EG - Endividamento Geral	Calabrese e Grizzle (2010),	Apresentou relação negativa com as doações.

Fonte: desenvolvido pelo autor

Tendo como parâmetro o estudo realizado por Calabrese e Grizzle (2010) nos Estados Unidos, espera-se encontrar uma relação negativa entre as doações e o Passivo Total, ou seja, espera-se obter evidências de que os doadores removem futuras doações de organizações que se tornam mais alavancadas ao longo do tempo.

Na sequência, os quadros 7 e 8, evidenciam a relação entre passivo circulante e passivo não circulante com as doações para entidades do terceiro setor.

Quadro 7 - Variável Independente: Endividamento de Curto Prazo

Variável	Autores que utilizaram	Relação encontrada
ECP - Endividamento de curto prazo	Calabrese e Grizzle (2010),	Apresentou relação positiva com as doações os passivos não garantidos do curto prazo.

Fonte: desenvolvido pelo autor

Os empréstimos de curto prazo servem para suavizar as necessidades de fluxo de caixa (CALABRESE E GRIZZLE, 2010). Yetman (2007) também indica que organizações sem fins lucrativos usam dívida para suavizar a curto prazo a necessidade de capital de giro e para refinanciar a dívida existente. Partindo das premissas apresentadas, em estudo da mesma natureza espera-se encontrar uma influência positiva da dívida de curto prazo sobre as contribuições para o terceiro setor.

Quadro 8 - Variável Independente: Endividamento de Longo Prazo

Variável	Autores que utilizaram	Relação encontrada
ELP - Endividamento de Longo Prazo	Calabrese e Grizzle (2010),	Apresentou relação negativa com as doações.

Fonte: desenvolvido pelo autor

Os resultados do estudo de Calabrese e Grizzle (2010) indicam uma relação negativa entre a dívida de longo prazo com as doações em vários segmentos de atividades sem finalidades lucrativas. Logo, em estudos com o mesmo foco de análise, espera-se encontrar uma relação negativa entre o passivo não circulante e as doações, ou seja, um indicativo de que o aumento do endividamento de longo prazo influencia negativamente a angariação de donativos.

3.5 PROCEDIMENTOS PARA A OBTENÇÃO DAS VARIÁVEIS

Para obtenção dos valores das variáveis independentes foram adotadas as seguintes iniciativas:

1ª Variável: Taxa de Despesas Administrativas (Eficiência Operacional)

Para obtenção da taxa de despesa administrativa foi preciso realizar os seguintes procedimentos:

- Primeiro Procedimento: segregação das despesas;
- Segundo Procedimento: reclassificação de despesas.
- Terceiro Procedimento: definição do valor percentual das despesas administrativa.

Conforme Cruz (2010) as informações relativas às despesas das entidades do terceiro setor são extraídas do relatório de “Resultado do Exercício”. Em conformidade com o Demonstrativo do Resultado do Exercício as despesas são segregadas da seguinte forma:

- **Despesas com Pessoal:** composta por salários de funcionários (com vínculo empregatício), encargos sociais com pessoal, despesas diversas com pessoal, remuneração de dirigentes, encargos sociais com dirigentes, outros encargos sociais compulsórios e outras despesas com pessoal.
- **Despesas com Serviços Contratados:** composta por valores relativos a gastos com recursos humanos externos (pessoa física e pessoa jurídica), com INSS sobre serviços prestados por terceiros e outras despesas com serviços contratados.
- **Custos de Projetos:** corresponde aos valores de custos de projetos.
- **Despesas Gerais e Administrativas:** composta por valores relativos ao consumo de água, gás e energia elétrica, alugueis pagos, despesas com veículos, diárias e viagens,

hospedagem, passagens aéreas/rodoviárias, telefone, fax e outras despesas com comunicações, publicações técnicas, serviços técnicos especializados, despesas com informáticas, prêmios de seguros contratados, despesas com atividades sociais e culturais e outras despesas administrativas.

- **Despesas com bolsas de estudo a Terceiros: composta por valores de bolsas do ensino fundamental**, de curso superior, de estagiários, de mestrados, doutorados e pós-doutorados e outras despesas com bolsas de estudo.

Antecipando a obtenção da taxa de despesas administrativas, efetuou-se a reclassificação dos gastos com remuneração de dirigentes e respectivos encargos sociais no contexto das despesas gerais e administrativas. Logo, os valores das duas despesas reclassificadas foram somados ao valor total das despesas gerais e administrativas e passaram a compor o seu montante.

A taxa de despesas administrativas (ADM) corresponde à porcentagem das despesas totais gasta em despesas gerais e administrativas. Logo, foi obtida por meio da seguinte equação:

$$ADM = \text{Despesas Gerais e Administrativas} \div \text{Despesas Totais} \quad (3)$$

2ª Variável: Receitas Governamentais (Reputação Organizacional)

Para composição do valor global das receitas governamentais considera-se o somatório de valores extraídos do relatório contábil de “Resultado do Exercício”. Logo, o valor foi obtido por meio da seguinte equação:

$$\text{Receitas Governamentais} = SP + \text{CONTP} + \text{CONVP} + AP + TP \quad (4)$$

Onde:

- SP – Subvenções Públicas;
- CONTP – Contribuições Públicas;
- CONVP – Convênios Públicos;
- AP – Auxílios Públicos;
- TP – Termo de Parceria.

3ª Variável: Ativo Total (Variável de Controle do tamanho)

O valor da variável ativo total é obtido por meio do Balanço Patrimonial divulgado no banco de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

4ª Variável: Endividamento Geral

Corresponde ao percentual do ativo total financiado por capital de terceiros. Sendo obtido por meio da seguinte equação:

$$EG = \frac{PC+PNC}{AT} X 100 \quad (5)$$

Onde:

- EG – Endividamento Geral;
- PC – Passivo Circulante;
- **PNC – Passivo Não Circulante;**
- **AT – Ativo Total.**

5ª Variável: Endividamento de Curto Prazo

Corresponde ao percentual do ativo total financiado por capital de terceiros de curto prazo. Sendo obtido por meio da seguinte equação:

$$ECP = \frac{PC}{PC+PNC} X 100 \quad (6)$$

Onde:

- ECP – Endividamento de Curto Prazo;
- PC – Passivo Circulante;
- PNC – Passivo Não Circulante.

6ª Variável: Endividamento de Longo Prazo

Corresponde ao percentual do ativo total financiado por capital de terceiros de longo prazo. Sendo obtido por meio da seguinte equação:

$$ELP = \frac{PNC}{PC+PNC} X 100 \quad (7)$$

Onde:

- ELP – Endividamento de Longo Prazo;
- PC – Passivo Circulante;
- PNC – Passivo Não Circulante.

3.6 PROCEDIMENTOS COMPLEMENTARES

No tratamento das variáveis do modelo empírico testado foram considerados os seguintes critérios:

- As variáveis independentes são defasadas em relação a variável dependente. Partindo da premissa de que as informações contábeis do ano t-1 são utilizadas para prever a doação no ano t;
- Todas as variáveis do modelo são transformadas em logaritmos naturais. Essa transformação ocorre para que os efeitos de valores atípicos sejam minimizados.

Todas as variáveis independentes e de controle do modelo empírico do estudo são defasadas. Este procedimento foi adotado nos estudos de Frumkin e Kim (2001) e Tinkelman e Mankaney (2007).

Segundo Cruz (2010), os modelos empíricos utilizados consideram uma defasagem temporal entre as doações e as variáveis contábeis, considerando que contribuições atuais provavelmente serão impactadas por informações contábeis do período anterior à doação.

Conforme Frumkin e Kim (2001) o valor defasado contribui para resolver possíveis problemas de simultaneidade.

O uso de logaritmos de variáveis dependentes ou independentes pode permitir relações não-lineares entre a variável explicada e as variáveis explicativas (Wooldridge, 2006, p. 179).

O uso de logs pode aliviar ou até eliminar problemas de heterocedasticidade (quando a variância dos erros não é constante, ou seja, não há homoscedasticidade) ou concentração em distribuições condicionais advindas de variáveis estritamente positivas. As estimativas com o uso de logs são menos sensíveis a observações desiguais (ou extremas) devido ao estreitamento considerável que pode ocorrer na amplitude dos valores das variáveis (Wooldridge, 2006, p. 181).

3.7 VARIÁVEL DEPENDENTE

Os estudos que verificam a relevância da informação contábil para predizer a captação de doações para entidades sem fins lucrativos (como as OSCIPs) geralmente adotam como variável dependente o valor do logaritmo natural das doações e contribuições privadas. O seu montante é obtido a partir da soma de valores extraídos do relatório contábil do Resultado do Exercício. O valor da variável dependente corresponde ao somatório das seguintes fontes de receitas:

- Doações e contribuições para custeio;
- Contribuição de empresas mantenedoras ou associadas;
- Doações, campanhas e patrocínios recebidos em dinheiro;
- Recursos internacionais;
- Doações recebidas em bens ou mercadorias.

Nesse estudo optou-se pela adoção de uma *dummy* para representação da variável dependente (doações e contribuições privadas). Para verificar a probabilidade das OSCIPs brasileiras terem suas doações impactadas por informações oriundas dos relatórios contábeis, utilizou-se no modelo uma *dummy* para indicar o recebimento de doações ou não²².

Tabela 2: Variáveis *Dummies*

Código binário	Descrição
1	Para as observações que indicaram recebimentos de doações.
0	Para as observações que não indicaram recebimentos, ou seja, com valor de doação igual a 0.

Fonte: desenvolvido pelo autor

É importante salientar que do total das 463 prestações de contas que compõem a amostra do estudo, apenas 227 (49,03%) apresentam o indicativo de recebimento de doações. Sendo que o montante de 236 (50,97%) prestações de contas informa o valor zero para o somatório das receitas com doações.

3.8 DETALHAMENTO DO MODELO

Para atingir o objetivo proposto pela pesquisa, adotou-se um modelo com a seguinte estruturação:

²² Conforme destacado na nota 20 o uso da metodologia de dados em painel tornou-se inviável para este estudo. Logo, optou-se pela adoção da regressão logística para verificar a relevância da informação contábil para explicar as doações obtidas pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) no Brasil.

$$DOA_{it} = \beta_0 + \beta_1 \ln ADM_{1it-1} + \beta_2 \ln GOV_{2it-1} + \beta_3 \ln ATIVO_{3it-1} + \beta_4 \ln EG_{4it-1} + \beta_5 \ln ECP_{5it-1} + \beta_6 \ln ELP_{6it-1} \quad (8)$$

Onde:

- DOA_{it} – É uma dummy para variável doações e contribuições²³;
- $\ln ADM_{1it-1}$ – É o logaritmo natural da taxa de despesas administrativas do ano anterior;
- $\ln GOV_{2it-1}$ – É o logaritmo natural das receitas governamentais no exercício anterior;
- $\ln ATIVO_{3it-1}$ – É o logaritmo natural do total dos ativos no exercício anterior;
- $\ln EG_{4it-1}$ – É o logaritmo natural do endividamento geral no exercício anterior;
- $\ln ECP_{5it-1}$ – É o logaritmo natural do endividamento de curto prazo no exercício anterior;
- $\ln ELP_{6it-1}$ – É o logaritmo natural do endividamento de longo prazo no exercício anterior.

3.9 PROCEDIMENTOS ESTATÍSTICOS

Para abordagem estatística dos dados da pesquisa recorreu-se ao programa Stata e o programa de computação estatística R. Nas análises foram utilizadas as metodologias de regressão logística e redes neurais. Sendo o programa Stata, na versão 14.0, utilizado na análise do modelo de regressão logit. Sendo o programa de computação estatística R utilizado para avaliar o ajustamento do modelo por meio de redes neurais artificiais.

3.9.1 Regressão Logística

A regressão logística, também conhecida como logit, é uma técnica de análise multivariada, apropriada e amplamente utilizada em situações nas quais a variável dependente estudada é categórica e binária (CORRAR; PAULO; DIAS FILHO, 2007).

Tanto a regressão logística quanto a regressão linear expressam a relação entre variáveis por meio de uma equação matemática. Entretanto, no modelo de regressão logística a variável dependente (Y_i) é binária, ou seja, a variável explicada ou resposta corresponde a

²³ Para composição do valor global das doações consideram-se o somatório de receitas extraídas da demonstração do resultado do exercício. Logo, o valor é obtido por meio da soma das seguintes receitas: valor de doações e contribuições para custeio, valor de contribuição de empresas mantenedoras; valor de doações, campanhas e patrocínios; valor de recursos internacionais; valor de doações recebidas em bens ou mercadorias. A partir da observação do valor resultante da soma das receitas é que se efetua a atribuição das *dummies*, sendo 1 para as observações com indicativo de recebimento de doações e 0 para as observações sem indicação de recebimento.

uma variável aleatória de natureza categórica (por exemplo: “doadores” e “não doadores”). No caso deste estudo, que visa explicar a relação entre a informação oriunda dos relatórios contábeis e as doações obtidas pelas OSCIPs brasileiras, assumem-se os seguintes valores: 1 para entidades que recebem doações e 0 para entidades que não recebem doações. Sendo o evento de interesse da pesquisa o número 1, uma vez que se pretende verificar se os níveis de donativos são afetados pelas variáveis explicativas oriundas de relatórios contábeis. Logo, foram utilizadas variáveis contábeis pra prever a ocorrência de doações e contribuições.

O modelo de regressão logística utilizada no estudo é múltiplo, uma vez que apresenta um conjunto de variáveis (mais de uma variável independente) para explicar a captação (o recebimento) de doações.

A regressão logística é utilizada com o objetivo de gerar uma função matemática cuja resposta possibilita o estabelecimento da probabilidade de uma observação pertencer a um dos eventos previamente determinado e possível de ser concretizado em função de um conjunto de variáveis explicativas (CORRAR; PAULO; DIAS FILHO, 2007). Logo, os coeficientes gerados pela regressão logit apontam a importância das variáveis independentes para a ocorrência do evento associado a variável dependente. Essa técnica permite estimar a probabilidade de ocorrência de um evento e identificar as variáveis independentes que contribuem para sua predição (BRESSAN V. et al., 2014).

A análise da regressão conjuntamente com a estimação da correlação possibilita a compreensão da relação entre certo conjunto de variáveis com outra variável, ou seja, entender como as variáveis independentes de um modelo econométrico são associadas com as variáveis dependentes, e conseqüentemente verificar a significância dessa associação. Dentro dessa lógica, para avaliação da significância das variáveis preditoras para o modelo procedeu-se as seguintes ações: estimação da regressão logística e elaboração da matriz de correlação.

Na regressão logística a probabilidade de ocorrência de um determinado evento pode ser estimada de forma direta. Segundo Minussi, Damacena e Ness Júnior (2002), quando a variável dependente Y assume a condição de dois estados possíveis (1 ou 0) para um conjunto de K variáveis independentes - $X_{1i}, X_{2i}, X_{3i}, \dots, X_{ki}$ - o modelo de regressão logística pode ser representado da seguinte forma:

$$P(Y = 1) = \frac{1}{1 + e^{-g(x)}} \quad (9)$$

Onde:

$$g(x) = \beta_0 + \beta_1 X_{1i} + \beta_2 X_{2i} + \beta_3 X_{3i} + \dots + \beta_k X_{ki} \quad (10)$$

Na equação de regressão logística, para se verificar o efeito ou poder de discriminação de cada uma das variáveis independentes com relação à variável dependente, são calculados os coeficientes de regressão (Zanini, 2007). É importante salientar que o cálculo dos coeficientes do modelo é feito através da maximização da função de verossimilhança que calcula a probabilidade de que um evento ocorra (Menard, 1995). Corroborando com esse entendimento, Hosmer e Lemeshow (1989) afirmam que os coeficientes da regressão $g(x)$ são estimados pelo método de máxima verossimilhança, por meio do qual é encontrada uma combinação de coeficientes que maximiza a probabilidade do evento ter sido observado.

Segundo Zanini (2007), o procedimento que calcula o coeficiente logístico compara a probabilidade de um evento ocorrer com a probabilidade de ele não ocorrer. Essa razão de desigualdade pode ser expressa conforme representado a seguir:

$$\frac{P(Y=1)}{P(Y=0)} = e^{\beta_0 + \beta_1 X_{1i} + \beta_2 X_{2i} + \beta_3 X_{3i} + \dots + \beta_k X_{ki}} \quad (11)$$

e, por consequência,

$$\ln \left[\frac{P(Y=1)}{P(Y=0)} \right] = \beta_0 + \beta_1 X_{1i} + \beta_2 X_{2i} + \beta_3 X_{3i} + \dots + \beta_k X_{ki} \quad (12)$$

No modelo de regressão logística, o indicador que informa o impacto de uma variação ocorrida nas variáveis explicativas sobre variável dependente é conhecido como efeito marginal. O valor desse indicador é obtido por meio da razão entre a derivada da variável dependente e a variável explicativa.

$$X_i = \frac{\partial E(Y_i)}{\partial X_i} \quad (13)$$

Uma vez estimada a regressão logística e elaborada a matriz de correlação, torna-se imprescindível à estimação dos efeitos marginais das variáveis independentes – para que se possa verificar o efeito da variação unitária nas variáveis explicativas sobre a variável explicada. No caso deste estudo, verificar o efeito da variação de uma unidade no valor da

informação contábil sobre os níveis de doações. Essa análise é efetuada após a observação da regressão estimada e análise da matriz de correlação.

Na análise de dados da regressão logística outra medida utilizada é a razão de chances (*odds ratio*). Por meio da análise da razão de chances verifica-se a chance de ocorrência ou não de um determinado evento nos grupos analisados. Esse indicador é obtido por meio da razão entre a probabilidade de ocorrência (P_i) e a probabilidade de não ocorrência ($1-P_i$) de um mesmo evento, sendo representado da seguinte forma:

$$OR = \frac{P_i}{(1-P_i)} \quad (14)$$

Uma razão de chances de valor 1 indica que a chance de ocorrência do evento sob estudo é igual para os dois grupos analisados. Quando a razão de chances é superior a 1 a chance de ocorrência do evento é maior no primeiro grupo. Quando a razão de chances é menor que 1 a chance de ocorrência do evento é maior no segundo grupo.

Conforme Gujarati (2006), no manuseio da regressão logística é preciso tomar os seguintes cuidados: a verificação da significância de cada variável a partir do teste de hipótese e do nível de significância; mensurar o ajustamento total do modelo. A mensuração do ajustamento do modelo logit é obtida através do cálculo do *Count R²*, utilizando a seguinte fórmula:

$$Count R^2 = \frac{\text{número de previsões corretas}}{\text{número de observações}} \quad (15)$$

O indicador obtido por meio do cálculo *Count R²* possibilita a identificação das previsões corretas realizadas pela regressão logit, e conseqüentemente verificar o ajuste total do modelo.

Verifica-se que a pós os procedimentos iniciais (estimação da regressão logística, elaboração da matriz de correlação e obtenção do efeito marginal), torna-se necessário verificar o ajuste do modelo. Para essa análise efetuou-se a elaboração da matriz de classificação para verificar a capacidade do modelo em relação a classificação dos eventos.

Após a primeira seção de análises, procedeu-se a seleção das variáveis contábeis que contribuem de maneira significativa para explicar as doações. Para seleção das variáveis significantes para o modelo adotou-se o critério *stepwise*.

Existem três formas de se realizar uma regressão *stepwise*: (1) *forward* - quando a equação começa vazia e cada preditor entra, um por um, na equação; (2) *backward* - quando todos os preditores são incluídos de uma só vez na equação, e depois são retirados, um a um, até que se identifiquem os melhores preditores; (3) *blockwise* ou *setwise* - assemelha-se à regressão *stepwise forward*, mas, ao invés dos preditores serem incluídos individualmente, eles entram na equação em blocos (Keppel, 1991; Tabachnick & Fidell, 1996). Nesse estudo optou-se pelo *backward*.

A regressão logística possibilita a previsão da probabilidade direta de um evento ocorrer. É importante acrescentar que os resultados estimados pelo modelo de regressão logit são gerados sob a forma de probabilidade de ocorrência de um evento previamente estabelecido. Nesse estudo, a probabilidade permitiu verificar se determinado comportamento das variáveis contábeis afetam os níveis de doações para as OSCIPs.

Na análise do modelo logit, a partir dos dados gerados pelo programa *stata*, realizou-se os seguintes procedimentos:

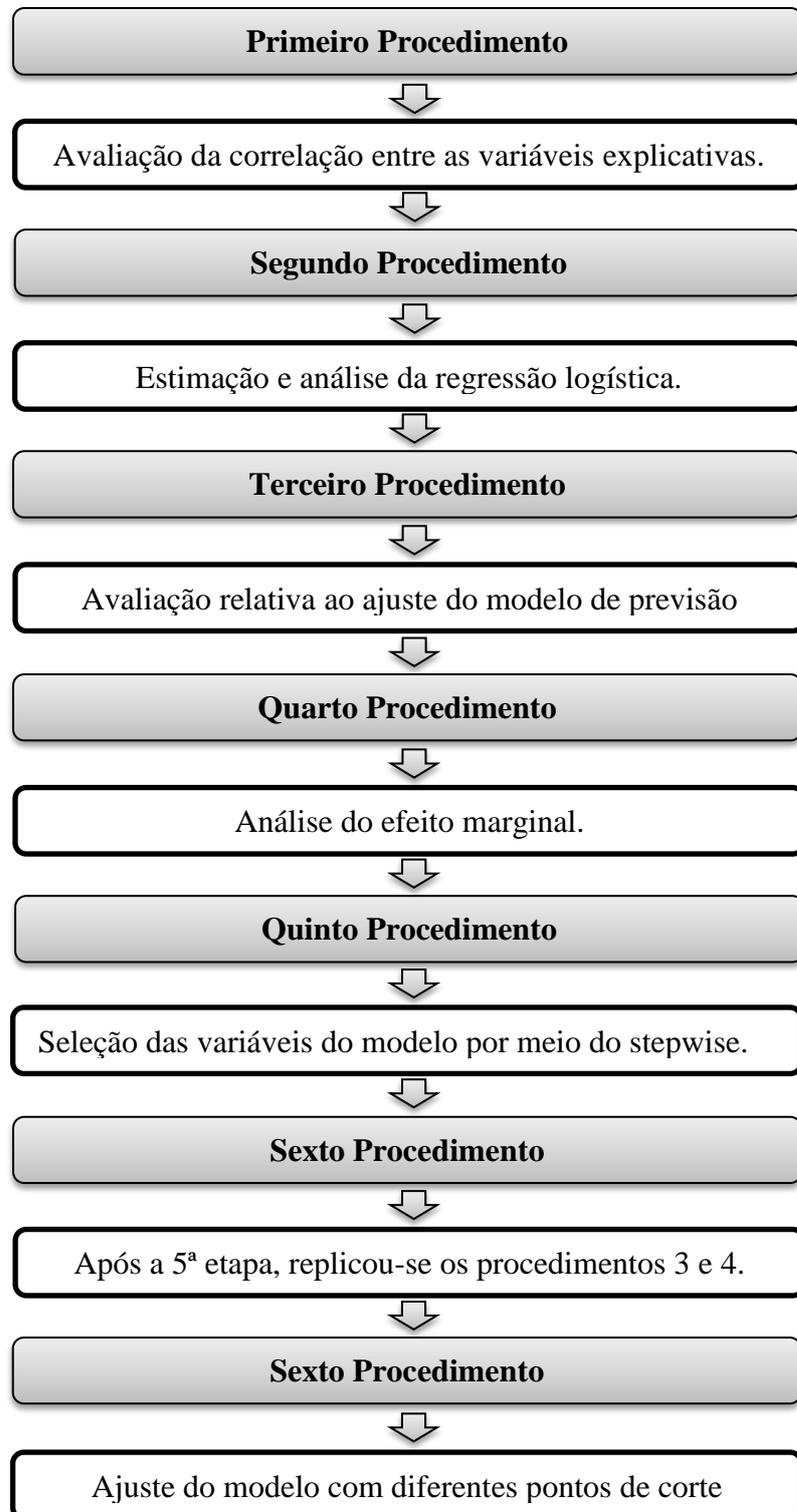


Figura 3 – Procedimentos relacionados à regressão logística.
Fonte: elaborado pelo autor.

3.9.2 Rede Neural Artificial

As redes neurais artificiais (RNAs) são sistemas de computação adaptativos inspirados nas características de processamento de informação encontradas nos neurônios reais e nas características de suas interconexões (HAYKIN, 1999). Os modelos neurais artificiais têm como parâmetro para sua estruturação as redes neurais biológicas.

Segundo Akkoç (2012) as redes neurais artificiais são técnicas computacionais baseadas na estrutura neural de organismos inteligentes e que adquirem conhecimento por intermédio de experiências. As redes neurais têm a capacidade de coletar, utilizar e armazenar informações baseadas em experimentos (aprendizagem). O processo de aprendizagem é feito a partir de algoritmos de aprendizagem, onde os pesos sinápticos da rede são modificados de uma forma ordenada para alcançar o resultado desejado (MATSUNAGA, 2012).

Segundo Haykin (1999) por meio de uma rede neural artificial é possível armazenar conhecimento experimental e disponibilizá-lo para uso.

As redes neurais artificiais são desenvolvidas por meio de modelos matemáticos, onde são feitas as seguintes suposições (FAUSETT, 1994):

- A informação é processada dentro dos chamados neurônios;
- Os sinais são propagados pelos neurônios por meio de conexões, ou seja, os estímulos são transmitidos por meio de ligações chamadas sinapses;
- Para cada conexão existe um peso associado;
- Cada neurônio contribui para a função de ativação (geralmente de natureza não linear) para determinar o estímulo de saída, ou seja, a resposta da rede.

Conforme Haykin (1999), a rede neural artificial se assemelha rede de neurônios naturais (do cérebro) em dois aspectos: o conhecimento é adquirido pela rede por meio de um processo de aprendizagem; as forças de conexão entre neurônios, conhecidas como pesos sinápticos, são utilizadas para armazenar o conhecimento adquirido.

Para construção de um modelo de rede neural artificial devem ser observadas três características:

- O padrão de estabelecimento das conexões entre os neurônios (arquitetura ou estrutura);
- A metodologia para determinação dos pesos das conexões entre os neurônios (algoritmo de treinamento ou aprendizado);
- A função de ativação.

A arquitetura de uma “rede neural artificial” faz referência ao formato da rede conexões. Segundo Gouvêa *et al.* (2013) toda rede é dividida em camadas, usualmente classificadas em três grupos:

- Camada de Entrada: onde os padrões são apresentados à rede;
- Camadas Intermediárias ou Ocultas: onde é feita a maior parte do processamento, por meio das conexões ponderadas;
- Camada de Saída: onde o resultado final é concluído e apresentado.

Em conformidade com Haykin (1999), existem três tipos de arquitetura para estruturação da rede de neurônios artificiais: rede *feedforward* com camada única, rede *feedforward* com múltiplas camadas e rede recorrente.

Nesse estudo, optou-se pela arquitetura de rede *feedforward* com múltiplas camadas. Logo, a estrutura arquitetônica, da rede neural artificial, foi composta por uma camada de entrada, uma camada intermediária (oculta). Veja a representação a seguir:

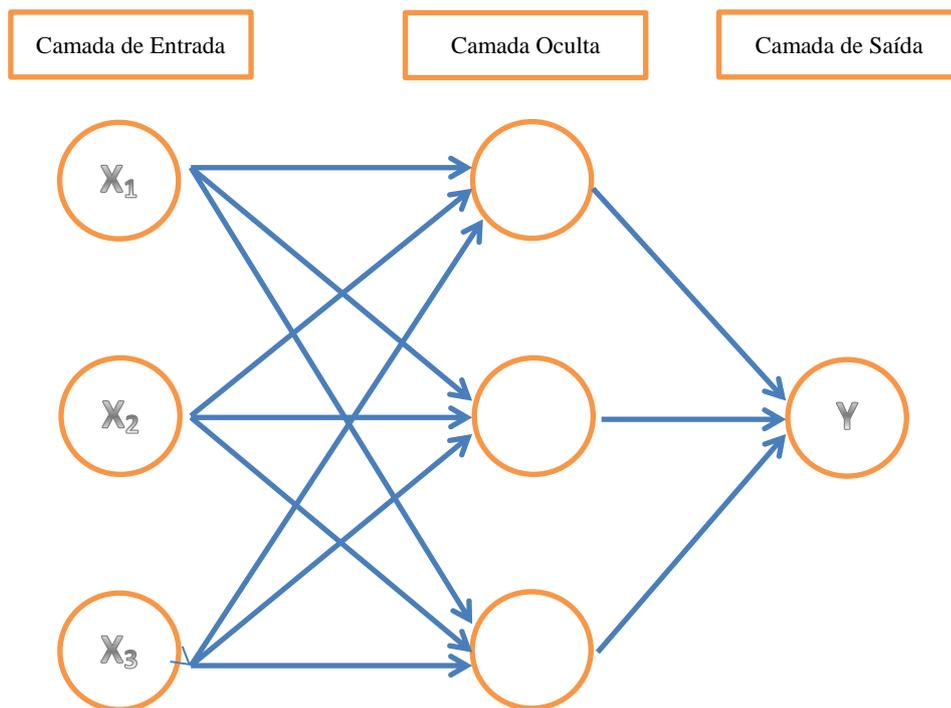


Figura 4 – Arquitetura da rede neural.
Fonte: Elaborado pelo autor.

Verifica-se, com base na figura 4, que em uma rede *feedforward* cada camada se conecta com a próxima em um único sentido, ou seja, todas as conexões possuem a mesma direção (partindo da camada de entrada rumo à camada de saída).

Conforme a estrutura apresentada, verifica-se que a camada de entrada representa as variáveis independentes do estudo (por exemplo: GOV [X1], ATIVO [X2] e ECP [X3]). A camada de entrada é camada receptora do padrão que é apresentado à rede neural artificial, ou seja, é a camada que tem a responsabilidade de receber os valores do problema (os impulsos).

Embora não haja interação da camada oculta²⁴ com o ambiente externo, as camadas intermediárias exercem enorme influência no funcionamento da rede neural artificial. É no cenário das camadas intermediárias (ocultas) onde ocorre o aprendizado das redes neurais, ou seja, a maior parte do processamento das informações por meio de conexões ponderadas. As camadas ocultas extraem conhecimentos de experimentos e disponibiliza-os para uso prático. Logo, a camada oculta pode ser tratada como extratora de características.

A camada de saída representa a variável dependente, no caso desse estudo as doações (Y). Por meio da saída obtém-se o retorno de um padrão para o ambiente externo, ou seja, uma resposta relativa às interações ocorridas nas outras camadas. A camada de saída é responsável pelo oferecimento de respostas para o problema estudado.

Uma vez definida a estrutura arquitetônica da rede neural artificial, deve-se definir a forma de treinamento da rede (escolhas da metodologia para determinação dos pesos das conexões) e proceder à escolha da função de ativação.

De acordo com Silva R. (2005) a função básica do neurônio artificial, ou elemento processador, é realizar o somatório, ponderado por fatores denominados pesos sinápticos, dos elementos do vetor de entrada e aplicar este resultado como entrada de uma função não linear denominada função de ativação. O mesmo autor afirma que uma função de ativação, geralmente não-linear, é responsável pela ativação da saída ou resposta do elemento processador. Os três tipos básicos de função de ativação são: limiar, linear e sigmoide. (MATSUNAGA, 2012). Para este estudo foi adotada a função de ativação sigmoide, pelo fato de ser a mesma utilizada na modelação da regressão logística. Segundo Silva R. (2005) a função sigmoide é a ativação mais utilizada em redes neurais artificiais.

$$f(x) = \frac{1}{1+e^{-x}} \quad (16)$$

Tendo como derivada as seguintes função:

$$f'(x) = f(x)[1 - f(x)] \quad (17)$$

²⁴ Não existe uma regra exclusiva para definição do número de neurônios na camada intermediária. Logo, adotou-se o seguinte critério deve ser: 2/3 do tamanho da camada de entrada, somado ao tamanho da camada de saída.

Sendo representada graficamente da seguinte forma:

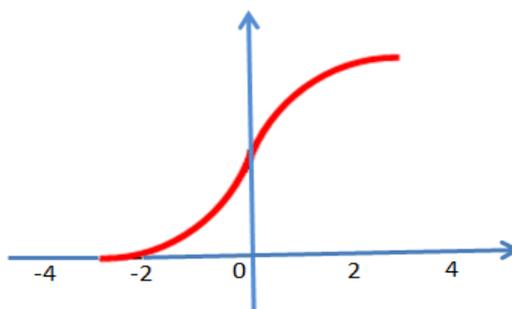


Figura 5 – Gráfico da função sigmoide
Fonte: elaborado pelo autor.

Conforme Zanini (2007), uma vez especificada a metodologia de modelagem quando do uso de redes neurais, é importante que se entenda como a rede “adquire” conhecimento. O conhecimento em redes neurais é adquirido através de um processo de aprendizado ou de treinamento. Uma das propriedades mais importantes de uma rede neural artificial é a capacidade de aprender por meio de experimentações e fazer inferências sobre o aprendizado, melhorando de forma gradativa o seu desempenho (FERNEDA, 2006). O aprendizado ocorre com o ajuste dos pesos sinápticos através de um processo de interação. O processo de aprendizado possibilita que a informação seja transformada e armazenada nas densidades de conexão (pesos sinápticos).

Existem diversas maneiras de se classificar uma rede neural artificial. Uma das mais importantes é a classificação pelo processo ou algoritmo de aprendizado empregado para treiná-la, que pode ser supervisionado ou não supervisionado (SILVA R., 2005). Segundo Gouvêa et al. (2013) existem três tipos de aprendizado: aprendizado supervisionado; aprendizado não supervisionado; e aprendizado por reforço.

Para este estudo adotou-se o aprendizado supervisionado. Silva R. (2005) afirma que o processo de treinamento ou aprendizado supervisionado de uma rede neural consiste, essencialmente, em minimizar o erro entre a saída da rede para um determinado padrão de entrada e a resposta esperada para aquele mesmo padrão. Esse autor afirma que são pontos-chaves a serem destacados para o aprendizado supervisionado (SILVA R., 2005):

- A rede neural é estimulada pelo ambiente através da apresentação de padrões na sua camada de entrada.
- Sua estrutura interna é alterada em função destes padrões e da saída desejada.

- Sua resposta futura ao estímulo do ambiente será diferente devido a alteração da estrutura interna.

O algoritmo de aprendizado mais frequentemente empregado no aprendizado supervisionado de redes neurais é conhecido como Retropropagação do Erro (*Backpropagation*) (ZANINI, 2007). Este algoritmo tem fundamentos matemáticos baseados na regra da cadeia e no método do gradiente descendente (HAYKIN, 1998). O algoritmo *Backpropagation* procura achar iterativamente a mínima diferença entre as saídas desejadas e as saídas obtidas pela rede neural, com o mínimo de erro. Dessa forma, ajustando os pesos entre as camadas através da retropropagação do erro encontrado em cada iteração (MATSUNAGA, 2012). Em relação ao algoritmo de retropropagação, Silva R. (2005) afirma que:

A essência do aprendizado da rede neural através do algoritmo de retropropagação do erro consiste em realizar um mapeamento, através dos ajustes dos pesos sinápticos, de pares entrada-saída de vetores. Espera-se, paralelamente, que a rede aprenda o suficiente com esta associação para ser capaz de encontrar associações válidas para vetores de entradas desconhecidos. A rede deve, portanto, ter capacidade de generalizar o conhecimento aprendido aplicando-o em novas situações com sucesso.

4 RESULTADOS

O capítulo IV dessa dissertação tem como propósito apresentar as análises e resultados da pesquisa, o mesmo encontra-se disposto da seguinte forma:

- Na primeira seção consta a matriz de correlação das variáveis dependentes do estudo;
- Na segunda seção é apresentada a análise direcionada a regressão logística do modelo proposto;
- Na seção três constam as análises efetuadas para avaliar o ajuste do modelo testado;
- Na quarta seção consta a interpretação do efeito marginal;
- Na quinta seção é apresentada a regressão logística com as variáveis significativas para o modelo
- Na sexta seção são apresentadas análises relativas ao ajuste do modelo com diferentes pontos de corte (*cutoff*);
- Na seção sete é apresenta uma discussão relacionada ao sinal esperado e encontrado para os coeficientes das variáveis abordadas no estudo;
- Na seção oito consta a análise relativa ao desempenho da rede neural artificial para classificar os eventos.

4.1 Matriz de Correlação

Por meio da observação da matriz de correlação é possível ter um indicativo de como uma variável encontra-se relacionada com o conjunto de variáveis do grupo a qual pertence. A avaliação dessas relações foi efetuada com base nos dados da tabela 3.

Tabela 3 – Matriz de correlação entre as variáveis explicativas

Variáveis explicativas	lnADM	lnGOV	lnATIVO	lnEG	lnECP	lnELP
lnADM	1,000					
lnGOV	- 0,1444	1,000				
lnATIVO	0,1860	0,3781	1,000			
lnEG	- 0,1504	0,3377	0,1116	1,000		
lnECP	- 0,0932	0,1755	0,1317	0,3321	1,000	
lnELP	0,1957	0,1248	0,4759	0,2100	- 0,3213	1,000

Fonte: Elaborada pelo autor

Em conformidade com a matriz de correlação das variáveis que compõem o estudo, verifica-se que, no geral, existe uma baixa correlação entre as variáveis explicativas. A baixa

correlação entre essas variáveis sugere ausência de multicolinearidade no modelo proposto. A maior correlação encontrada é entre as variáveis lnELP (Endividamento de Longo Prazo) e lnATIVO (Ativo Total), sendo de 0,4759.

4.2 Estimação da Regressão Logística

Após a análise de correlação torna-se necessário a regressão do modelo para detectar as variáveis com maior significância para predição. Por meio da estimação da regressão logística foi possível verificar a probabilidade das OSCIPs terem suas doações afetadas por variações em informações contábeis, ou seja, por meio de alterações no nível de eficiência administrativa (lnADM), no endividamento (lnEG, lnECP e lnELP), na reputação organizacional (lnGOV) e tamanho da organização (lnATIVO).

Tabela 4 - Dados da regressão logística - 1

Interações	Observações	LR CHI2 (6)	Prob > chi2	Pseudo R ²
4	463	63,42	0,0000	0,0988

Fonte: Elaborada pelo autor

A estatística LR chi2 ("Likelihood Ratio" ou Razão de Verossimilhança) de 63,42 indica que os coeficientes são conjuntamente significativos para explicar a probabilidade das OSCIPs terem seus níveis de doações afetados pelas informações contábeis utilizadas como variáveis explicativas no estudo. O Prob > chi2 apresentado na tabela 4 indica que pode-se rejeitar a 5% a hipótese de que os coeficientes em conjunto sejam iguais a zero.

O pseudo R² indica que 9,88% da variação da variável dependente podem ser explicadas pelas variáveis independentes do modelo.

Tabela 5 - Dados da regressão logística - 2

dumDOA	Coefficientes	Std. Err.	Z	P> z
lnADM	-0,0449	0,0854	-0,53	0,599
lnGOV	-0,4462	0,088	-5,07	0,000
lnATIVO	0,2999	0,0668	4,49	0,000
lnEG	-0,1048	0,0909	-1,15	0,249
lnECP	0,4346	0,1804	2,41	0,016
lnELP	0,1257	0,0874	1,44	0,151
Constante	0,8984	1,3297	0,68	0,499

Fonte: Elaborada pelo autor

Verifica-se com base na regressão estimada que os coeficientes (β) das variáveis GOV, ATIVO e ECP são estaticamente diferentes de zero, pois o p valor foi menor que o nível de significância de 0,05.

Pelo teste z, evidencia-se que a taxa de despesa administrativa (lnADM) não é um indicador que afeta a probabilidade das OSCIPs receberem doações. Com base no teste Z, nota-se que as variáveis “endividamento geral (EG) e endividamento de longo prazo (ELP)” não apresentam significância para afetar a probabilidade de doações para as OSCIPs.

4.3 Ajuste do modelo de previsão

Nesse tópico serão apresentadas as análises da matriz de classificação para validação do modelo, a análise da sensibilidade e especificidade do modelo e observação da curva ROC.

Matriz de classificação para validação do modelo

Posteriormente à estimação da regressão logística, torna-se necessário a verificação da capacidade de ajuste do modelo por meio da matriz de classificação. Conforme apresentado na tabela 6, do total de 227 observações relativas às OSCIPs que receberam doações, o modelo proposto prevê corretamente 138 delas. No que diz respeito ao total de 236 observações que, com base na classificação amostral, não receberam donativos, o modelo consegue prever como classificadas corretamente 160.

Tabela 6 – Matriz de classificação do modelo de previsão das doações

Classificação	Com recebimento de doações (com base na amostra)	Sem recebimento de doações (com base na amostra)	Total
Com recebimento de doações (com base no modelo)	<u>138</u>	76	214
Sem recebimento de doações (com base no modelo)	89	<u>160</u>	249
Total	227	236	<u>463</u>
<u>Percentual total de classificação correta do modelo</u>			$(138 + 160)/463 \times 100 = 64,36\%$

Fonte: Elaborada pelo autor

Adicionalmente é importante acrescentar que o modelo estimado considera 89 observações como sendo da categoria “sem recebimento de doações”, quando na verdade são

da classe com recebimento de doações. Ainda verifica-se que 76 observações são classificadas pelo modelo como sendo da categoria “com recebimento de doações”, quando na verdade deveriam ser classificadas na classe “sem recebimento de doações”.

Em relação às observações com recebimento de doações, a medida de valor preditivo indica que o modelo consegue prever que 64,49% (138/214) das observações são corretamente classificadas. Sobre as sem recebimento de doações, a medida de valor preditivo indica que o modelo prevê que 64,26% (160/249) das observações são corretamente classificadas. Verifica-se com base na matriz de classificação que o modelo de modo geral prevê 64,36% das observações, ou seja, o modelo ajustado apresenta 64,36% de classificações corretas.

Tabela 7 – Poder classificatório do modelo de previsão de doações

Poder classificatório	Cálculo	Proporção (%)
Sensibilidade	138/227	60,79%
Especificidade	160/236	67,80%
Valor predito para prestações com recebimento de doações	138/214	64,49%
Valor predito para prestações sem recebimento de doações	160/249	64,26%
Falsa classificação para prestações com recebimento de doações	89/227	39,21%
Falsa classificação para prestações sem recebimento de doações	76/236	32,20%
Falsa classificação para prestações com recebimento de doações pelo modelo	76/214	35,51%
Falsa classificação para prestações sem recebimento de doações pelo modelo.	89/249	35,74%
Poder de classificação geral		64,36%

Fonte: Elaborada pelo autor.

Com base nos dados da amostra, verifica-se uma falsa classificação de 39,21% para as prestações que indicam recebimento de doações. Também se verifica uma falsa classificação de 32,20% para as prestações sem recebimento doações (com base na classificação amostral). Ainda nota-se que a falsa classificação pelo modelo, para prestações com recebimento de doações é de 35,51%. O erro de classificação para prestações sem recebimento de doações pelo modelo estimado é de 35,74%.

A sensibilidade e a especificidade foram analisadas com base nos dados fornecidos na tabela 8.

Tabela 8 – Matriz de classificação – Sensibilidade e Especificidade

Situação da OSCIP	Classificação das OSCIPs pelo modelo		Percentual de classificação correta do modelo
	Com doações	Sem doações	
Com doações	<u>138</u>	<u>89</u>	<u>138/227 = 60,79%</u>
Sem doações	<u>76</u>	<u>160</u>	<u>160/236 = 67,80%</u>
	<u>214</u>	<u>249</u>	
<u>Percentual total de classificação correta do modelo</u>			<u>(138 + 160)/463 x 100 = 64,36%</u>

Fonte: Elaborada pelo autor

Com relação especificamente ao poder classificatório para as prestações com recebimento de doações (sensibilidade), o modelo é correto em 60,79% das situações. No que diz respeito ao poder classificatório para as prestações sem recebimento de doações (especificidade), o modelo de previsão das doações apresenta correção em 67,8% dos casos. Nesse contexto, é importante ressaltar que seria mais importante para o estudo a maximização do poder classificatório relacionado à sensibilidade do modelo estimado, já que o objetivo da pesquisa se relaciona com a explicação do efeito das informações contábeis sobre as doações.

Na análise da relação entre a sensibilidade e especificidade do modelo estimado também se considera a curva ROC (*Receiver Operating Characteristic*). Na análise gráfica dessa curva deve-se considerar a seguinte condição: quanto maior a área abaixo da curva, maior a capacidade preditiva do modelo para classificar os grupos com e sem recebimento de doação. Em mão inversa, pode-se afirmar que quanto mais próximo a curva ROC estiver da reta diagonal, pior será a capacidade preditiva para distinguir as OSCIPs com doação das sem recebimento de doações.

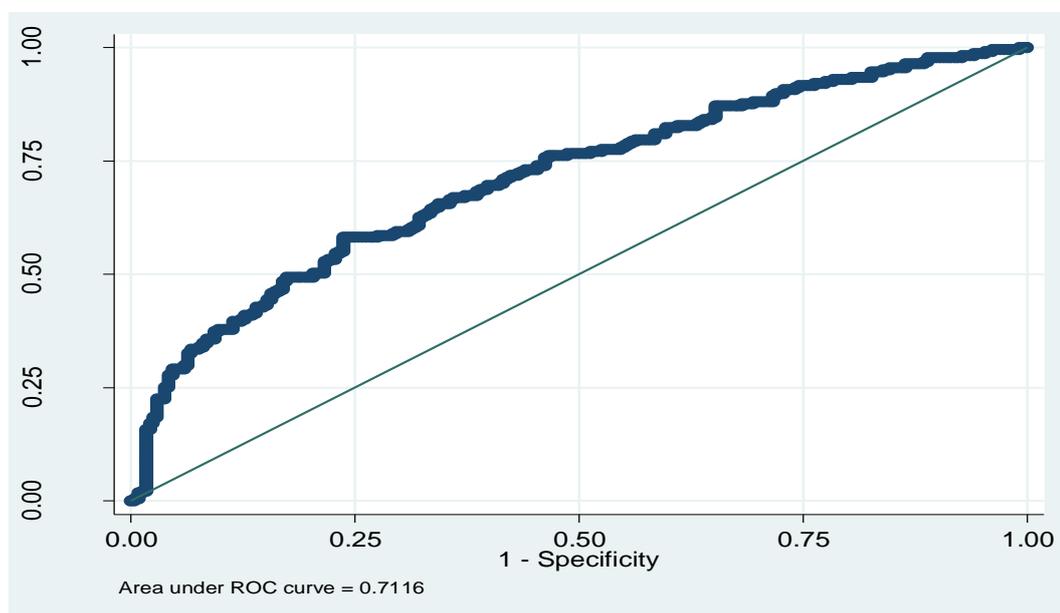


Figura 6 – Curva ROC da primeira regressão

Fonte: Programa *stata*.

Com base na figura 6, que representa a curva de ROC, verifica-se que o modelo estimado para as doações para as OSCIPs apresenta uma boa capacidade preditiva, tendo uma área de 0,7116.

4.4 Efeito Marginal

A probabilidade média das entidades captarem doações para amostra estudada é de 48,91%.

Se ocorrer aumento nas receitas governamentais (lnGOV) a probabilidade das OSCIPs captarem doações cai em média 0,11 pontos percentuais. Em relação ao ativo, conclui-se que o seu aumento afeta positivamente os níveis de recebimento de donativos. Com a evolução do ativo total (lnATIVO) a probabilidade das OSCIPs captarem doações aumenta em média 0,075 pontos percentuais. Ainda constata-se que as variações positivas no endividamento de curto prazo (lnECP) afetam positivamente as doações, ou seja, a probabilidade de captação de doações aumenta em média 0,11 pontos percentuais com a evolução da dívida no curto prazo.

Tabela 9 – Efeito Marginal

dumDOA	Efeitos Marginais	Std. Err.	Z	P> z
lnADM	-0,011228	0,02134	-0,53	0,599
lnGOV	-0,1114906	0,022	-5,07	0,000
lnATIVO	0,0749326	0,0167	4,49	0,000
lnEG	-0,0261838	0,02271	-1,15	0,249
lnECP	0,1086082	0,04504	2,41	0,016
lnELP	0,0314023	0,02184	1,44	0,151

Fonte: Elaborada pelo autor

Em relação à análise do efeito marginal são pontuadas as seguintes evidências:

- Receitas governamentais (lnGOV): o efeito marginal de -0,11 indica que a variação de 1% no total das receitas governamentais provoca um decréscimo de 0,11 pontos percentuais na probabilidade da OSCIP captar doações;
- Ativo total (lnATIVO): o efeito marginal de 0,075 indica que uma que a variação de 1% no total dos ativos gera um efeito aumentativo de 0,075 pontos percentuais na probabilidade de ocorrência de doações para as OSCIPs;
- Endividamento de curto prazo (lnECP): o efeito marginal de 0,11 indica que a variação de 1% no total do Endividamento de Curto Prazo provoca um efeito positivo de 0,11 pontos percentuais na probabilidade da OSCIP captar doações.

4.5 Regressão com as variáveis significativas

O critério *stepwise* foi utilizado para identificar as variáveis significativas para o modelo preditor das doações. Com o procedimento verificou-se que três do total das seis variáveis não são representativas. Conforme indicado na tabela a seguir, foram excluídas as variáveis taxa de despesas administrativas (lnADM), endividamento geral (lnEG) e endividamento de longo prazo (ELP). As variáveis selecionadas para compor o modelo foram: receitas governamentais (lnGOV), ativo total (lnAtivo) e endividamento de curto prazo (lnECP).

Tabela 10 – Variáveis removidas do modelo.

Probabilidade	Variáveis Removidas
p = 0.5988 >= 0.0500	lnADM
p = 0.2775 >= 0.0500	lnEG
p = 0.2830 >= 0.0500	lnELP

Fonte: Elaborada pelo autor

Após a realização do procedimento *Stepwise*, para seleção das variáveis, a regressão apresentou os seguintes indicadores:

Tabela 11 - Dados da regressão logística - *Stepwise*

Observações	LR CHI2 (6)	Prob > chi2	Pseudo R ²
463	60,78	0,0000	0,0947

Fonte: Elaborada pelo autor

Com base nos dados da nova regressão nota-se que a estatística LR chi2 ("Likelihood Ratio", ou Razão de Verossimilhança) é de 60,78, verifica-se que ocorreu uma pequena redução de 4,16% no indicador quando comparado ao valor do modelo anterior. Porém, pode-se afirmar que o valor 60,78 é suficiente para indicar que os coeficientes são conjuntamente significativos para explicar a probabilidade das OSCIPs terem seus níveis de doações afetados pelas informações contábeis selecionadas por meio do *Stepwise*.

O Prob > chi2 apresentado na tabela indica que a hipótese de que todos os coeficientes sejam iguais a zero pode ser rejeitada ao nível de significância de a 5%.

O pseudo R² é um indicativo de que 9,47% das variações da variável dependente podem ser explicadas por alterações no valor das variáveis independentes do modelo.

Tabela 12 - Dados da regressão logística - 2

dumDOA	Coefficientes	Std. Err.	Z	P> z
lnGOV	-0,4683	0,0830608	-5,64	0,000
lnATIVO	0,3438	0,0567052	6,06	0,000
lnECP	0,2827	0,1377535	2,05	0,040
Constante	0,8791	1,25671	0,7	0,484

Fonte: Elaborada pelo autor

Com base na estatística p valor da regressão estimada verifica-se que os coeficientes (β) das variáveis GOV, ATIVO e ECP são estaticamente diferentes de zero, pois o seu p valor foi menor que o nível de significância de 0,05.

Os coeficientes apresentados na tabela 12 indicam o efeito de alterações nas variáveis independentes sobre o logaritmo natural da razão de probabilidades, ou seja, sobre o logit estimado (doações). Para avaliação do impacto dos parâmetros sobre a probabilidade de recebimento de doações, os coeficientes devem ser transformados por meio de antilogaritmo. Por exemplo, antilogaritmo do valor -0,4683 (coeficiente da variável GOV) é igual a 0,626066. Logo, a probabilidade de ocorrência do evento de interesse pode ser estimada por meio do indicador 1,6 ($1 / 0,626066$). O valor 1,6 indica que um aumento nas receitas governamentais reduz em 1,6 vezes a chance de recebimento de doações. Ainda nota-se que aumentos nos valores do ativo total (lnATIVO) e do endividamento de curto prazo (lnECP) aumentam a chance de recebimento de doações.

Em relação ao ajuste do novo modelo, com base na tabela 13 evidencia-se uma melhora em seu ajuste. Do total de 227 observações relacionadas às OSCIPs que receberam doações, o modelo proposto consegue prever corretamente 142 delas. No que diz respeito ao total de 236 observações cujas prestações não constam recebimento de donativos, o modelo consegue prevêê como classificadas corretamente 164 delas. Ficou visível um pequena evolução na classificação correta das observações, tanto para o evento 1 quanto para o evento zero.

Tabela 13 – Matriz de classificação do modelo de previsão das doações

Classificação	Com recebimento de doações (com base na amostra)	Sem recebimento de doações (com base na amostra)	Total
Com recebimento de doações (com base no modelo)	<u>142</u>	72	214
Sem recebimento de doações (com base no modelo)	85	<u>164</u>	249
Total	227	236	<u>463</u>
<u>Percentual total de classificação correta do modelo</u>			$(142 + 164)/463 \times 100 = 66,09\%$

Fonte: Elaborada pelo autor

Em relação às observações com recebimento de doações (conforme tabela 13), a medida de valor preditivo indica que o modelo prevê que 66,36% (142/214) das observações são corretamente classificadas. Sobre as sem recebimento de doações, a medida de valor preditivo indica que o modelo consegue prever que 65,86% (164/249) das observações são corretamente classificadas. Verifica-se com base na matriz de classificação que o modelo de modo geral prevê 66,09% das observações, ou seja, o modelo ajustado apresenta 66,09% de classificações corretas.

Verifica-se que após a redução das variáveis do modelo o poder de classificação geral aumentou de 64,36% para 66,09%.

Com base na figura 7, que representa a curva de ROC, verifica-se que o modelo estimado para as doações para as OSCIPs apresenta uma boa capacidade preditiva para classificar as entidades nas categorias com doação e sem doação.

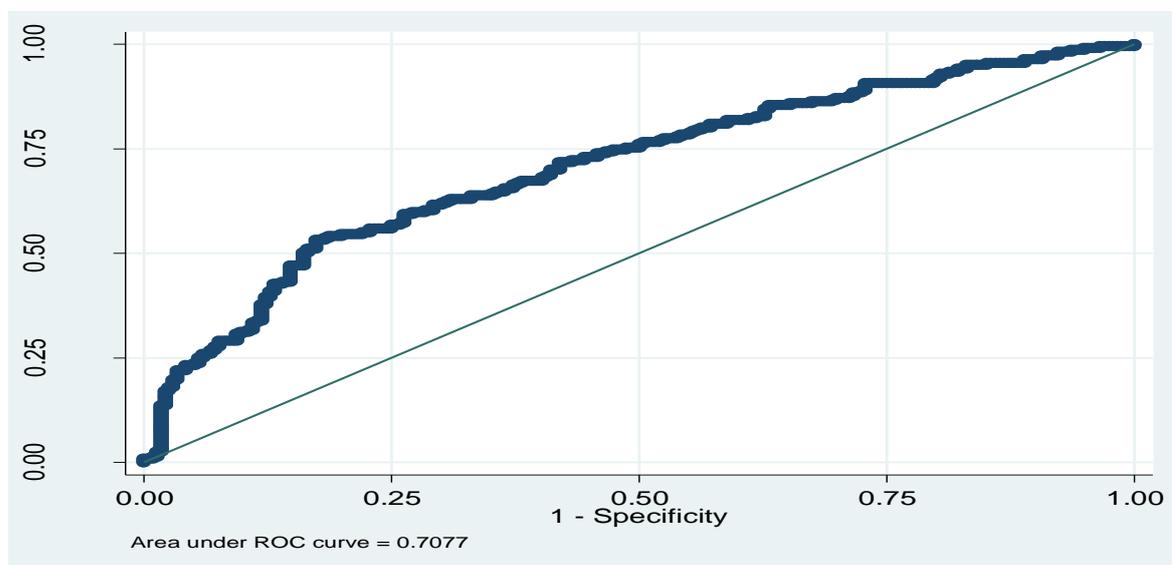


Figura 7 – Curva ROC da segunda regressão

Fonte: Programa *stata*.

Verifica-se que a área de 0,7077 da curva de ROC é um bom indicativo para afirmar a capacidade preditiva do modelo para distinguir as OSCIPs.

4.6 Ajuste do modelo com diferentes pontos de corte (*cutoff*)

Com base no modelo de regressão logística, o programa stata estima a probabilidade de ocorrência do Y de cada uma das observações. No caso desse estudo, informa a probabilidade das OSCIPs captarem ou receberem doações.

As probabilidades de ocorrência do Y assumem um valor no intervalo contínuo de 0 a 1. Logo, considerando um ponto de corte igual 0,5, assumisse que todas as observações cuja com probabilidade estimada sejam maior ou igual a 0,5 irão receber doações – conforme o modelo estimado. Desta forma, dentro da dinâmica apresentada, nota-se que é possível a verificação do ajuste do modelo com base em diferentes escalas de probabilidades – por meio de diferentes pontos de corte.

Segundo Verbeek (2004), a avaliação da qualidade do ajuste no modelo logit pode ser feita tanto em termos do ajuste entre as probabilidades calculadas e as frequências observadas quanto em termos da capacidade preditiva do modelo. Para isso comparam-se as previsões corretas e incorretas. Para verificar o ajuste do modelo em diferentes condições, optou-se pela utilização dos pontos de corte de 0,4 e 0,6.

Ponto de Corte de 0,4

Observando o total de 227 observações relativas às prestações de contas que indicam recebimento de doações, constata-se que o modelo proposto - com a utilização de um ponto de corte de 0,4 - consegue prever corretamente a classificação de 184 delas.

Em relação ao total de 236 observações relativas às prestações de contas de entidades que não receberam de donativos, o modelo consegue prever como classificadas corretamente o total de 98 delas.

Tabela 14 – Matriz de classificação do modelo de previsão das doações

Classificação	Com doações (com base na amostra)	Sem doações (com base na amostra)	Total
Com doações	<u>184</u>	138	322
Sem doações	43	<u>98</u>	141
Total	227	236	<u>463</u>
<u>Percentual total de classificação correta do modelo</u>			$(184 + 98)/463 \times 100 = 60,91\%$

Fonte: Elaborada pelo autor

Considerando que a maximização do poder classificatório relacionado à sensibilidade do modelo estimado é mais importante do que aumentar o percentual da especificidade, verifica-se que houve melhora significativa no ajustamento do modelo por meio do ponto de corte de 0,4, pois a sensibilidade variou de 62,56% (regressão stepwise) para 81,06% (184/227).

Ponto de Corte de 0,6

Em relação ao total de 227 observações relativas as OSCIPs que receberam doações, constata-se que o modelo proposto - com a utilização de um pondo de corte de 0,6 - consegue prever corretamente a classificação de apenas 93 observações. Do total de 236 observações que não constam recebimento de donativos, o modelo consegue prever como classificadas corretamente 205 delas.

Tabela 15 – Matriz de classificação do modelo de previsão das doações

Classificação	Com doações (com base na amostra)	Sem doações (com base na amostra)	Total
Com doações	<u>93</u>	31	124
Sem doações	134	<u>205</u>	339
Total	227	236	<u>463</u>
<u>Percentual total de classificação correta do modelo</u>			$(93 + 205)/463 \times 100 = 64,36\%$

Fonte: Elaborada pelo autor

Inversamente aos resultados encontrados no ponto de corte 0,4, nota-se que com o ponto de corte de 0,6 o poder classificatório relacionado à sensibilidade do modelo diminuiu e

o percentual da especificidade aumentou. Verifica-se que a sensibilidade do modelo é de 40,97% (93/227), enquanto a especificidade é de 86,86% (205/236).

Logo, verifica-se que o ajuste no ponto de corte de 0.4 consiste em melhor opção para classificação dos eventos do que o ponto de corte de 0.6. Segue o comparativo na tabela 16.

Tabela 16 – Ajustamento do modelo com diferentes pontos de corte

Ponto de Corte	Sensibilidade (Evento 1)	Especificidade (Evento 2)
0,4	81,06%	41, 53%
0,5	62,56%	69,49%
0,6	40,97%	86,86%

Fonte: Elaborada pelo autor

Verifica-se que o ponto de corte de 0,4 é o que garante melhor precisão na classificação dos eventos, sendo o que melhor se adequa a necessidade da pesquisa (apresenta maior acerto em relação ao evento).

4.7 Coeficientes esperados e encontrados

No tabela 17 foram resumidos os resultados relativos aos coeficientes encontrados para variáveis independentes analisadas neste estudo, considerando um nível de significância de 5%.

Tabela 17 – Coeficientes encontrados

Variável	Coeficiente esperado	Resultado ou coeficiente encontrado	Significância encontrada
ADM	-	Removido do modelo	Não significativo
GOV	+	-	5% e 1%
ATIVO TOTAL	+	+	5% e 1%
EG	-	Removido do modelo	Não significativo
ECP	+	+	5%
ELP	-	Removido do modelo	Não significativo

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com base no modelo adotado para pesquisa, foi possível verificar que a eficiência administrativa – representada pela taxa de despesas administrativas (ADM) – não foi significativa para determinar a probabilidade de ocorrência das doações.

Ainda verificou-se por meio do modelo que as variáveis “endividamento geral (EG) e endividamento de longo prazo (ELP)” não foram significativas para predizer a probabilidade de ocorrência de doações para as OSCIPs.

O coeficiente para o tamanho da empresa foi obtido conforme esperado. O total do ativo disposto para as entidades pode ser considerado como um dos fatores que contribuem para indicar a probabilidade das OSCIPs captarem donativos. Verificou-se que uma variação positiva no valor do ativo provoca um efeito na probabilidade de doação no mesmo sentido.

A única variável de endividamento que foi significativa para o modelo proposto foi o endividamento de curto prazo (ECP). Nota-se que variações positivas na dívida de curto afeta positivamente a probabilidade de captação de doações.

Ainda evidenciou-se uma relação negativa entre doações e receitas governamentais, indicando que na medida em que o volume de arrecadação de recursos junto ao governo aumenta a probabilidade de captação de doações diminui.

Em relação aos coeficientes encontrados, os resultados estão alinhados com as evidências encontradas em estudos anteriores.

A relação positiva encontrada entre o ativo total e as doações para OSCIPs, evidenciada neste estudo, é convergente com os resultados de estudos antecedentes. Pesquisas anteriores (TINKELMAN 1997; TINKELMAN e MANKANEY 2007; TRUSSEL e PARSONS 2007; JACOBS e MARUDAS 2009) apontaram uma relação positiva entre o tamanho das entidades do terceiro setor e o volume de captação de recursos via doações, indicando que o ativo total pode influenciar a decisão dos doadores. Em estudo realizado no Brasil, sobre a relevância da informação contábil para os investidores sociais privados de entidades do terceiro setor, Cruz (2010) encontrou uma relação significativa entre a informação contábil que sinaliza a reputação (ativo) da OSCIP e as doações e contribuições privadas. Logo, verifica-se a convergência dos resultados dessa pesquisa com as evidências de estudos anteriores.

No que diz respeito à relação entre Receitas Governamentais (GOV) e Doações, a maioria dos estudos anteriores (JACOBS e MARUDAS, 2004; FRUMKIN e KIM 2001; KHANNA e SANDLER 2000; OKTEN e WEISBROD 2000; KHANNA, POSNETT e SANDLER 1995) encontraram uma relação positiva entre recursos obtidos junto ao governo e os donativos para as entidades do terceiro setor. Porém, o estudo de Tinkelman (1997) encontrou uma associação negativa entre as receitas governamentais e as doações no período subsequente. Tinkelman e Mankaney (2007) também encontraram uma relação negativa entre as variáveis para uma amostra restrita, encontrando relação positiva somente para todo terceiro setor. Logo, verifica-se que à medida que os valores das receitas governamentais aumentam a chance de recebimento de doações diminuem.

Sobre a relação entre endividamento de curto prazo e doações, o resultado encontrado é convergente com a evidência obtida no estudo de Calabrese e Grizzle (2010). Essas autoras encontraram indícios de que os aumentos de dívidas no curto prazo podem influenciar positivamente as doações dos indivíduos. Os resultados da pesquisa de Calabrese e Grizzle (2010) apresentam evidências do efeito negativo do endividamento geral e de longo prazo sobre as doações. Neste estudo, não foram encontradas evidências de que as variáveis “endividamento geral (EG) e endividamento de longo prazo (ELP)” são significativas para explicar a probabilidade das OSCIPs terem seus níveis de doações afetados, as duas variáveis foram removidas do modelo mediante a utilização do critério *Stepwise*

A ampla maioria dos estudos internacionais (JACOBS e MARUDAS, 2009; TRUSSEL e PARSONS, 2007; TINKELMAN e MANKANEY, 2007; FRUMKIN e KIM, 2001; GREENLEE e BROWN, 1999) aponta uma relação negativa entre eficiência administrativa (ADM) e doações. A análise voltada para relação entre taxa de despesas administrativas e doações para o terceiro setor também foi efetuada no Brasil, o estudo Medeiros, Galvão e Oliveira (2015) apresentou evidências de relação negativa entre eficiência administrativa e donativos. Os resultados encontrados na pesquisa de Cruz (2010), apontam que a informação contábil que comunica a eficiência operacional (administrativa) da OSCIP é relevante para explicar os investimentos privados nessas organizações, no entanto, essa relevância refere-se a investimentos privados institucionais e não a individuais, o que contraria os achados de pesquisas realizadas em países mais desenvolvidos, como os Estados Unidos. Em relação a este estudo, a variável taxa de despesas administrativas (ADM) – proxy eficiência administrativa - foi removida do modelo por meio do procedimento *Stepwise* por não ter significância para as doações subsequentes.

4.8 Resultados com a Rede Neural

Neste estudo foi utilizada uma rede neural com aprendizado supervisionado, realizada com 100 repetições. O primeiro procedimento adotado para trabalhar com a rede neural artificial foi à definição da estrutura arquitetônica da rede. A arquitetura da RNA implementada foi estruturada da seguinte forma:

- Uma camada de neurônios de entrada composta pelas variáveis independentes deste estudo;
- Uma camada oculta responsável pelo processamento das informações por meio de conexões ponderadas;

- Uma camada de saída representada pela variável dependente do estudo.

É importante ressaltar que as variáveis de entrada utilizadas na rede neural são as mesmas que foram consideradas significativas na análise do logit, para permitir uma comparação entre os dois modelos. Veja arquitetura da rede neural:

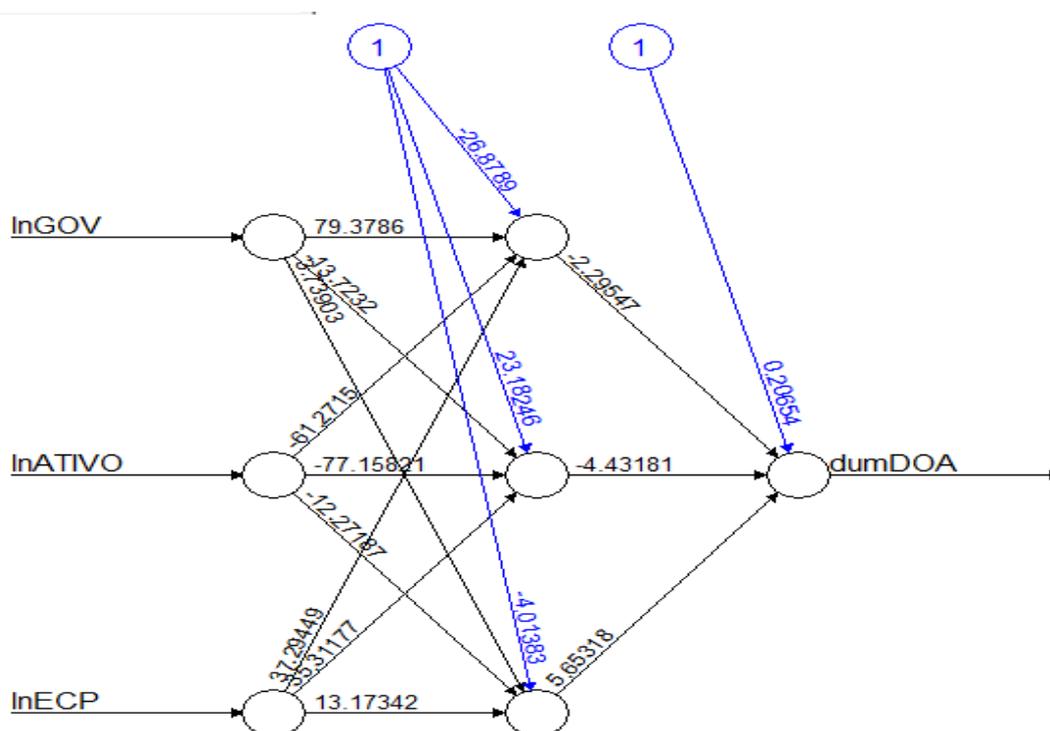


Figura 8 – Arquitetura da rede neural analisada
Fonte: Programa estatística R.

A figura 8 é a representação da rede neural testada e validada para a amostra total (com 463 observações), sendo composta por três neurônios na camada oculta. Verifica-se que a camada de entrada é composta por três neurônios que representam as variáveis receitas governamentais (GOV), ativo total (ATIVO) e endividamento de curto prazo (ECP). Ainda, com base na figura 8, nota-se na camada de saída um neurônio que representa a variável dependente do estudo (doações).

Após a construção da rede, passou-se para fase de treinamento e testes. Para realização do treinamento adotou-se uma amostra composta pelo total de 371 observações, correspondente 80,13% da amostra total do estudo. Para os treinamentos foram considerados os pontos de cortes de 0,4, 0,5 e 0,6. Adicionalmente adotou-se duas configurações para camada oculta, sendo a primeira composta por 3 neurônios e a segunda por 5 neurônios.

Os resultados que indicam a capacidade de classificação do modelo na fase de treinamento são representados a seguir:

Tabela 18 – Classificações na fase de treinamento

Corte	Categoria	Número de Neurônios na Camada Oculta	
		3	5
0,4	1	50,35%	35,68%
	0	51,27%	41,53%
0,5	1	46,81%	26,43%
	0	53,81%	55,08%
0,6	1	41,13%	22,91%
	0	58,05%	62,29%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Verifica-se com base na tabela 18 que a configuração que apresenta melhor desempenho em relação a classificação dos eventos é a configuração com três neurônios na camada oculta. A performance obtida com a configuração com três neurônios, em relação a classificação do evento de interesse de estudo (1: recebeu doações), é superior nos três pontos de corte (0,4, 0,5 e 0,6).

Para realização dos testes foi adotada uma amostra composta pelo total de 92 observações, sendo considerados os pontos de cortes de 0,4, 0,5 e 0,6. Adotando-se duas configurações para camada oculta, sendo a primeira composta por 3 neurônios e a segunda por 5 neurônios. O desempenho na fase de testes é representado a seguir:

Tabela 19 – Classificações na fase de testes

Corte	Categoria	Número de Neurônios na Camada Oculta	
		3	5
0,4	1	56,25%	60,42%
	0	68,18%	52,27%
0,5	1	54,17%	50,00%
	0	70,45%	79,55%
0,6	1	45,83%	45,83%
	0	75,00%	81,82%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Verifica-se uma evolução na capacidade de classificação dos eventos na fase de testes em relação a etapa de treinamento. O desempenho foi melhor em todas as configurações de neurônios e nos diferentes pontos de corte.

Na fase de teste verifica-se que a configuração com 5 neurônios, com ponto de corte 0,4, é que apresenta melhor poder preditivo na classificação dos eventos de interesse do estudo (entidades com doações).

Posteriormente às fases de treinamento e testes, para a comparação da análise por redes neurais com o modelo logit estimado, foi realizado o treinamento da rede com a amostra total do estudo (463 observações). As duas configurações adotadas para estruturação da camada oculta apresentam respectivamente 3 e 5 neurônios. Os resultados podem ser observados na tabela 20, apresentada a seguir:

Tabela 20 – Percentual de acertos da RNA

Corte	Categoria	Número de Neurônios na Camada Oculta	
		3	5
0,4	1	74,45%	71,37%
	0	68,22%	69,07%
0,5	1	66,08%	64,32%
	0	78,39%	79,66%
0,6	1	58,15%	56,39%
	0	85,17%	86,44%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se um bom percentual de acerto no ponto de corte de 0,4, tanto na configuração com três neurônios na camada oculta quanta na configuração com cinco neurônios. Verifica-se que o maior percentual de acerto em relação a categoria 1 (com doações) encontra-se na configuração com 3 neurônios na camada escondida. Nas outras faixas de ponto de corte (0,5 e 0,6) a performance de classificação é superior para o evento que não corresponde ao objeto principal de interesse do estudo, ou seja, para classificar entidades sem doações. Para comparar os resultados da classificação por meio da rede neural (com três neurônios na camada oculta) e da regressão logística adotou-se a tabela a seguir:

Tabela 21 – Comparação das performances do logit com a RNA

Metodologia	Ponto de Corte	Evento 1	Evento 2	Percentual de acertos totais
Regressão logística	0,4	81,06%	41,53%	60,91%
Rede Neural Artificial		74,45%	68,22%	72,35%
Regressão logística	0,5	62,56%	69,49%	66,09%
Rede Neural Artificial		66,08%	78,39%	71,27%
Regressão logística	0,6	40,97%	86,86%	64,36%
Rede Neural Artificial		58,15%	85,17%	71,92%

Fonte: Elaborado pelo autor.

O percentual de acerto da regressão logística para categoria 1 (com doações), no ponto de corte 0.4, é superior aos acertos da rede neural artificial. Verifica-se que as duas metodologias, nos pontos de corte 0,5 e 0,6, tiveram uma maior acerto na categoria 0 (sem doações).

A rede neural que apresentou melhores resultados encontra-se no ponto de corte 0,4. Embora tenha um bom percentual de acerto em relação à categoria 1, o seu desempenho é inferior ao percentual de acerto do logit. Em relação aos acertos totais, nota-se que o desempenho da rede neural é superior ao desempenho da regressão logística nos três pontos de cortes analisados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou verificar se a informação contábil – que evidencia a eficiência administrativa, a reputação organizacional, o tamanho da entidade e o endividamento – afeta a probabilidade das OSCIPs brasileiras captarem doações.

Por meio de revisão da literatura sobre a relevância da informação contábil para entidades do terceiro setor, o estudo foi iniciado com as seguintes perspectivas:

- Encontrar uma relação negativa entre a taxa de despesas administrativas (*proxy* de eficiência administrativa) com as doações;
- Encontrar uma relação positiva entre receitas governamentais (*proxy* de reputação organizacional) com as doações;
- Encontrar uma relação positiva entre ativo total (*proxy* de tamanho) com a variável dependente doações;
- Encontrar uma relação negativa entre endividamento geral e endividamento de longo prazo com os doativos;
- Encontrar uma relação positiva entre endividamento de curto prazo e as doações.

Conforme Tinkelman e Mankaney (2007), se a organização é dependente de doações e divulga os gastos com captação de recursos e administrativos, os doadores devem usar taxas administrativas como um fator de decisão sobre fazer ou não doações. Logo, cabe aos gestores das entidades sem fins lucrativos justificar para os doadores que as despesas administrativas não comprometeram os programas. Com base no modelo testado não foi possível afirmar que a probabilidade das OSCIPs receberem doações é afetada pela eficiência ou ineficiência administrativa. Em outro estudo, realizado no Brasil, Cruz (2010) encontrou evidências de que a informação contábil que comunica a eficiência operacional (ou administrativa) da OSCIP é relevante para explicar os investimentos privados totais nas entidades, porém – contrariando os achados de pesquisas realizadas em países mais desenvolvidos (como os Estados Unidos) – ainda constatou-se que essa relevância refere-se a investimentos privados institucionais e não a individuais. Em estudo realizado nos EUA, Jacobs e Marudas (2009) encontraram evidências de não significância da taxa de despesas administrativas para explicar as doações para entidades atuantes nas áreas de educação, saúde, artes e serviços humanos. Os resultados do estudo de Frumkin e Kim (2001) evidenciam que a taxa de despesas administrativas não foi estatisticamente significativa para explicar as

doações. No caso deste estudo, verificou-se com base no modelo proposto a falta de significância da variável para explicar a probabilidade das doações para OSCIPs (com termo de parceria igual ou superior a R\$ 600.000,00).

Também foram consideradas não significativas pelo modelo logit as seguintes variáveis: endividamento geral (EG) e endividamento de longo prazo (ELP). Para 64,58% das observações da amostra o valor da variável endividamento de longo prazo era igual a zero, isso pode explicar o fato dessa informação não ter sido considerada relevante para explicar (por meio do modelo testado) a probabilidade das OSCIPs brasileiras receberem doações.

Segundo Cruz (2010), a reputação organizacional deve influenciar a preferência dos investidores sociais como fonte de informação sobre a qualidade do produto, logo, *ceteris paribus*, quanto maior a reputação da entidade maior o volume de doações, portanto espera-se uma relação positiva entre a reputação e as doações. Verificou-se neste estudo que a probabilidade da variável receita governamental impactar os valores das doações das OSCIPs ocorre em sentido inverso, ou seja, existem indícios de que evoluções no valor da variável independente podem impactar negativamente o volume de doações para as OSCIPs. Contrário ao esperado, a regressão logística apontou um coeficiente negativo para variável “receitas governamentais”. Porém, é importante ressaltar a existência de evidências empíricas da influência positiva, negativa ou da insignificância estatística das receitas governamentais para explicar doações para entidades do terceiro setor. Embora o sinal esperado seja positivo, existe justificativa plausível para explicar o coeficiente negativo da variável receita governamental. Para amostra estudada o valor médio esperado em doações é estatisticamente inferior à média das receitas governamentais, o que indica maior relevância dos recursos repassados pelo governo para manutenção das atividades das OSCIPs (objeto de análise deste estudo). A relação negativa pode ser explicada por dois fatores: os doadores não são estimulados a doarem recursos para entidades que conseguem angariar altos valores em recursos governamentais; as entidades que conseguem grandes volumes de recursos via termo de parceria com o governo são desestimulados a captar doações. Em observação paralela ao objetivo principal dessa pesquisa, verificou-se que as OSCIPs que firmaram termo de parceria inferior a R\$ 600.000,00 em média recebem maior volume de doações do que as firmaram com valores de parceria em níveis superiores. Conforme Tinkelman e Mankaney (2007) as receitas governamentais podem ser consideradas uma medida da riqueza da entidade, e conseqüentemente os doadores privados podem preferir entidades menos ricas ou menos favorecidas com relação ao recebimento de recursos oriundos do governo. O mesmo autor acrescenta que as entidades que se empenham na captação de recursos públicos podem

direcionar menores esforços para captação de recursos privados, portanto, conclui que quanto maiores os investimentos públicos, menores são as doações. Para outros estudos, além da variável receitas governamentais, sugere-se o uso da idade das entidades como *proxy* de reputação organizacional, pois o tempo de existência da organização pode ser um indicativo de reputação frente aos doadores.

Com base nos valores estimados pela regressão logística verificou-se a probabilidade das OSCIPs terem suas doações afetadas pelo ativo total, ou seja, o coeficiente dessa variável é um indicativo de que o tamanho da entidade impacta positivamente a probabilidade de uma OSCIP obter doações. Estudos anteriores (TINKELMAN, 1997; TINKELMAN E MANKANEY, 2007; JACOBS E MARUDAS, 2009) encontraram uma relação positiva entre o tamanho e as doações para entidades atuantes no terceiro setor. O estudo de Cruz (2010), focado em OSCIPs brasileiras constatou que o ativo é positivamente relacionado com os investimentos privados, indicando que quanto maior a entidade, maiores serão as receitas de doações e contribuições privadas.

Em relação ao endividamento de curto prazo é plausível e aceitável o coeficiente positivo. A dívida de curto prazo quando bem gerenciada contribui para o crescimento das entidades, pois pode ser utilizada de maneira sucedida para as seguintes finalidades: cobertura despesas inesperadas e para facilitar a expansão das atividades.

Os achados do estudo mostram evidências sobre a relevância da informação que sinaliza reputação organizacional (receitas governamentais), que evidencia o tamanho da entidade (ativo total) e a dívida no curto prazo para explicar a probabilidade de ocorrência de doações para as OSCIPs brasileiras. Por meio da estimação da regressão logística foi possível verificar a probabilidade das OSCIPs terem suas doações afetadas por variações no valor das informações contábeis, ou seja, por meio de alterações no volume de receitas governamentais arrecadadas, no endividamento de curto prazo e por variações no do ativo total.

Para aprofundar as análises relativas a relação entre informação contábil e doações, e garantir maior consistência nas evidências de trabalhos futuros, recomenda-se um processo investigativo rigoroso do intuito de verificar o grau de dependência das OSCIPs em relação aos recursos oriundos de doações. Segundo Tinkelman e Mankaney (2007), quando são utilizadas base de dados composta por entidades que não são dependentes de doações, a significância das informações contábeis para explicar os donativos fica comprometida.

Com base na observação da demonstração do resultado do exercício (DRE), verifica-se que as OSCIPs financiam suas atividades com recursos oriundos tanto de doações e contribuições quanto de receitas governamentais e outras fontes. Neste estudo, verificou-se a

probabilidade da informação contábil impactar os donativos para as OSCIPs, para outros estudos sugere-se avaliar a relação entre informação contábil e as receitas governamentais.

Em relação às limitações do estudo aponta-se que o mesmo se restringe a análises em amostra global, sem fazer análises restritas por zona geográfica ou por segmento de atuação das OSCIPs. Esse cuidado é importante, pois os resultados válidos para o país, por exemplo, podem não ter validade para uma região. Outra limitação é relativa ao quantitativo das variáveis utilizadas e a sua categoria, o estudo observou um número reduzido de fatores e exclusivamente relacionados a contabilidade. Para outros estudos sugere-se o uso de variáveis externas, como uma *dummy* de localização, uma *dummy* relativa a natureza jurídica da entidade, o tipo de serviço prestado e outras. Outra limitação corresponde ao fato das observações terem sido de períodos diferentes (2006 a 2014) e os modelos propostos tratarem elas como se fossem de um mesmo período de tempo.

Em pesquisas futuras, caso o foco de estudo seja avaliar somente entidades auditadas, para ampliação da amostra pode-se sugerir o mapeamento das entidades que sinalizam que são auditadas por meio dos seus estatutos. Muitas entidades, mesmo sem terem a obrigação legal, para atender ao pedido de mantenedores e patrocinadores passam pelo crivo de auditorias. Como alternativas para estudos futuros ainda podem ser consideradas: pesquisa com adoção de diferentes amostras, visando avaliar separadamente como a informação contábil afeta a probabilidade das OSCIPs brasileiras – auditadas e não auditadas – receberem doações; outra alternativa seria avaliar a relação entre a informação contábil e doações em amostras restritas, ou seja, isoladamente em entidades que atuam na área de educação, saúde e em outros segmentos; também sugere-se testar diferentes estruturas de redes neurais para melhorar os resultados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKKOÇ, S. An empirical comparison of conventional techniques, neural networks and the three stage hybrid Adaptive Neuro Fuzzy Inference System (ANFIS) model for credit scoring analysis: The case of Turkish credit card data. **European Journal of Operational Research**, v. 222, n.1, p.168–178, 2012.

ALBUQUERQUE, Lúcia Silva. **O Nível de Evidenciação das Informações Contábeis Geradas Pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP do Estado da Paraíba**. 2007. 130 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa Multi-institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UnB, UFPB e UFRN, João Pessoa, 2007.

ALBUQUERQUE, Lúcia Silva; CAVALCANTE Paulo Roberto Nóbrega. O nível de evidenciação das informações contábeis geradas pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) da Paraíba. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 31., 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007. V. 1.

ALVES, Cássia Vanessa Olak; SLOMSKI, Valmor. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e Termos de Parceria: um estudo sobre o processo de avaliação de resultados dos projetos sociais desenvolvidos com recursos governamentais no Brasil. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 6., 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2006.

ALVES, Mário Aquino. **As organizações sociais: um estudo sobre o discurso**. 1996. 109 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1996.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ARAÚJO, Francisco José. Compreensão do parecer do auditor independente no Brasil. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, ano 32, n. 139, p. 71-81, jan/fev.2003.

ARAÚJO, Osório Cavalcante. **Contabilidade para Organizações do Terceiro Setor**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

ATTIE, Willian. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

AZEVEDO, Tânia Cristina; ARAÚJO, Fabiano da Silva. A Evidenciação das Informações Contábeis das OSCIPS (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público) Instaladas em Feira de Santana/BA. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 17., 2004, Santos/SP. **Anais...** Santos: CFC, 2004. CD-ROM.

BETTIOL, Alcides Júnior. **Formação e destinação do resultado em entidades do Terceiro Setor: um estudo de caso**. 2005. 124 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, 2005.

BEZERRA, Elenildo Santos; PEREIRA, Mércia de Lima; ALBUQUERQUE, Lúcia Silva. Um Estudo nas Demonstrações Contábeis elaboradas, divulgadas e utilizadas na Prestação de Contas das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP do Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 21., 2014, Natal-RN. **Anais...** Natal-RN: ABC, 2014.

BOSE, Bijetri. **Effects of Nonprofit Competition on Charitable Donations**. Dissertation - Department of Economics University of Washington, Seattle, 2014.

BOWMAN, Woods. The Uniqueness of Nonprofit Finance and the Decision to Borrow. **Nonprofit Management and Leadership**, v. 12, n. 3, p. 293-311, march 2002.

BRASIL. **Decreto n. 3.100 de 30 de junho de 1999**. Regulamenta a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3100.htm>. Acesso em: 26 jan. 2017.

BRASIL. **Lei n. 9.429 de 26 de dezembro de 1995**. Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9249.htm>. Acesso em: 26 jan. 2017.

BRASIL. **Lei n. 9.790 de 23 de março de 1999**. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9790.htm>. Acesso em: 26 jan. 2017.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional da Justiça. **Portaria n. 24 de 11 de outubro de 2007**. Cria o Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública-CNEs/MJ, e dá outras providências. Disponível em: <<http://justica.gov.br/seus-direitos/entidades-sociais/cnes-mj/anexos/2007portariasnj24.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Justiça. Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação. **Manual CNEs/MJ** – cadastro nacional de entidades qualificadas pelo Ministério da Justiça. Jun. 2007. Disponível em: <www.apaeminas.org.br/arquivo.phtml?a=12853>. Acesso em: 26 jan. 2017.

BRESSAN, V. G. F.; OLIVEIRA, P. H. M. ; BRAGA, D. H. P. . A percepção de analistas do Sistema Cooperativista sobre a relevância dos indicadores do Sistema PEARLS. In: 52 Congresso da SOBER, 2014, Goiânia. **Anais...** Brasília: SOBER, 2014.

BROMLEY, Dennis. Comparing corporate reputations: League tables, quotients, benchmarks, or case studies? **Corporate Reputation Review**, London, v. 5, n.1, p. 35-50, spring 2002.

BUCHHEIT, Steve; PARSONS, Linda M. An experimental investigation of accounting information's influence on the individual giving process. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 25, n. 6, p. 666-686, november-december, 2006.

CALABRESE, Thad; GRIZZLE, Cleopatra. Debt, donors, and the decision to give. **Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management**, v. 24, n. 2, p. 221-254, summer 2012.

CALLEN, Jeffrey L. Money donations, volunteering and organizational efficiency. **Journal of Productivity Analysis**, v. 5, n. 3, p. 215-228, October 1994.

CARNEIRO, Alexandre de Freitas; OLIVEIRA, Deyvison de Lima; TORRES, Luciene Cristina. *Accountability e Prestação de Contas das Organizações do Terceiro Setor: Uma Abordagem à Relevância da Contabilidade*. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, jul/dez 2011.

CHURCHILL, Gilbert A. **Marketing research: methodological foundations**. 2ª ed. The Dryden Press, 1998.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Manual de procedimentos contábeis e prestação de contas das entidades de interesse social**. 2ª ed. Brasília-DF: CFC, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº. 1.409 de 21 de setembro de 2012**. Aprova a Interpretação ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1409.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº. 877 de 18 de abril de 2000**. Aprova da NBC T 10 – Dos aspectos contábeis específicos em entidades diversas, o item NBC T 10.19 – Entidades sem finalidade de lucros. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_877.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2017.

CORRAR, Luís J.; PAULO, Edilson; DIAS FILHO, José Maria. **Análise multivariada para os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

CRUZ, Cássia Vanessa Olak Alves. **A relevância da informação contábil para os investidores sociais privados de entidades do terceiro setor no Brasil**: uma investigação empírica. 2010. 165 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo - USP. São Paulo, 2010.

CRUZ, Cássia Vanessa Olak; CORRAR, Luiz João; SLOMSKI, Valmor. Efeitos da divulgação de informações contábeis econômicas sobre as doações individuais para entidades do terceiro setor: um estudo experimental com alunos de Ciências Contábeis. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 32., 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2008, CD-ROM.

CRUZ, Célia. Ética e transparência: Duas importantes ferramentas na captação de recursos. **Revista Filantropia**, São Paulo, jul/agosto 2002.

CRUZ, Cláudia Ferreira; SOARES JÚNIOR, Roberto Pires; SILVA, Angelino Fernandes; SIQUEIRA, José Ricardo Maria. Uma análise das prestações de contas das Organizações da

Sociedade Civil de Interesse Público do Estado do Rio de Janeiro. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro: CRCRJ, v. 12, n. 49, art. 4, p. 31-41, 2010.

CUNHA, Paulo Roberto; CARPES, Antonio Maria da Silva; UTZIG, Mara Jaqueline Santore. Gestão e Desempenho em Organizações de Sociedade de Interesse Público (OSCIPs): um estudo em entidades de microcrédito. **Revista Ambiente Contábil**, Natal: Departamento de Ciências Contábeis da UFRN, v. 6. n. 1, p. 202 – 218, jan./jun. 2014.

DENISON, Dwight V. Which Nonprofit Organizations Borrow? **Public Budgeting & Finance**, v. 29, n. 3, P. 110-123, september 2009.

FAUSETT, L. **Fundamentals of neural networks**. New Jersey: Prentice Hall, 1994.

FERNEDA, E. Redes neurais e sua aplicação em sistemas de recuperação de informação. **Ciência da Informação**, v. 35, n. 1, p. 25–30. 2006.

FERNANDES, Rubem Cesar. **Privado porém público: o terceiro setor na América Latina**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

FERRAREZI, Elisabete. El nuevo marco legal del Tercer Sector en Brasil. **Revista Del Clad Reforma y Democracia**, Caracas, n. 20, jun. 2001.

FERRAREZI, Elisabete. REZENDE, Valéria. **OSCIP – Organização da sociedade civil de interesse público: a lei 9.790/99 como alternativa para o terceiro setor**. 2ª ed. Brasília: Comunidade Solidária, 2001.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD - FASB. **Qualitative characteristics of accounting information**. Statement of financial accounting concepts n. 2. May, 1980.

FISCHER, Rosa Maria. **O desafio da colaboração: práticas e responsabilidade social entre empresas e terceiro setor**. São Paulo: Gente, 2002.

FOMBRUN, Charles; VAN RIEL, Cees. The reputational landscape. **Corporate Reputation Review**, v. 1, n.1 and 2, p. 5-13, 19997.

FÓRUM BRASILEIRO PELOS DIREITOS CULTURAIS. **Lei Rouanet - conheça esse sistema de incentivo à cultura**. 1ª Ed. Editora: Conteúdo Comunicação, 2016.

FRANÇA, José Antonio de; ANDRADE, Álvaro Pereira de; GRAZZIOLI, Airton; CAMPELO; Aldeir de Lima PAES, José Eduardo Sabo; MOL, Leonardo de Freitas; CARVALHO, Lúcia Regina Faleiro; MONELLO, Marcelo Roberto; MARTINS, Paulo Dias; SILVA, Severino Vicente da. **Manual de procedimentos para o Terceiro Setor - Aspectos de Gestão e de Contabilidade para Entidades de Interesse Social**. Brasília: CFC, FBC e Profis, 2015.

FRUMKIN, Peter; KIM, Mark T. Strategic positioning and the financing of nonprofit organizations: is efficiency rewarded in the contributions marketplace? **Public Administration Review**, Washington, v. 61, n. 3, p. 266-275, May./Jun. 2001.

GENTRY, William M. Debt, Investment, and Endowment Accumulation: The Case of Not-for-Profit Hospitals. **Journal of Health Economics**, v. 21, n. 5, p. 845- 872, September 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, Eric Bacconi. **Análise de risco de crédito com o uso de modelos de regressão logística, redes neurais e algoritmos genéticos**. 2005. 105 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, 2005.

GOUVÊA, Maria Aparecida; GONÇALVES, Eric Bacconi; MANTOVANI, Daielly Melina Nassif. Análise de risco de crédito com aplicação de regressão logística e redes neurais. **Revista Contabilidade Vista e Revista**, v. 24, n. 4, p. 96-123, out./dez 2013.

GREENLEE, Janet S.; BROWN, Karen L. The impact of accounting information on contributions to charitable organizations. **Research in Accounting Regulation**, Stamford, v. 13, p. 111-125, 1999.

GUJARATI, D. N. **Econometria básica**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

HAYKIN, Simon S. **Neural Networks: a comprehensive foundation**. New York: MacMillan College Publishing Co., 1999.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Accounting theory**. 5ª.ed. Homewood: Richard Irwin, 1992.

HOSMER, David W.; LEMESHOW, Stanley. **Applied logistic regression**. 1ª ed. New York: John Wiley & Sons, 1989.

JACOBS, Fred A.; MARUDAS, Nicholas P. Determinants of charitable donations to large U.S. higher education, hospital, and scientific research NPOs: new evidence from panel data. **Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, Manchester, v. 15, n. 2, p. 157-179, Jun. 2004.

JACOBS, Fred A.; MARUDAS, Nicholas P. The combined effect of donation price and administrative inefficiency on donations to US nonprofit organizations. **Financial Accountability & Management**, Oxford, v. 25, n. 1, p. 33-53, feb. 2009.

JEGERS, Marc; Verschueren, Ilse. On the Capital Structure of Non-Profit Organisations: An Empirical Study for Californian Organisations. **Financial Accountability & Management**, v. 22, n. 4, p. 309-329, November 2006.

JUNQUEIRA, Luciano Antonio Prates. A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n.1, p. 1-15, jan./abr. 2004.

KHANNA, Jyoti; POSNETT, John; SANDLER, Todd. Charity donations in the UK: new evidence based on panel data. **Journal of Public Economics**, Amsterdam, v. 56, n. 2, p. 257-272, feb. 1995.

KHANNA, Jyoti; SANDLER, Todd. Partners in giving: the crowding-in effects of UK government grants. **European Economic Review**, Amsterdam, v. 44, n. 8, p. 1543-1556, aug. 2000.

KEPPEL, Geoffrey. **Design and analysis: A researcher's handbook**. 3ª ed. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1991.

KOGA, Natália Massaco; ALVES, Mário Aquino. Termos de Parceria: um Estudo Exploratório sobre o Novo Tipo de Contrato entre Estado e Organizações sem Fins Lucrativos. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 1., 2004, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ENAPG, 2004.

KHUMAWALA, Saleha B.; GORDON, Teresa P. Bridging the Credibility of GAAP: Individual Donors and the New Accounting Standards for Nonprofit Organizations. **Accounting Horizons**, v. 11, n. 3, p. 45-68, january 1997.

KOGA, Natália Massaco. **Organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPS) e os termos de parceria: uma reflexão sobre a relação entre Estado e sociedade civil**. 2004. 180 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2004.

KOPAK, Simone Cristina. Uma Proposta de Modelo de Gestão Contábil, Aplicável nas Entidades Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs). In CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 18., 2008, Gramado-RS. **Anais...** Gramado-RS: CFC 2008.

LEITE, Marco Antônio Santos. **O terceiro setor e as organizações da sociedade civil de interesse público - Oscips**. Belo Horizonte - MG: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, junho de 2003. Disponível em: <www.almg.gov.br/export/sites/default/educacao/sobre_escola/banco_conhecimento/arquivo/pdf/terceiro_setor.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2017.

MACIEL, Walery Luci da Silva. **Estratégias adotadas por organizações do Terceiro Setor numa perspectiva de Accountability sob a abordagem de orientação: O caso AEBAS**. 2005. 169 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC – Escola superior de administração e gerência – ESAG, Florianópolis, 2005.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing**. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MÂNICA, Fernando Borges. **Terceiro Setor e Imunidade Tributária**. 1ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARCUELLO, Carmen; SALAS, Vicente. Nonprofit organizations, monopolistic competition, and private donations: evidence from Spain. **Public Finance Review**, Thousand Oaks, v. 29, n. 3, p. 183-207, May 2001.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2009.

MATSUNAGA, Victoria Yukie. **Curso de redes neurais utilizando o MATLAB**. UEPA - Belém do Pará, 2012.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MEDEIROS, Priscilla Milfont de; GALVÃO, Nadielli Maria dos Santos; OLIVEIRA, Marcos Roberto Gois. Relevância da Informação Contábil para Captação de Recursos em Entidades Sem Fins Lucrativos. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 15., 2015, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2015.

MENARD, Scott. **Applied Logistic Regression Analysis**. 2.ª ed. Sage Publications: Londres, 1995.

MEREGE, Luiz Carlos. **3º Setor: Reflexões sobre o Marco Legal**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

MILANI FILHO, Marco Antonio Figueiredo. **A função controladoria em entidades filantrópicas: uma contribuição para a avaliação de desempenho**. 2004. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, 2004.

MINUSSI, João Albero; DAMACENA, Cláudio; NESS JÚNIOR, Walter Lee. Um modelo de previsão de solvência utilizando regressão logística. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 6, n. 3 p. 109-128, 2002.

NEEDLES Jr., Belverd E.; RAMAMOORTI, Sridhar; SHELTON, Sandra Waller. The Role of International Auditing in the Improvement of International Financial Reporting. **Advances in International Accounting**, v. 15, p. 181-201, 2002.

OKTEN, Cagla; WEISBROD, Burton A. Determinants of donations in private nonprofit markets. **Journal of Public Economics**, Amsterdam, v. 75, n. 2, p. 255-272, feb. 2000.

OLIVEIRA, Gustavo Justino de. **Terceiro Setor, empresas e Estado: novas fronteiras entre o público e o privado**. 1ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

PAES, José Eduardo Sabo. **Fundações e Entidades de Interesse Social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis e tributários**. 5ª ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2004.

PARSONS, Linda McCollister. Is accounting information from nonprofit organizations useful to donor? A review of charitable giving and value-relevance. **Journal of Accounting Literature**, Gainesville, v. 22, p. 104-129, 2003.

PARSONS, Linda McCollister. The Impact of Financial Information and Voluntary Disclosures on Contributions to Not-For-Profit Organizations. **Behavioral Research in Accounting**, v. 19, n. 1, p. 179-196, February 2007.

PEREIRA, Carlos Alberto. Avaliação de Resultados e Desempenhos. In: **Controladoria: uma abordagem da gestão econômica – GECON**. Armando Catelli (coordenador). 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

POSNETT, John; SANDLER, Todd. Demand for charity donations in private non-profit markets: the case of the U.K. **Journal of Public Economics**, Amsterdam, v. 40, n. 2, p. 187-2000, November 1989.

REGULES, Luiz Eduardo Patrone. **Terceiro Setor – Regime Jurídico das OSCIPs**. 1ª ed. São Paulo: Editora Método, 2006.

RHODEN, Marisa Ignez dos Santos; HENKIN, Hélio. Desenvolvimento e Implantação do Balanced Scorecard em Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP: um caso de pesquisa-ação em uma instituição de microcrédito. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 28., 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba: ANPAD, 2004.

ROCHA, Sílvio Luís Ferreira. **Terceiro Setor**. V. 7 da Coleção de Temas de direito Administrativo. 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

RODRIGUES, Maria Cecília Prates. Demandas sociais versus crise de financiamento: o papel do terceiro setor no Brasil. **Revista de Administração Pública (RAP) – FGV**, volume 32, nº. 5, 1998.

SALAMON, Lester M.; ANHEIER, Helmut K. **Defining the nonprofit sector: a cross-national analysis**. Manchester: Manchester University Press, 1997.

SANDBERG, Kirsten. Kicking the tires of corporate reputation. **Harvard Management Communication Letter**, Boston, v. 5, n.1, p. 3-4, January 2002.

SANTOS, Andreia Aparecida Pandolfi; SILVA, Moacir Gomes. Gestão de Finanças no Terceiro Setor. **Visão**, v. 4, n. 1, p. 22-35. Caçador-SC, jan./jun. 2015.

SARACENO, Daniela Vieira dos Santos. O papel do Terceiro Setor na questão do desenvolvimento regional e local. **Cadernos de Análises Regional**, Salvador, v. 4, n. especial, ago. 2003.

SCHIFFMAN, Leon G.; KANUK, Leslie Lazar. **Comportamento do consumidor**. 6ª ed. Editora LTC, 2000.

SILVA, Ana Carolina Miranda; MIRANDA, Luiz Carlos; BARBOSA JR, Adilson Santos. Aplicação do Balanced Scorecard em Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP: um estudo de caso. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 27., 2003, Atibaia. **Anais...** Atibaia: ANPAD, 2003.

SILVA, Carlos Eduardo Guerra. Gestão, legislação e fontes de recursos no terceiro setor brasileiro: uma perspectiva histórica. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro: FGV, v. 44, n. 6, p. 1301-1325, nov./dez. 2010.

SILVA, Débora Tavares; AYUB, Graciela Paveck; PACHECO, Luís Otávio; MACEDO, Marcelo Alvaro da Silva. Influência da Auditoria na Qualidade da Informação Contábil: um estudo sob a perspectiva da relevância e da tempestividade para o ano de 2010 no Brasil. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 36., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2012.

SILVA, Renato Maia. **Redes Neurais Artificiais aplicadas à Detecção de Intrusão em Redes TCP/IP. 2005. 144 f.** Dissertação (Mestrado em Engenharia Elétrica) – Programa de Pós-graduação em Engenharia Elétrica do Departamento de Engenharia Elétrica do Centro Técnico Científica da PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2005.

SILVA, Viviane Rodrigues da; VENDRUSCOLO, Maria Ivanice. A contribuição da contabilidade na prestação de contas à renovação da titulação OSCIP: um estudo de caso numa Fundação da Região Sul do Brasil. In: CONVENÇÃO DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 15., 2015, Bento Gonçalves-RS. **Anais...** Bento Gonçalves-RS: CRC, 2015.

SPEAK, Ann; MCBRIDE, Boyd; SHIPLEY, Ken. **Captação de recursos: Da teoria à prática.** São Paulo, 2002. Versão Online. Disponível em: <<http://www.sosma.org.br/files/pFiles/6.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

STEVENSON, William J. **Estatística aplicada à administração.** São Paulo: Habra, 2001.

TENÓRIO, Fernando Gilmar. **Gestão comunitária: uma abordagem prática.** Rio de Janeiro: FVG, 2008.

TINKELMAN, Daniel. **An empirical study of the effect of accounting disclosure upon donation to nonprofit organizations.** 1997. Dissertation (Doctoral Program in Accounting) – New York University, Graduate School of Business Administration, New York, 1997.

TINKELMAN, Daniel. Factors affecting the relation between donations to not-for-profit organizations and an efficiency ratio. **Research in Government and Nonprofit Accounting**, v. 10, p. 135-161, 1999.

TINKELMAN, Daniel; MANKANEY, Kamini. When is administrative efficiency associated with charitable donations? **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, San Francisco, v. 36, n. 1, p. 41-64, mar. 2007.

TRUSSEL, John M.; PARSONS, Linda M. Financial reporting factors affecting donations to charitable not-for-profit organizations. **Advances in Accounting**, Oxford, v. 23, p. 263-285, 2007.

VERBEEK, Marno. **A guide to modern econometrics.** 2ª ed. Chichester: John Wiley & Sons Ltd, 2004.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 12ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

WEDIG, Gerard J.; HASSAN, Mahmud; MORRISEY, Michael A. Tax-Exempt Debt and the Capital Structure of Nonprofit Organizations: An Application to Hospitals. **Journal of Finance**, 51(4), 1247-1283, September 1996.

WEISBROD, Burton A.; DOMINGUEZ, Nestor D. Demand for collective goods in private nonprofit markets: can fundraising expenditures help overcome free rider behavior? **Journal of Public Economics**, Amsterdam, v. 30, n.1, p. 83-96, jun. 1986.

YAN, Wenli; DENISON, Dwight V; Butler, Jhon S. Revenue Structure and Nonprofit Borrowing. **Public Finance Review**, v. 37, n. 1, p. 47-67, January 2009.

Yetman, Robert J. (2007). **Borrowing and Debt**, in Financing Nonprofits: Putting Theory Into Practice. Edited by Dennis R. Young. Lanham, Md.: AltaMira Press, 2007.

YAMAMOTO, Marina Mitiyo; SALOTTI, Bruno Meirelles. **Informação Contábil: Estudos sobre a sua Divulgação no Mercado de Capitais**. São Paulo: Atlas, 2006.

ZANINI, Alexandre. Regressão logística em redes neurais artificiais: Um problema de estrutura de preferência do consumidor e classificação de perfis de consumo. In: SEMINÁRIOS ACADÊMICOS PPGE - Faculdade de Economia e Administração, 2010, Juiz de Fora: UFJF, 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Estatuto OSCIPs

APÊNDICE B – Lei das OSCIPs

APÊNDICE C – Ofício encaminhado ao IPEA

APÊNDICE D – Plano de Contas – Balanço Patrimonial

APÊNDICE E – Plano de Contas – Demonstração do Resultado do Exercício

APÊNDICE A – Estatuto OSCIPs**ESTATUTO****Modelo de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP****CAPÍTULO I****DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS**

Art 1º A(O) (nome da entidade) também designada (o) pela sigla, (se usar sigla), constituída(o) emdede (data) sob a forma de..... (Associação ou Fundação), é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, e duração por tempo indeterminado, com sede no Município de..... Estado de e foro em..... .

Art. 2º A (O) (entidade) tem por finalidade(s) (Deve constar ao menos uma das finalidades estabelecida no art. 3º da Lei 9.790/99. É importante estabelecer as finalidades da entidade de modo claro e objetivo, listando apenas aquelas às quais a entidade de fato se dedica).

Parágrafo único. A(O) (entidade) não distribui entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participação ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do seu objetivo social. (Conforme o art. 1º, o Parágrafo único, da Lei nº 9.790/99).

Art. 3º No desenvolvimento de suas atividades, a (o) (entidade) observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião. (Conforme o art. 4º, inciso I, da lei 9.790/99). Parágrafo único. A(O) (entidade) se dedica às suas atividades por meio ... (forma pela qual exerce suas atividades: execução direta de projetos, programas ou planos de ações, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins). (Conforme o art. 3º, parágrafo único, da Lei 9.790/99).

Art. 4º A(O) (entidade) terá um Regimento Interno que, aprovado pela Assembléia Geral, disciplinará o seu funcionamento. COMO OPÇÃO: Art. 4º A Instituição disciplinará seu funcionamento por meio de Ordens Normativas, emitidas pela Assembléia Geral, e Ordens Executivas, emitidas pela Diretoria.

Art. 5º A fim de cumprir sua(s) finalidade(s), a Instituição se organizará em tantas unidades de prestação de serviços, quantas se fizerem necessárias, as quais se regerão pelas disposições estatutárias. Parágrafo único. Os serviços de educação ou de saúde a que a entidade eventualmente se dedique serão promovidos gratuitamente e com recursos próprios, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata a Lei nº 9.790/99, sendo vedado o condicionamento da prestação de serviço ao recebimento de doação, contrapartida ou equivalente. (recomendação com base no art. 3º, inciso III e IV, da

Lei 9.790/99, e no art. 6º do Decreto 3.100/99, para as entidades que tenham dentre suas finalidades a prestação de serviços educacionais ou de saúde).

CAPÍTULO II

DOS ASSOCIADOS

Art. 6º A(O) (entidade) é constituída (o) por número ilimitado de sócios, distribuídos nas seguintes categorias: (fundador, benfeitor, honorário, contribuintes e outros).

Art. 7º São direitos dos sócios (especificar quais sócios) quites com suas obrigações sociais:

- I - votar e ser votado para os cargos eletivos;
- II - tomar parte nas Assembleias Gerais. (outras julgadas necessárias).

Art. 8º São deveres dos sócios:

- I - cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- II - acatar as decisões da Diretoria. (outras julgadas necessárias)

Art. 9º Os sócios não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos da Instituição.

CAPÍTULO III

DOS ASSOCIADOS

Art. 10 A(O) (entidade) será administrada (o) por :

- I - Assembleia Geral;
- II - Diretoria;
- III - Conselho Fiscal (conforme o art. 4º, inciso III, da Lei 9.799/99).

Parágrafo único. Possibilidade 1 - A Instituição não remunera, sob qualquer forma, os cargos de sua Diretoria e do Conselho Fiscal, bem como as atividades de seus sócios, cujas atuações são inteiramente gratuitas. (Conforme o art. 4º, inciso VI, da Lei 9.790/99).

OU

Possibilidade 2 - A Instituição remunera seus dirigentes que efetivamente atuam na gestão executiva e aqueles que lhe prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado na região onde exerce suas atividades. (Conforme o art. 4º, inciso VI, da Lei 9.790/99).

Art. 11. A Assembleia Geral, órgão soberano da Instituição, se constituirá dos sócios em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Art. 12. Compete à Assembleia Geral:

- I - eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal;
- II - decidir sobre reformas do Estatuto, na forma do art. 33;
- III - decidir sobre a extinção da Instituição, nos termos do artigo 32;
- IV - decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- V - aprovar o Regimento Interno;
- VI - emitir Ordens Normativas para funcionamento interno da Instituição. (outras julgadas necessárias).

Art. 13. A Assembleia Geral se realizará, ordinariamente, uma vez por ano para:

- I - aprovar a proposta de programação anual da Instituição, submetida pela Diretoria;
- II - apreciar o relatório anual da Diretoria;
- III - discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo Conselho Fiscal. (outras julgadas necessárias).

Art. 14. A Assembleia Geral se realizará, extraordinariamente, quando convocada:

- I - pela Diretoria;
- II - pelo Conselho Fiscal;
- III - por requerimento de (número) de sócios quites com as obrigações sociais.

Art. 15. A convocação da Assembleia Geral será feita por meio de edital afixado na sede da Instituição e/ou publicado na imprensa local, por circulares ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de dias.

Art. 16. A instituição adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficiente, a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios. (Conforme o art.4º, inciso II, da Lei 9790/99).

Art. 17. A Diretoria será constituída por um Presidente, um Vice-Presidente, Primeiro e Segundo Secretários, Primeiro e Segundo Tesoureiros.

§1º O mandato da Diretoria será de anos, sendo vedada mais de uma reeleição consecutiva.

§2º Não poderão ser eleitos para os cargos de diretoria da entidade os sócios que exerçam cargos, empregos ou funções públicas junto aos órgãos do Poder Público. (recomendação com base no art. 4º, parágrafo único, da Lei 9.790/99).

Art. 18. Compete à Diretoria:

- I - elaborar e submeter à Assembleia Geral a proposta de programação anual da Instituição; II - executar a programação anual de atividades da Instituição;
- III - elaborar e apresentar à Assembleia Geral o relatório anual;
- IV - reunir-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração, em atividades de interesse comum;
- V - contratar e demitir funcionários;

VI - regulamentar as Ordens Normativas da Assembleia Geral e emitir Ordens Executivas para disciplinar o funcionamento interno da Instituição.

Art. 19. A Diretoria se reunirá no mínimo uma vez por mês.

Art. 20. Compete ao Presidente:

- I - representar a(o) (entidade) judicial e extra-judicialmente;
- II - cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno;
- III - presidir a Assembléia Geral;
- IV - convocar e presidir as reuniões da Diretoria. (outras julgadas necessárias)

Art. 21. Compete ao Vice-Presidente:

- I - substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;
- II - assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- III - prestar, de modo geral, sua colaboração ao Presidente. (outras julgadas necessárias)

Art. 22. Compete ao Primeiro Secretário:

- I - secretariar as reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral e redigir as atas;
- II - publicar todas as notícias das atividades da entidade. (outras julgadas necessárias)

Art. 23. Compete ao Segundo Secretário:

- I - substituir o Primeiro-Secretário em suas faltas ou impedimentos;
- II - assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- III - prestar, de modo geral, sua colaboração ao Primeiro-Secretário; (outras julgadas necessárias).

Art. 24. Compete ao Primeiro Tesoureiro:

- I - arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração da Instituição;
- II - pagar as contas autorizadas pelo Presidente;
- III - apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;
- IV - apresentar ao Conselho Fiscal a escrituração da Instituição, incluindo os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas;
- V - conservar, sobre sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria;
- VI - manter todo o numerário em estabelecimento de crédito. (outras julgadas necessárias)

Art. 25. Compete ao Segundo Tesoureiro:

- I - substituir o Primeiro Tesoureiro em suas faltas ou impedimentos;
- II - assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- III - prestar, de modo geral, sua colaboração ao Primeiro Tesoureiro. (outras julgadas necessárias)

Art. 26. O Conselho Fiscal será constituído por membros e seus respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

§ 1º O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria.

§ 2º Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até seu término.

Art. 27. Compete ao Conselho Fiscal:

I - examinar os livros de escrituração da Instituição;

II - opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade; (conforme art. 4º, inciso III da Lei 9.790/99);

III - requisitar ao Primeiro Tesoureiro, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela Instituição;

IV - acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes;

V - convocar extraordinariamente a Assembleia Geral. (outras julgadas necessárias)

Parágrafo único. O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente a cada ... meses e, extraordinariamente, sempre que necessário.

CAPÍTULO IV

DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 28. Os recursos financeiros necessários à manutenção da instituição poderão ser obtidos por:

I – Termos de Parceria, Convênios e Contratos firmados com o Poder Público pra financiamento de projetos na sua área de atuação;

II- Contratos e acordos firmados com empresas e agências nacionais e internacionais;

III- Doações, legados e heranças;

IV – Rendimentos de aplicações de seus ativos financeiros e outros, pertinentes ao patrimônio sob a sua administração;

V- Contribuição dos associados;

VI – Recebimento de direitos autorais etc.

CAPÍTULO IV

DO PATRIMÔNIO

Art. 29. O patrimônio da (o)(entidade) será constituído de bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, ações e títulos da dívida pública.

Art. 30. No caso de dissolução da Instituição, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei 9.790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social.

Art. 31. Na hipótese da Instituição obter e, posteriormente, perder a qualificação instituída pela Lei 9.790/99, o acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será contabilmente apurado e transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da mesma Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social. (Conforme o art. 4º, inciso V, da Lei 9.790/99).

CAPÍTULO V

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 32. A prestação de contas da Instituição observará as seguintes normas: (Conforme o art. 4º, inciso VII, da Lei 9.790/99);

I - os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade; II - a publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;

III - a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de Termo de Parceria, conforme previsto em regulamento;

IV - a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal. (podem ser adicionados outros incisos relativos à prestação de contas)

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 33. A(O) (entidade) será dissolvida(o) por decisão da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades.

Art. 34. O presente Estatuto poderá ser reformado, a qualquer tempo, por decisão da maioria absoluta dos sócios, em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, e entrará em vigor na data de seu registro em Cartório.

Art. 35. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembléia Geral.

APÊNDICE B – Lei das OSCIPs**CÂMARA DOS DEPUTADOS**
Centro de Documentação e Informação**LEI Nº 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999**

Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I**DA QUALIFICAÇÃO COMO ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**

Art. 1º Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que tenham sido constituídas e se encontrem em funcionamento regular há, no mínimo, 3 (três) anos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta Lei. (Artigo com redação dada pela Lei nº 13.019, de 31/7/2014, publicada no DOU de 1/8/2014, em vigor 540 dias após a publicação)

Art. 2º Não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, ainda que se dediquem de qualquer forma às atividades descritas no art. 3º desta Lei:

I - as sociedades comerciais;

II - os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional;

III - as instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;

IV - as organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações;

V - as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;

VI - as entidades e empresas que comercializam planos de saúde e assemelhados;

VII - as instituições hospitalares privadas não gratuitas e sua mantenedoras;

VIII - as escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras;

IX - as organizações sociais;

X - as cooperativas;

XI - as fundações públicas;

XII - as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou por fundações públicas;

XIII - as organizações creditícias que tenham quaisquer tipo de vinculação com o sistema financeiro nacional a que se refere o art. 192 da Constituição Federal.

Art. 3º A qualificação instituída por esta Lei, observado em qualquer caso, o princípio da universalização dos serviços, no respectivo âmbito de atuação das Organizações, somente será conferida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais tenham pelo menos uma das seguintes finalidades:

I - promoção da assistência social;

II - promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;

III - promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;

IV - promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;

V - promoção da segurança alimentar e nutricional;

VI - defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;

VII - promoção do voluntariado;

VIII - promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;

IX - experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;

X - promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;

XI - promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;

XII - estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.

XIII - estudos e pesquisas para o desenvolvimento, a disponibilização e a implementação de tecnologias voltadas à mobilidade de pessoas, por qualquer meio de transporte. (Inciso acrescido pela Lei nº 13.019, de 31/7/2014, publicada no DOU de 1/8/2014, em vigor 540 dias após a publicação, com a alteração promovida pela Lei nº 13.204, de 14/12/2015)

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, a dedicação às atividades nele previstas configura-se mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.

Art. 4º Atendido o disposto no art. 3º, exige-se ainda, para qualificarem-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, que as pessoas jurídicas interessadas sejam regidas por estatutos cujas normas expressamente disponham sobre:

I - a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência;

II - a adoção de práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório;

III - a constituição de conselho fiscal ou órgão equivalente, dotado de competência para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade;

IV - a previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta Lei, preferencialmente que tenham o mesmo objeto social da extinta;

V - a previsão de que, na hipótese de a pessoa jurídica perder a qualificação instituída por esta Lei, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta Lei, preferencialmente que tenham o mesmo objeto social;

VI - a possibilidade de se instituir remuneração para os dirigentes da entidade que atuem efetivamente na gestão executiva e para aqueles que a ela prestam serviços específicos,

respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado, na região correspondente a sua área de atuação;

VII - as normas de prestação de contas a serem observadas pela entidade, que determinarão, no mínimo:

a) a observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;

b) que se dê publicidade por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão;

c) a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto do termo de parceria conforme previsto em regulamento;

d) a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público será feita conforme determina o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.

Parágrafo único. É permitida a participação de servidores públicos na composição de conselho ou diretoria de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. (Parágrafo único acrescido pela Lei nº 10.539, de 23/9/2002, com redação dada pela Lei nº 13.019, de 31/7/2014, publicada no DOU de 1/8/2014, em vigor 540 dias após a publicação, com a alteração promovida pela Lei nº 13.204, de 14/12/2015)

Art. 5º Cumpridos os requisitos dos arts. 3º e 4º desta Lei, a pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, interessada em obter a qualificação instituída por esta lei, deverá formular requerimento escrito ao Ministério da Justiça, instruído com cópias autenticadas dos seguintes documentos:

I - estatuto registrado em cartório;

II - ata de eleição de sua atual diretoria;

III - balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício;

IV - declaração de isenção do imposto de renda;

V - inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes.

Art. 6º Recebido o requerimento previsto no artigo anterior, o Ministério da Justiça decidirá, no prazo de trinta dias, deferindo ou não o pedido.

§ 1º No caso de deferimento, o Ministério da Justiça emitirá, no prazo de quinze dias da decisão, certificado de qualificação da requerente como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

§ 2º Indeferido o pedido, o Ministério da Justiça, no prazo do § 1º, dará ciência da decisão, mediante publicação no Diário Oficial .

§ 3º O pedido de qualificação somente será indeferido quando:

I - a requerente enquadrar-se nas hipóteses previstas no art. 2º desta Lei;

II - a requerente não atender aos requisitos descritos nos arts. 3º e 4º desta Lei;

III - a documentação apresentada estiver incompleta.

Art. 7º Perde-se a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, a pedido ou mediante decisão proferida em processo administrativo ou judicial, de iniciativa popular ou do Ministério Público, no qual serão assegurados, ampla defesa e o devido contraditório.

Art. 8º Vedado o anonimato, e desde que amparado por fundadas evidências de erro ou fraude, qualquer cidadão, respeitadas as prerrogativas do Ministério Público, é parte legítima para requerer, judicial ou administrativamente, a perda da qualificação instituída por esta Lei.

CAPÍTULO II

DO TERMO DE PARCERIA

Art. 9º Fica instituído o Termo de Parceria, assim considerado o instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público previstas no art. 3º desta Lei.

Art. 10. O Termo de Parceria firmado de comum acordo entre o Poder Público e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público discriminará direitos, responsabilidades e obrigações das partes signatárias.

§ 1º A celebração do Termo de Parceria será precedida de consulta aos Conselhos de Políticas Públicas das áreas correspondentes de atuação existentes, nos respectivos níveis de governo.

§ 2º São cláusulas essenciais do Termo de Parceria:

I - a do objeto, que conterà a especificação do programa de trabalho proposto pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público;

II - a de estipulação das metas e dos resultados a serem atingidos e os respectivos prazos de execução ou cronograma;

III - a de previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de resultado;

IV - a de previsão de receitas e despesas a serem realizadas em seu cumprimento, estipulando item por item as categorias contábeis usadas pela organização e o detalhamento das remunerações e benefícios de pessoal a serem pagos, com recursos oriundos ou vinculados ao Termo de Parceria, a seus diretores, empregados e consultores;

V - a que estabelece as obrigações da Sociedade Civil de Interesse Público, entre as quais a de apresentar ao Poder Público, ao término de cada exercício, relatório sobre a execução do objeto do Termo de Parceria, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado de prestação de contas dos gastos e receitas efetivamente realizados, independente das previsões mencionadas no inciso IV;

VI - a de publicação, na imprensa oficial do Município, do Estado ou da União, conforme o alcance das atividades celebradas entre o órgão parceiro e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, de extrato do Termo de Parceria e de demonstrativo da sua execução física e financeira, conforme modelo simplificado estabelecido no regulamento desta Lei, contendo os dados principais da documentação obrigatória do inciso V, sob pena de não liberação dos recursos previstos no Termo de Parceria.

Art. 11. A execução do objeto do Termo de Parceria será acompanhada e fiscalizada por órgão do Poder Público da área de atuação correspondente à atividade fomentada, e pelos Conselhos de Políticas Públicas das áreas correspondentes de atuação existentes, em cada nível de governo.

§ 1º Os resultados atingidos com a execução do Termo de Parceria devem ser analisados por comissão de avaliação, composta de comum acordo entre o órgão parceiro e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

§ 2º A comissão encaminhará à autoridade competente relatório conclusivo sobre a avaliação procedida.

§ 3º Os Termos de Parceria destinados ao fomento de atividades nas áreas de que trata esta Lei estarão sujeitos aos mecanismos de controle social previstos na legislação.

Art. 12. Os responsáveis pela fiscalização do Termo de Parceria, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública pela organização parceira, darão imediata ciência ao Tribunal de Contas respectivo e ao Ministério Público, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 13. Sem prejuízo da medida a que se refere o art. 12 desta Lei, havendo indícios fundados de malversação de bens ou recursos de origem pública, os responsáveis pela fiscalização representarão ao Ministério Público, à Advocacia-Geral da União, para que requeiram ao juízo competente a decretação da indisponibilidade dos bens da entidade e o seqüestro dos bens dos seus dirigentes, bem como de agente público ou terceiro, que possam ter enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público, além de outras medidas consubstanciadas na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e na Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

§ 1º O pedido de seqüestro será processado de acordo com o disposto nos arts. 822 e 825 do Código de Processo Civil.

§ 2º Quando for o caso, o pedido incluirá a investigação, o exame e o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações mantidas pelo demandado no País e no exterior, nos termos da lei dos tratados internacionais.

§ 3º Até o término da ação, o Poder Público permanecerá como depositário e gestor dos bens e valores seqüestrados ou indisponíveis e velará pela continuidade das atividades sociais da organização parceira.

Art. 14. A organização parceira fará publicar, no prazo máximo de trinta dias, contado da assinatura do Termo de Parceria, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de obras e serviços, bem como para compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público, observado os princípios estabelecidos no inciso I do art. 4º desta Lei.

Art. 15. Caso a organização adquira bem imóvel com recursos provenientes da celebração do Termo de Parceria, este será gravado com cláusula de inalienabilidade.

Art. 15-A. (VETADO na Lei nº 13.019, de 31/7/2014)

Art. 15-B. A prestação de contas relativa à execução do Termo de Parceria perante o órgão da entidade estatal parceira refere-se à correta aplicação dos recursos públicos recebidos e ao adimplemento do objeto do Termo de Parceria, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I - relatório anual de execução de atividades, contendo especificamente relatório sobre a execução do objeto do Termo de Parceria, bem como comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados;

II - demonstrativo integral da receita e despesa realizadas na execução;

III - extrato da execução física e financeira;

IV - demonstração de resultados do exercício;

V - balanço patrimonial;

VI - demonstração das origens e das aplicações de recursos;

VII - demonstração das mutações do patrimônio social;

VIII - notas explicativas das demonstrações contábeis, caso necessário;

IX - parecer e relatório de auditoria, se for o caso. (Artigo acrescido pela Lei nº 13.019, de 31/7/2014, publicada no DOU de 1/8/2014, em vigor 540 dias após a publicação)

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 16. É vedada às entidades qualificadas como Organização da Sociedade Civil de interesse público a participação em campanhas de interesse político-partidário ou eleitorais, sob quaisquer meios ou formas.

Art. 17. O Ministério da Justiça permitirá, mediante requerimento dos interessados, livre acesso público a todas as informações pertinentes às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

Art. 18. As pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, qualificadas com base em outros diplomas legais, poderão qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, desde que atendidos aos requisitos para tanto exigidos, sendo-lhes assegurada a manutenção simultânea dessas qualificações, até cinco anos contados da data de vigência desta Lei. (*“Caput” do artigo com redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 31/8/2001*)

§ 1º Findo o prazo de cinco anos, a pessoa jurídica interessada em manter a qualificação prevista nesta Lei deverá por ela optar, fato que implicará a renúncia automática de suas qualificações anteriores. (*Parágrafo com redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 31/8/2001*)

§ 2º Caso não seja feita a opção prevista no parágrafo anterior, a pessoa jurídica perderá automaticamente a qualificação obtida nos termos desta Lei.

Art. 19. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de trinta dias.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de março de 1999; 178º da Independência e 111º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

APÊNDICE C – Ofício encaminhado ao IPEA

Ofício nº _____

Belo Horizonte - MG, 28 de abril de 2016.

Prezado Senhor,

Sirvo-me do presente para solicitar, em arquivo, informações relativas à prestação de contas (de dados contábeis e outras) das entidades de Utilidade Pública Federal (UPF) e/ou OSCIPs Brasileiras.

As informações serão utilizadas para o desenvolvimento da dissertação intitulada “A relevância da informação contábil para os doadores das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público: uma análise estatística em OSCIPs brasileiras compreendendo os períodos de 2012 a 2014” a ser elaborada pelo aluno Cleisson da Silva Rios, que se encontra vinculado ao programa de Mestrado em Ciências Contábeis da Universidade de Federal de Minas Gerais e orientado pelo Professor Dr. Rafael Morais de Souza.

As informações necessárias para realização da pesquisa compreendem:

- **Entidades:** Utilidade Pública Federal (UPF) e/ou OSCIPs Brasileiras.
- **Período:** dados das três últimas prestações (2013 a 2015 ou 2012 a 2014).

As informações que requisitamos são as seguintes:

- **Demonstrativos Contábeis das Entidades:** Balanço Patrimonial; Resultado do Exercício (DRE), Superávit ou Déficit do Exercício e Notas Explicativas.
- **Dados das Doações:** valores das doações; origem dos recursos (privada, pública, pessoa física e pessoa jurídica).
- **Dados da Entidade:** razão social, natureza jurídica, endereço, telefone, e-mail, site, finalidades / atividades executada pela entidade, estatuto (data do registro) e recursos humanos.

Coloco-me à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários pelos seguintes contatos: (73) 99192-2858 ou (73) 99833-1979.

Agradeço a atenção dispensada.

Atenciosamente,

Cleisson da Silva Rios
Mestrando em Ciências Contábeis
cleisson.rios@ifnmg.edu.br / cleissonrios@ig.com.br

Ilustríssimo Senhor

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Diretor XXXXXXXX

APÊNDICE D – Plano de Contas – Balanço Patrimonial**PLANO DE CONTAS CONTÁBIL****BALANÇO PATRIMONIAL****ATIVO****Ativo Circulante**

Valor disponível
Valor das contas vinculadas
Valor de convênios, acordos e ajustes
Valor a receber de terceiros
Valor de adiantamentos a empregados
Valor de outras contas e títulos a receber
Valor de provisão para devedores duvidosos
Valor de estoques
Valor de despesas antecipadas
Valor de outras contas do ativo circulante
Valor total do ativo circulante

Ativo Realizável a Longo Prazo

Valores a receber a longo prazo
Valor total do ativo realizável a longo prazo

Ativo Permanente

Valor dos investimentos
Valor imobilizado
Valor de depreciação ou amortização acumulada
Valor diferido
Valor de outros ativos permanentes
Valor total do ativo permanente
Valor total do ativo

PASSIVO**Passivo Circulante**

Valor de fornecedores
Valor de obrigações trabalhistas
Valor de obrigações sociais
Valor de prestadores de serviços
Valor de aluguéis a pagar
Valor de adiantamento de clientes
Valor de empréstimos e financiamentos a pagar CP
Valor de obrigações fiscais exceto IRenda e CSLL
Valor dos convênios públicos (saldo)
Valor do adiantamento dos projetos
Valor das subvenções públicas (saldo)
Valor dos recursos de Leis de Incentivo Fiscal
Valor de recursos de Leis de Incentivo Fiscal utilizados
Valor de provisão para IRenda e CSLL
Valor das sentenças judiciais trabalhistas a pagar
Valor das sentenças judiciais a pagar -- exceto trabalhista
Valor dos outros passivos circulantes
Valor do total passivo circulante

Passivo exigível a Longo Prazo

Valor de empréstimos e financiamentos a longo prazo
Valor das contas a pagar
Valor dos aluguéis antecipados
Valor de outros passíveis exigíveis a longo prazo
Valor do total passivo exigível a longo prazo

Resultado de exercícios futuros

Valor do resultado de exercícios futuros
Valor total do resultado de exercícios futuros
Valor do patrimônio social (Fundo Patrimonial)
Valor de doações patrimoniais
Valor de reservas constituídas
Valor de superávits/déficits acumulados
Valor de superávits/déficits do exercício
Valor de outras contas do patrimônio social
Valor do total do patrimônio
Valor total passivo

APÊNDICE E – Plano de Contas – Demonstração do Resultado do Exercício

PLANO DE CONTAS CONTÁBIL

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

RECEITAS

Receita Operacional

Valor de prestação de serviços (exceto saúde/educação)
Valor de recursos - subvenções públicas
Valor de recursos - contribuições públicas
Valor de recursos - convênios públicos
Valor de recursos - auxílios públicos
Valor de recursos - Termo de Parceria
Valor de doações e contribuições para custeio
Valor de receita de convênios de saúde privados
Valor de prestação de serviços de saúde não conveniados
Valor do SUS -- Sistema Único de Saúde
Valor de inscrições de cursos e vestibulares
Valor de Serviços Educacionais
Valor de taxa, mensalidade e contribuições
Valor de contribuição de empresas mantenedoras
Valor de doações, campanhas e patrocínios
Valor de recursos internacionais

Deduções da Receita

Valor de bolsas de estudo concedidas
Valor de atendimento gratuito
Valor de descontos comerciais concedidos
Valor de PIS sobre receitas
Valor de CONFINS sobre receitas
Valor de ICMS sobre vendas
Valor de ISS sobre serviços
Valor de vendas canceladas
Valor de outras deduções

Outras Receitas Operacionais

Valor de outras receitas operacionais

Receitas Financeiras Patrimoniais

Valor de descontos obtidos
Valor de renda de aluguéis e arrendamentos
Valor de rendimentos de títulos e aplicações no mercado financeiro
Valor de impostos sem aplicações financeiras
Valor de outras receitas financeiras

Receitas Não-Operacionais

Valor de venda de ativo permanente
Valor de doações recebidas em bens ou mercadorias
Valor de outras receitas não-operacionais

Outras Receitas

Valor de outras receitas não classificadas anteriormente
Valor total de receitas

DESPESAS**Despesas com Pessoal**

Valor de salários de funcionários (com vínculo empregatício)
Valor de encargos sociais com pessoal
Valor de despesas diversas com pessoal
Valor de remuneração de dirigentes
Valor de encargos sociais com dirigentes
Valor de outros encargos sociais compulsórios
Valor de outras despesas com pessoal

Serviços Contratados

Valor de recursos humanos externos - pessoa física
Valor de recursos humanos externos - pessoa jurídica
Valor de INSS sobre serviços prestados por terceiros
Valor de outras despesas com serviços contratados

Custos de Projetos

Valor de custos de projetos

Despesas Gerais e Administrativas

Valor de água, gás e energia elétrica
Valor de aluguéis pagos
Valor de despesas com veículos
Valor de diárias e viagens
Valor de hospedagem
Valor de passagens aéreas/rodoviárias
Valor de telefone, fax e outras despesas com comunicações
Valor de publicações técnicas
Valor de serviços técnicos especializados
Valor de despesas com informáticas
Valor de prêmios de seguros contratados
Valor de despesas com atividades sociais e culturais
Valor de outras despesas administrativas

Despesas com bolsas de estudo a Terceiros

Valor de ensino fundamental
Valor de curso superior
Valor de estagiários
Valor de mestrados, doutorados e pós-doutorados
Valor de outras despesas com bolsas de estudo